

JORNAL 58 anos CGIONAL BI-SEMANAL

Fundado em 03/04/60 - Ano 58 Nº 2980 Rua Lord Lovat nº 500 - Telefax (44) 3252-1177 Telefone (44) 99111-1871

COLORADO
Fundado em 25/12/76 - Ano 42 Nº 2067
Rua Dep. Branco Mendes nº 549
Telefone - (44) 99111-1871 - (44) 99823-7917
contato@oregionalional.com br

Nesta edição: 16 páginas

Nova Esperança, Domingo, 01 de Julho de 2018

Paiçandu firma convênios com o Estado que somam R\$ 7,2 milhões

www.oregionaljornal.com.br

Recursos serão aplicados em pavimentação, saúde e equipamentos rodoviários. Liberação dos recursos aconteceu durante evento na cidade com a presença da governadora Cida Borghetti, que também autorizou repasses para prefeituras de Flórida, Mandaguaçu, Astorga e Ângulo

Paiçandu, município da região Noroeste do Paraná, vai investir em melhorias com apoio do Governo do Estado. A cidade fará obras de pavimentação asfáltica, compra de equipamentos rodoviários e aquisição de veículos para saúde. Os recursos para isso foram autorizados pela governadora Cida Borghetti, que esteve na cidade e assinou convênios que somam R\$ 7,2 milhões.

Além dos recursos para Paiçandu a governadora assinou convênios com Flórida, Mandaguaçu, Astorga e Ângulo. Os convênios somam cerca de R\$ 700 mil para compra de veículos e câmeras de segurança.

A governadora ressaltou que nos últimos 80 dias já foram firmados cerca de três mil convênios e atendidos os 399 municípios paranaenses com investimentos em todas as áreas. "Descentralizamos as ações de governo para priorizar as 399 cidades do Paraná. As assinaturas e despachos que eram feitas somente em Curitiba, agora fazem parte da rotina das cidades", disse. "Um modelo de governo humanizado que prioriza as pessoas".

Ela destacou ainda a criação do programa de

recuperação de estradas e rodovias que investirá R\$ 1,5 bilhão para melhorias de 12 mil quilômetros de estradas estaduais, até 2020. "Em três anos todas as rodovias do Estado serão contempladas com recursos exclusivos do Estado para garantir segurança e desenvolvimento a todas as regiões", informou.

Diretor: Edemar Del Grossi

DUPLICAÇÃO

Cida informou também que a duplicação da PR-323, que passa entre Paiçandu e Doutor Camargo, é prioridade para o Governo do Estado. "O primeiro trecho da obra já foi licitado a vencedora da licitação deve ser anunciada ainda no segundo semestre deste ano", disse. A previsão é de que os trabalhos sejam concluídos dentro de dois anos após a emissão da ordem de serviço. A primeira etapa contempla 20,7 quilo de duplicação.

40 ANOS DE ES-PERA - Os recursos de Paiçandu são divididos entre R\$ 6,5 milhões para obras de pavimentação asfáltica; R\$ 500 mil para compra de equipamentos rodoviários; R\$ 200 mil para compra de um veículo e de ambulância para a saúde.

Com o montante será



possível finalizar a pavimentação dos bairros Bela Vista I e II, Novo Horizonte e Pacaembu. Segundo o prefeito Tarcísio Marques, é uma ação aguardada há 40 anos pelos moradores e que somente no bairro Bela Vista II cinco mil pessoas serão beneficiadas.

"Temos conseguido avançar muito com o apoio do Estado e isto tem feito uma grande diferença no município. São recursos que vão amenizar as dificuldades enfrentadas pela população", afirmou o prefeito. "Conheço a realidade desses bairros, estive nos locais e sei o quanto estas obras vão trazer mais qualidade de vida", completou a governadora Cida Borghetti.



ÁGUA POTÁVEL

No evento, Cida também anunciou novos investimentos da Sanepar na cidade para ampliação da rede de abastecimento de água. Serão aplicados R\$ 2,6 milhões para a instalação de uma nova caixa de água, com capacidade para 3 milhões de litros. "Vai resolver o problema de falta de água em Paiçandu", disse o prefeito.

O evento contou com a presenta dos deputados federais Ricardo Barros e Alex Canziani; os deputados estaduais Maria Victória e Evandro Júnior; dos prefeitos de Flórida, Márcia Dall'Ago, e de Astorga, Antônio Carlos.



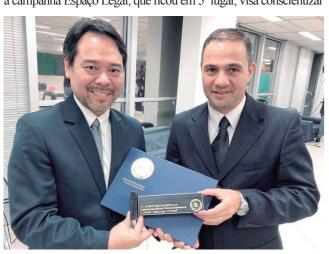


De Ângulo o Prefeito Rogério, a Prefeita de Flórida Marcia e de Mandaguaçu o Prefeito Indio, recebendo Convênios das mãos da Governadora Cida

CTG Brasil tem dois Cases Premiados em Programa de Sustentabilidade

Projetos de manejo pesqueiro e uso de bordas de reservatórios, desenvolvidos pela empresa, foram reconhecidos pelo programa Benchmarking Brasil

A CTG Brasil, uma das principais geradoras privadas de energia elétrica do País, teve dois cases premiados pelo programa Benchmarking Brasil, que reconhece as melhores práticas socioambientais e de sustentabilidade. O projeto Ecologia e Manejo de Peixes, classificado em 4º lugar no ranking, consiste na produção de 3,6 milhões de alevinos que são utilizados pela CTG Brasil em suas ações de repovoamento de peixes nos rios Paraná e Paranapanema. Já a campanha Espaço Legal, que ficou em 5º lugar, visa conscientizar





a população no entorno dos reservatórios das usinas da CTG Brasil sobre a ocupação regular e o uso correto dessas áreas, preservando o meio ambiente. A premiação aconteceu na última quinta, dia 28, durante o Bench Day, evento que contou com a apresentação e classificação dos 15 cases selecionados pelo Benchmarking Brasil em 2018.

"Atuar por meio de ações que estejam em harmonia com o meio ambiente é algo que está na nossa missão. Por isso, ter dois cases classificados em um dos mais importantes prêmios de iniciativas na área socioambiental do Brasil para nós é um grande reconhecimento. E, mais importante que fazer parte desse ranking é saber que essas melhores práticas serão compartilhadas pelo Benchmarking Brasil e que podem servir de exemplo para outras empresas e para projetos futuros", ressaltou Aljan Machado, diretor de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho.

O Benchmarking Brasil reconhece e compartilha as melhores práticas socioambientais de instituições brasileiras. A metodologia de seleção do programa, reconhecida pela ABNT, inclui uma comissão técnica formada por especialistas de diversos países que avaliam as práticas e projetos considerando diversos critérios. Cerca de 370 práticas de 192 instituições já foram certificadas e, até 2017, 205 especialistas de 23 países já haviam participado da comissão técnica.

Ecologia e Manejo Pesqueiro

Ao lado da UHE Salto Grande, no Rio Paranapanema, a CTG Brasil possui uma Estação de Piscicultura onde são realizadas as pesquisas e reproduzidos, por ano, 3,6 milhões de peixes de espécies nativas dos rios Paranapanema e Paraná. Essa produção alimenta o programa de manejo pesqueiro, por meio do qual a empresa realiza o repovoamento dos reservatórios sob a sua administração. As ações de soltura, ao longo do ano, contemplam os reservatórios do Rio Paranapanema com 1,5 milhão de novos peixes e os do Rio Paraná, com 2,1 milhões.

As espécies trabalhadas são importantes para os ecossistemas e têm valor econômico e cultural para as comunidades ribeirinhas. A partir dos locais de soltura, os peixes se deslocam pelos reservatórios e afluentes, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e ampliação do estoque pesqueiro na região. Além disso, também fazem parte desse projeto as pesquisas realizadas na bacia do Rio Paranapanema pela CTG Brasil, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), que possibilitam um repovoamento baseado em dados técnicos e científicos, com foco na conservação e manutenção dos estoques pesqueiros.

Espaço Legal

A campanha promove a regularização de acordo com as leis ambientais brasileiras, para que as atividades desenvolvidas ou pretendidas às margens e nos próprios reservatórios ocorram de maneira regular e ordenada, e não comprometam a natureza

e o uso sustentável. O objetivo é conservar um patrimônio natural que é de toda a sociedade. Além de um serviço de inspeção permanente, que vistoria e orienta pessoas e instituições sobre como proceder, a CTG Brasil elaborou um guia, com linguagem simples, explicando os procedimentos necessários ao processo de regularização, de acordo com os diferentes tipos de uso. O Guia Espaço Legal está disponível para download no endereço:

www.ctgbr.com.br/gestaopatrimonial

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA



1ª AUDIÊNCIA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
DIA: 19 DE JULHO DE 2018
HORÁRIO: 19:30 HRS

ESTADO DO PARANÁ Rua São Pedro, 613, Centro, CEP 86780-000 (44) 3257-1144 - fax (44) 3257-1144 www.cmflorida.pr.gov.b

RESOLUÇÃO Nº 019/2018

A Presidente da Câmara Municipal de Flórida, Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Em virtude da realização do Jogo do Brasil no dia 02 de julho de 2018(segunda-feira) não haverá expediente na Câmara Municipal de Flórida.

Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Edificio da Câmara Municipal de Flórida, aos 29 de junho de 2018.

NELIA PAULA LEONI



Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR. CNPJ 76.970.359/0001-53

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio Portaria nº. 02/2.018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modali Pregão Presencial Registro de Preços nº. 22/2.018 – Processo Licitatório nº. 50/2.018, do tipo menor preç rregao Fresentrial Registro de Preços nº. 22/2.018 – Processo Licitatório nº. 50/2.018, do tipo menor preço por Item, EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. conforme perceificado ao Estad. ecificado no Edital

Do Obieto da Licitação

O objeto da presente licitação será **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARMAÇÕES E LENTES DE GRAU (ÓCULOS) PARA ATENDER PESSOAS DE BAIXA RENDA DO** MUNICIPIO, deste Municipio, conforme descrições constantes no anexo I deste edital.

Do recebimento e abertura dos envelopes:
Os envelopes serão recebidos até às 14:00 horas, do dia 12 de Julho de 2018, sendo que sessão pública para abertura e julgamento será no mesmo dia, às 14:15, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal.

Maiores informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Gerência de Licitações e Compras, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00, e das 13:00 às 17:00, no endereço supra.

Itaguajé, 29 de Junho de 2018 ALESSANDRÓ SILVA DIAS Pregoeiro do Município



RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000 CNPJ: 75.772.400/0001-14 administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2018

Processo nº 104/2018

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria de Municipal de Assistente Social considerando a oportunidade e conveniência de promover a Aquisição de uma BIBLIOTECA INFANTIL, para o uso junto ao CMEI – SÍTIO DO PICA PAU AMARELO de nosso Município, considerando a cotação de preços constante nos autos, e considerando que a contratação, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, conforme certidão constante nos autos, DISPENSO A LICITAÇÃO com fundamento no artigo 24, *caput*, Il da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$ 6.986,00 em favor de VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, CNPJ: 02.593.711/0001-42, Fica a dispensa damente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos Publique-se o presente ato de dispensa.

Florida, 27 de junho de 2018.



AVENIDA GOVERNADOR LUPION, 555 - FONE (0**44) 332-1174 CEP 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº01/2018

SÚMULA: Dispõe sobre a rejeição das Contas da Prefeitura Municipal de Itaguajé, referente ao exercício financeiro de 2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E FUL PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

ART.1º, Ficam REJEITADAS as contas do município de Itaguajé, relativas ao exercícios de 2015, nos termos do ACORDAO de PARECER PRÉVIO Nº45/2018.- SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS do ESTADO DO PARANÁ.

ART.2º, Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da

sua publicação.

ART.3º, Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de Junho de 2018

> **NIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS** Presidente da Câmara municipa

> > MÁRCIA FERNANDES DE SOUZA



MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Sigueira Campos, 83, Centro Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018 Licitação com item destinado para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte, conforme Art.48 da Lei Complementar 147/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias nº 01 e 02 de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12 de julho de 2018, às 09:00 horas no endereço, Siqueira Campos, 83, Jardim Olinda-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão Presencial nº 22/2018.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

11. O objeto deste Pregão é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR.

Jardim Olinda, 29 de junho de 2018.

mesma, não foi pedido externo à Redação.



ERRAMOS Jornal O Regional retifica; Na Edição impressa, distribuída e disponível no

site, (www.oregionaljornal.com.br) do dia 28-06-2018, (Quinta-feira) existe erro de digitação que acabou tirando da sequência a numeração da Edição em todas as suas 14 páginas. O correto seria no Cabecalho:

Onde se lê : N° 2978 Leia-se: Nº 2979

Onde se lê Nº 2065

Leia-se Nº 2066 A retificação está sendo veiculada assim que notamos a falha constatada, a



RESOLUÇÃO Nº 002/2018

SÚMULA: Aprova o Formulário de solicitação de incentivo financeiro com a descrição dos itens a serem adquiridos para Conselho Tutelar conforme Deliberação N°107/2017 - CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe refere a Lei Municipal Nº 034/2010 de 04 de novembro de 2010 e publicações posteriores e considerando a deliberação da plenária realizada em 15 de dezembro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Formulário de solicitação de incentivo financeiro com a descrição dos itens a serem adquiridos para Conselho Tutelar conforme Deliberação Nº107/2017 - CEDCA/PR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge do Ivai, 26 de junho de 2018

OZIAS CARLOS DE OLIVEIRA Vice-Presidente CMDCA



Conselho Municipal de Assistência Social

email: assistsocial@colorado.pr.gov.br Rua Pará, 491 - Fone: (44) 3323-1028 - CEP: 86690-000 - Colorado - PR

RESOLUÇÃO № 006/2018

SUMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social de Colorado, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei e considerando a Plenária Realizada em 28/06/2018, RESOLVE:

Art.1º - APROVAR PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS -PPAS-IV, PERÍODO JUNHO A DEZEMBRO 2017 ASSOCIAÇÃO CASA LAR DE COLORADO

Art.2º - APFROVAR a justificativa da Associação Casa Lar quanto a devolução de recursos no valor de R\$ 18.945,61, para a conta do Convênio PPAS-IV; Art.3º - APROVAR o PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANO 2018.

Art.4º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.





Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

C.G.C. 75731034/0001-55 Av. Dr. Gastão Vidigal n° 600 - Telefax: 44 - 465-1299 Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 031/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDIÇAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul - Estado do Paraná, torna público a HOMOLOGAÇÃO do LOTE 1 do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto: Pá Carregadeira Nova, peso operacional mínimo de 12.000 Kg; motor 6 cilindros com potência liquida mínima de 139 hp; caçamba de no mínimo 1,8 m3 com dentes; cabine fechada com ar condicionado; articulação à frente da cabine; pneus 20.5 X 25, proveniente do convênio 847420/2017; proposta 020918/2017; Contrato de repasse 847420/2017/MAPA/CAIXA, em favor da empresa ROMAC TÉCNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ 91.595.678/0001-10, com endereço na Rodovia RS 118, Km 22, numero 5195, na cidade de Gravataí - Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 343.000,00 (trezentos e quarenta e três mil reais).

Cruzeiro do Sul, 26 de Junho de 2018



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 039/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Despacho de anulação de processo licitatório, em razão de ilegalidade nos requisitos de habilitação contidos do Edital em

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei nº 8.666/93, art. 49, caput, assim como, ao item 16.2 do Edital, e CONSIDERANDO que em razão da necessidade de sanar fathas encontradas nos requisitos de habilitação do Edital, considerando a indicação do Sentro regoeiro, com amparo no Parecer Jurídico, com vistas a refazer as informações habilitatórias necessárias numa próxima

RESOLVE

ANULAR o procedimento de Licitação Pregão Presencial nº 010/2018, cujo objeto é aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, destinados ao Hospital Municipal e Pronto Socorro do Município de Cruzeiro do Sul, proveniente de recurso oriundos do Governo Federal – Ministério da Saúde, conforme nº da Proposta: 09174.628000/1170-05, anexo ao processo, motivando conseqüentemente a SUSPENSÃO da sessão de abertura do referido certame para o dia 04 de Julho de 2018, às 09:00 horas, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

Cruzeiro do Sul - Pr, 28 de Junho de 2018.





CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ

Rua: Ronald Gomes N°. 46 - CEP 87.670-000 e-mail camarainaja@brturbo.com.br fone: (44) 3440-1537 CGC/MF. 01.600.393/0001-37

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

JOSÉ AILTON DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Inajá, no exercício de suas funções e com fulcro no parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC

CONVIDA as entidades representativas da sociedade; autoridades; cidadãos Inajaenses e a quem possam interessar, a participar da AUDIENCIA PUBLICA, com a finalidade de demonstrar e availar o cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias relativas ao <u>PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE</u> 2018.

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ

DATA: 03 DE JULHO DE 2018.

HORAS: 16:00 HORAS

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Inajá, Estado do Paraná, em 29 de Junho de 2018.

José Ailton de Souza Presidente

ROJUDI - Processo: 0005032-74-2015.8.16.0119 - Ref. mov. 179.1 - Assinado digitalmente por Rodrigo Brum Lopes:9261 2/06/2018: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO, Arq: Edital



PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Comarca da Região Metropolitana de Maringá Foro Regional de Nova Esperança Secretaria do Cível e Anexos

EDITAL DE CITAÇÃO - USUCAPIÃO

Prazo de 30 dias

ente: Antonio Martins dos Santos rido: Surita Empreendimentos Imobiliários Ltda. do(a)(s): Surita Empreendimentos Imobiliários Ltda

Processo: 0005032-74.2015.8.16.0119

scrição do(s) Bem(ns): Data de terras sob nº 9 (remanescente), da quadra nº 12, com área de 393,25m2. Situada no Jardim Horizonte, Município de Presidente Castelo Branco, desta comarca de Nova Esperança, com as seguintes divisas e confrontações: "divide-se: com a faixa de domínio do D.E.R. BR – 376, no rumo SE. 44º00" numa frente de 10,00 metros; com a data nº 9-A no rumo NO. 42°30' na distância de 39,05 metros; com parte na data nº 3 no rumo NO. 45°30' na largura de 10,00 metros, finalmente, com a lateral do terreno do posto de gasolina no rumo NE. 42°30' numa extensão de 39.60 metros. Sendo todas as datas mencionadas pertencentes à quadra nº 12 do Jardim Horizonte da cidade de Presidente Castelo Branco.

Prazo Fixado para a Resposta: 15 (quinze) dias

FINALIDADE: Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) for(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados que, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para responder(em) à ação, querendo, no lapso de tempo supra mencionado, contado do transcurso do prazo deste

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação no prazo determinado, será nomeado curador especial para defesa dos citandos (CPC, art. 257, IV).

SEDE DO JUÍZO: Secretaria Cível do Foro Regional de Nova Esperança, Comarca da Região Metropolitana de Maringá: Rua Marins Alves de Camargo, 1587 - Nova Esperança-PR, CEP: 87.600-000, Fone/Fax: (44)3209-8450, e-mail: ne-1vj-s@tjpr.jus.br.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

RODRIGO BRUM LOPES

Nova Esperança (PR), 6 de junho de 2018.

Juiz de Direito



CAMARA MUNICIPAL DE OURIZONA Rua Bela Vista, 998 - Centro - Fone: (44) 3278-1179 - Fax: (44) 3278-1179

CEP 87170-000 e-mail: camaraourizona a bol com be

Decreto nº 001/2018

Súmula: Promove o enquadramento dos Servidores Públicos vinculados ao Poder Legislativo do Município de Ourizona e dá outras providências.

A Sra. Sirlene Rodrigues da Silva Nery, Presidente da Câmara Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido na Lei Municipal nº 954/2018 de 26 de junho de 2018, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ourizona):

DECRETA

Art. 1º - Fica enquadrado a partir de 27 de junho de 2018, os Servidores Públicos Municipais vinculados ao Poder Legislativo do Município de Ourizona, a seguir nomeados e enquadrados nos níveis de formações, novas classes e referência salariais, conforme preceitua a Lei nº 954/2018 de 26 de junho de 2018, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ourizona, bem como, o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Ourizona), a saber:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	TABELA DE VENCIMENTOS	REFERÊNCIA	REFERÊNCIA
MANOEL RODRIGO AMADO	ADVOGADO	02/08/2010	1	С	7
ANTÔNIO DORVAIR ROSADA	CONTADOR	01/02/2010	I	В	8
FÀTIMA APARECIDA THOMAZETTI	ZELADORA	01/02/2010	1	Α	8

Art. 2º - O enquadramento do Servidor Público Municipal de Ourizona tem como base tempo de efetivo exercício no cargo, prestado ao Poder Legislativo, até 31 de maio de

Parágrafo Único. O tempo de efetivo exercício será contado de acordo com o disposto no inciso II, art. 37, da CF/88, utilizando apenas o ano inteiro para aplicação deste enquadramento nas tabelas de vencimentos do Anexo II da Lei Municipal nº 954/2018 de 26 de junho de 2018 (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ourizona, bem como, o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Ourizona).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Edificio da Câmara Municipal de Ourizona, aos 28 de junho de 2018.

STRLENE RODRIGUES DASILVA NERY PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA

Empresas que incentivam a leitura e a informação Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos

Ângulo Panificadora União Atalaia G&G Móveis Auto Posto Flórida Colorado Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte

Livraria do Tio Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado Supermercado Ramos - Jardim Cairi Distrito de Alto Alegre SuperMercado Casquinha Cruzeiro do Sul

Hotel e Restaurante Eliana

Floraí

Auto Posto E1

Fran's Doces e Salgados

Auto Posto A Jato

Auto Posto Floraí Inajá Panificadora e Confeitaria União Farmácia Santa Inês Panificadora e Confeitaria Nossa Senhora

Itaguajé Supermercado Pontal Quitanda do Marreta **Jardim Olinda** Panificadora Doce Sabor

A Churrascaria Panificadora Pão de Mel Auto Posto Sede Alvorada II Bar Líder

Ourizona Mercado Bandeirantes Panificadora e Confeitaria Doce Pão Mercado Vieira Mercearia Nossa Senhora Aparecida **Paranacity** Lanchonete do Roberto Paranapoema

Auto Posto Paraná Panificadora Evangelista Michel Cabeleireiro Panificadora 2 Irmãos
Presidente Castelo Branco Loterias Faraoni Santa Inês Auto Posto Santa Inês Panificadora Cantinho do Pão **São Jorge do Ivaí**

> Auto Posto Forini Studio Mec Foto e Vídeo Farmácia Farmadin Uniflor Mercado Mineiro
>
> Distrito de Fiorópolis

Venda do José Baixinho



Editado por: Del Grossi & Cia Ltda - EPP CNPJ/MF 79.989.505/0001-80 DATA DE FUNDAÇÃO 03/04/1960 Administração, Redação, Publicidade Rua Lord Lovat, n° 500 (sede própria), SL 1 Telefone: 9.9111-1871 - Tefefax: (44) 3252-1177

CEP 86.690.000 - Colorado – Paraná

Diretor: Edemar Del Grossi

Maria Gomes Colaboradores: E-mail: contato@oregionaljornal.com.br CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná SUCURSAL EM COLORADO Projeto Gráfico: Rua Deputado Branco Mendes, nº 549 1º Andar (sede própria) Telefax: (44) 3323-2543

Darlene Siqueira, Antonia Donata Diretores de Redação: Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes, Alcidio Odair Polo - Colorado Antonio Vitoretti - Nova Esperança

Conselho Editorial:

Raul Siqueira Del Grossi Tiragem: 3.000 exemplares É permitida a reprodução de qualquer matéria veiculada, sem previa autorização da direção, desde que conste a fonte: "Jornal o Regional"

rtigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de respost

Folha: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

CNPJ: 75.731.000/0001 - 60

CONTRATANTE: Município de FLORAI, Estado do Paraná, com sede à Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, inscrito no CGC/MF nº 75.731.000/0001-60, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Fausto Eduardo Herradon, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.344.311-9 e do CPF/MF nº 756.829.079-49, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA REGENTE EIRELI.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA.

VALOR: R\$ 298.555,55 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco ceraivos). As despessas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta do Estado do Paraná e contrapartida do município de Floraí.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada e de acordo com o estabelecido no cronograma fisico-financeiro.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 DE JUNHO DE 2018.

FORO: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná.

FORO: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná Floraí, 28 de junho de 2018.

FAUSTO EDUARDO HERRADON PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 82/2018 - MF. REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2018

PARTES: Município de Floraí e a empresa: SARANDI TRATORES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para locação de escavadeira hidráulica e trator esteira para esta

Municipalidade.

VALOR: R\$. 103.000,00 (cento e três mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/06/2018 à 26/06/2019

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 26/06/2018.

Fausto Eduardo Herradon Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI	TOMADA DE PRE Nr.: 5/2018 - TF	
CNP.L: 75.731.000.0001-60 RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 177 C.E.P.: 87185-000 - Florai - PR	Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	67/2018 67/2018 23/05/2018
		Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal. FAUSTO EDUARDO HERRADON, no uso das atribul
ções que lhe são conferidas pela legistação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8,696/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Litações, essolve.

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos



FLÓRIDA

RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000 CNPJ: 75.772.400/0001-14 acao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº \wedge 08 – 2018 Municipio de Florida torna público que fará realizar, às 09h00min horas do dia

24 de julho do ano de 2018, na Rua São Pedro nº 443 em Florida , Paraná Brasil, **TOMADA DE PREÇOS**, sob regime de empreitada por preço global tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto Objeto unidade de execução Região Central Ginásio de Esportes

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, n horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao@florida.pr.gov.br Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone 44-32571212.

Florida, 29 de junho de 2018. # Jol Coo MARCIA CRISTIÁN DALL'AGO

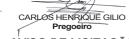
*AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018 Processo nº 105/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PÚBLICA OU PRIVADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, EFETIVOS E COMISSIONADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ

VALOR MÍNINO DE LANCE: R\$ 15.000,00 (quinze mil reals),
CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: conforme edital.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: em até 30 (tinta) dias após a Homologação.
PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: Até 12 meses contados a partir da assinatura do

ver prorrogação nas hipóteses legais. contrato, podendo ha DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: 12 de julho de 2018 as 9h. LOCAL DE ABERTURA: Rua São Pedro, 443, Centro, Flórida, Paraná (Paço Municipal)

Flórida, 29 de junho de 2018.



AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2018 PROCESSO Nº 106/2018

O Município de Flórida, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 9:00 horas do dia 03 de agosto do ano de 2018, na sua sede à Rua São Pedro, nº 443, TOMADA DE PREÇO do tipo TÉCNICA e PREÇO para os serviços abaixo descriminado: OBJETO: Contratação de Agente de Integração ESPECIALIZADO em Administrar

Programas de Estágio

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: O limite máximo de preço é o de 8% sobre os valores das bolsas respectivas, valor total estimado é o de R\$ 137.267,88 (cento e trinta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e oltenta e oito centavos).

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: De acordo com a necessidade e Solicitação da Prefeitura Municipal de Flórida.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: até 12 meses após assinatura, podendo haver promogração em hindreses legais.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS

O presente Edital poderá ser examinados no endereço supra mencionado e adquiridos, junto à Comissão Permanente de Licitação ou pelo e-mail: www.florida.pr.gov.br

Flórida/PR., 29 de junho de 2018.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO

MARIA ROSA ESPERANÇA MARQUES Presidente C.P.L.

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 53/2018

Pelo presente termo, fica HOMOLOGADO o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 10.520/02 a Lei Federal nº 8.666/93.

Fica HOMOLOGADA, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos

Empresa: JOSÉ APARECIDO DA SILVA 41301935972, com o CNPJ de nº 17.456.595/0001-97, situada na Rua São Carlos, 732, Lote 176, Vila Apucaraninha, na cidade de Apucarana/PR, com o valor de R\$ 23.760,00 (vinte e três mil e

Florida, 29 de junho de 2018

MARCIA CRISTINA DALL'AGO Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A prefeita Municipal, LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei neº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

a) LICITAÇÃO Nrº: 20/2018 b) PROCESSO Nrº - 64/2018 c) Modalidade — PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

 d) Data Homologação: 29/06/2018
 e) Objeto Homologado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA E TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUSO DE SAÚDE.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação): FORNECEDOR: LOTE: 01 SERVIOESTE PARANÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

LOTE 01: Foi valorizado no valor de RS 52.200.00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais).

Paranapoema, 29 de Junho de 2018.

MARLY LOPES PATRIOTA





Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, ratifica a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 03/2018, nos termos do Artigo 25, da

JUNIOK, fatilica a incandibilitarios de la composição de la Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 43/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2018 Contratado: LUIZ VALTER RODRIGUES FERNANDES | CPF Nº. 528.239.549-53 Objeto do Contrato: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ABOBORA, AIPIM DESCASCADA, ALFACE, LIMÃO TAITI, COLORAU DE URUCUM, CHEIRO VERDE, CENOURA, MELANCIA, COUVE, LARANJA, BETERRABA, BANANA DA PRATA E ALMEIRÃO 400G, CONFOME CHAMAMENTO PUBLICO 01-2018.

Valor Contratual: R\$ 9.269,10 (nove mil duzentos e sessenta e nove reais e deis contrato.)

Vigência: até 31/12/2018 Data da Assinatura: 26 de Junho de 2018.

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion,
605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito
Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA
JUNIOR, ratifica a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 04/2018, nos termos do Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 44/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 04/2018 Contratado: MARCOS OLIVEIRA DE SOUZA | CPF Nº. 101.776.968-00
Objeto do Contrato: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR ABOBORA, AIPIM DESCASCADA, ALFACE, LIMÃO TATIT, COLORAU DE
URUCUM, CHEIRO VERDE, CENOURA, COUVE, LARANJA E BETERRABA, CONFORME

CHAMAMENTO PUBLICO 01-2018.

Valor Contratual: R\$ 8.363,30 (oito mil trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos)

Data da Assinatura: 26 de Junho de 2018. Vigencia: até 31/12/2018

> Itaguajé, 26 de Junho de 2018 CRISOGONO NOVETO E SILVA JUNIOR PREFE**TTO** MUNICIPAL

Foro: Comarca de Colorado, Estado do Paraná

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion,
605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito
Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA
JUNIOR, ratifica a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 05/2018, nos termos do Artigo 25, da

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 45/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 05/2018

Contratado: ANTÓNIO FELIX DE SOUZA FILHO | CPF nº. 523.882.399-15

Objeto do Contrato: FORNECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, ABOBORA, AIPIM DESCASCADA, ALFACE, COLORAU, CHEIRO VERDE, CENOURA, TOMATE, MELANCIA, COUVE, LARANIA, BETERRABA, BANANA DA PRATA E ALMEIRÃO 400G, CONFOME CHAMAMENTO PUBLICO 01-2018.

Valor Contratual: R\$ 11.669,10 (onze mil seiscentos e sessenta a nove reais e deiscentavos)

Data da Assinatura: 26 de Junho de 2018. Vigência: até 31/12/2018 Foro: Comarca de Colorado, Estado do Paraná. Itaguajé, 26 de 10 nho de 2018

CRISOGONO NOKETO E SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, ratifica a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 06/2018, nos termos do Artigo 25, da

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 46/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 06/2018

Contratado: GILBERTO FERREIRA CRUZ

| CPF nº. 809.976.869-87 |
| Objeto do Contrato: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CARNE BOVINA: DE 2º QUALIDADE, COM NO MÁXIMO 10% DE GORDURA NÃO APRESENTAR OSSOS, CARTILAGENS, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAL ESTRANHOS, CONTENDO INDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E S.I.F. OU S.I.M. CONFOME CHAMAMENTO PUBLICO 01-2018.

Valor Contratual: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Data da Assinatura: 26 de Junho de 2018.

Vioênc

Vigencia: até 31/12/2018

Foro: Comarca de Colorado, Estado do Paraná. Itaguajé, 26 de Justio de 2018 CRISOGONO NOVETO E SILVA JUNIOR
PREFENTO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob no 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, ratifica a INEXIGIDILE : :

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 47/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 07/2018 JUNIOR, ratifica a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 07/2018, nos termos do Artigo 25, da

Contratado: ANTONIO AFONSO DOS SANTOS | CPF nº. 440.554.479-49 Objeto do Contrato: FORNECIMENTO DE CARNE BOVINA: DE 2º QUALIDADE, COM NO MÁXIMO 10% DE GORDURA NÃO APRESENTAR OSSOS, CARTILAGENS, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAL ESTRANHOS, CONTENDO INDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E S.I.F. OU S.I.M. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFOME CHAMAMENTO PUBLICO 01-2018.

 Valor Contratual:
 R\$ 15.000,00 (quinze mil reals)

 Data da Assinatura:
 26 de Junho de 2018.

 Vfgência:
 até 31/12/2018
 Foro: Comarca de Colorado, Estado do Paraná. Itaguajé, 26 de Janho de 2018 CRISOGONO NALETO E SILVA JUNIOR PREPETTO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ; 76,282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

DECRETO Nº 080, de 28 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre o horário de funcionamento das repartições públicas municipais durante os dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA Rússia 2018"

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ourizona, Estado do Paraná, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inc. VI doartigo 64 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a participação da seleção nacional no Campeonato Mundial de CONSIDERANDO que a natureza do evento gera amplo interesse ao

acompanhamento das partidas o que deve ocorrer sem prejuízo do funcionamento dos CONSIDERANDO que a ocasião é excepcional, pois os jogos de futebol da Seleção

Brasileira na Copa do Mundo mobilizam o país, razão pela qual a adaptação do horário de expediente da municipalidade se mostra razoável; $\textbf{CONSIDERANDO} \ \text{que} \ \text{os} \ \text{demais} \ \text{\'org\'{a}os} \ \text{p\'ublicos} \ \text{Estaduais} \ \text{e} \ \text{Federais}, \ \text{inclusive} \ \text{o}$

Poder Judiciário do Paraná, estão adotando expediente de funcionamento excepcional de suas reparticões:

DECRETA

Art. 1ºFica determinado o horário de expediente no dia 02 de julho de 2018, dia de Jogo do Brasil na Copa do Mundo 2018, fase de oitavas de final, para fins de cumprimento I – No dia 02 de julho de 2018 a jornada de trabalho será das 07h30min às

10h00min e das14h00min as 17h00min. Art. 2º. Fica assegurado o atendimento aos serviços essenciais, tais como: coleta de

lixo, urgência e emergência na área da saúde, etc Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA A028 DIAS DO MÊS DE JUNHO

MANOEL RODRIGO AMADO Prefeito Municipal	
PARANÁ	PREGÃO PRESENCIAL
MUNICIPAL DE OURIZONA	Nr.: 57/2018 - PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos 111/2018

PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homolo

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

ESTADO DO F

Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA A FROTA MUNICIPAL.

Lote: 1 - 001811 - SONIA MOSSATO





PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO № 102/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2018 Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: ACTUARIAL ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULO ATUARIAL PARA AVALIAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA. Duração: 31/12/2018. Valor: R\$ 7.950,00 (Sete mil, novecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 26 de junho de 2018.

Ourizona-PR, 26 de junho de 2018. MANOEL RODRIGO AMADO Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ DISPENSA DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA Nr.: 32/2018 - DL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em pecialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de

f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELAB PARA AVALIAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA.

EXTRATO DE CONTRATO № 104/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 55/2018- PMO Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR.

Data da Assinatura: 28 de junho de 2018.

Contratada: LUBRIMARQUES COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE E UTENSILIOS DOMÉSTICOS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE REFRÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CLUBE DO FANDÓ. **Duração:** 12 (DOZE) MESES.

Valor: R\$ 166.681,40 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta centavos).

Ourizona-PR, 28 de junho de 2018. Prefeito Municipal ESTADO DO PARANÁ Nr.: 55/2018 - PR CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014 C.E.P.: 87170-000 . Ourizona - PR

IATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE E UTENSILIOS A MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE JBE DO FANDÓ

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018- PMO

Obieto: AOUISICÃO DE PONTOS BIOMÉTRICOS - RELÓGIO PONTO, DESTINADO A TODOS OS

DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS. Duração: 31/12/2018. Valor: R\$ 25.735,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais).

Contratada: JOSE ARIBALDO FERREIRA RELOGIOS - ME.



ESTADO DO PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2018 - PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em ylgor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregociro e sua equipe de apior, fesolva.

d) Data Homologação: 25/06/2018 e) Data da Adjudicação: 25/06/2018 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PONTOS BIOMÉTRICOS - RELÓGIO PONTO, DESTINADO A TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS.

\(\text{(em Reals R\$)} \)
\(\text{Qtde de Itens} \quad \text{Média Descto (%)} \quad \text{Total dos Itens} \)

25.735,00 25.735,00

Dotação(ões); 2.003.4.4.90.52.00.00.00.00 (56), 2.003.4.4.90.52.00.00.00.00 (542 ESTADO DO PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL FEFITURA MUNICIPAL DE OURIZONA CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014 C.E.P.: 87170-000 - Ourizona - PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos 110/2018

d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Data da Adjudicação: 25/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. INSTALAÇÃO E REPAROS DE ÁR CONDICIONADO

(em Reais R\$)

<u>Otde de Itens</u> <u>Média Descto (%)</u> <u>Total dos Itens</u>

Dotação(ões): 2.034.3.3.90.39.00.00.00.00 (193)

VALOR VALOR MÁXIMO



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Cruzeiro do Sul - Pr.

Resolução n°004/2018

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas Final do programa "Brinçadeiras na Comunidade"

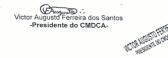
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

— CMDCA, DO MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO SUL - Pr., no uso de suas atribuições
legais, conferidas pela Lei Municipal 201/2015 de 24 de abril de 2015, e Lei Federal
8069 de 13 de Julho de 1990. Considerando as deliberações em plenária do
conselho municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 19 de
Junho de 2018.

Resolve:

Art. 1°Aprovar Prestação de Contas final do programa Brincadeiras na Comunidad executado em 2017 conforme determina a Deliberação 056/2014 do CEDCA/PR.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, Cruzeiro do Sul Estado do Paraná, aos 19 de Junho do Ano de Dois Mil e Dezoito (19/06/2018).





Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARAMA

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283

Calixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJE - PR.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DEI TAGUALE - PR
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DEI TAGUALE - PR
CONTRATADO: ANTONIO FELIX DE SOUIZA FILHO
OBJETO: Aquisição de bananas, laranjas, verduras e itens hortifutis, para merenda Escolar do
Municipio, conforme Chamamento Público nº 001/2018, da Agricultura Familiar para alimentação
Escolar, conforme Lei nº 11-917 de 1606/2009 e Resolução nº 38 do FNDE de 160/72009.

Item	Descrição	Unida de	ESCO LA E CMEI	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
01	Abóbora: Abóbora Madura, com casca se brilho e firma, tamanhos grandes, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou substâncias nocivas à saúde aderidas a superfície externa.	KG	37	R\$ 2,30	R\$ 85,10
02	Aipim Descascadas: Tipo branca ou amarela. De primeira, raizes grandes no grau normalde evolução no tamanho, sabor e cor próprios da espécie uniformes, sem ferimentos ou defeitos, não fibrosa	KG	125	R\$ 3,00	R\$ 375,00
03	Alface: Unidade de tamanho médio, de boa qualidade, sem folhas podres.(350G)	MÇ	733	R\$ 4,00	R\$ 2.932,00
04	Limão Taiti: De 1ª qualidade, peso médio 60 gramas, casca lisa livre de fungos.	KG	35	R\$ 3,00	R\$ 105,00
05	Colorau de Urucum - A base de urucum, sem misturas, fabricado em adequadas condições higiênico sanitárias, sem sujidade alguma	KG	37	R\$ 30,00	R\$ 1.110,00
06	Cheiro Verde: Aparência fresca, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícola. (350G)	MÇ	100	R\$ 1,50	R\$ 150,00
07	CENOURA nova de 1ª qualidade, sã e sem rupturas, tamanho médio	KG	233	R\$ 2,20	R\$ 512,60
08	TOMATE novo de 1º qualidade, să e sem rupturas,tamanho médio	KG	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
09	Melancia: Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfetto estado de desenvolvimento. Com 70% de maturação. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão	KG	533	R\$ 1,00	R\$ 533,00
10	Couve: Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas. (400 g)	MÇ	287	R\$ 3,00	R\$ 861,00
11	Laranja: Tipo péra com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca integra, Isenta de substancias terrosa, sujidades, parasitas, Iarvas, residuos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso por unidade de aproximadamente 180 gramas.	KG	525	R\$ 1,40	R\$ 735,00
12	BETERRABA nova de 1º qualidade, să e sem rupturas, tamanho médio	KG	166	R\$ 2,10	R\$ 348,60
13	Banana da Prata - graúdas; maturação moderada (não madura totalmente), sem uso de produtos químicos para maturação; sadias; de boa qualidade.	KG	233	R\$ 1,60	R\$ 372,80
14	Almeirão 400g Características Gerais: parte verde das hortiliças, de elevada qualidade, sem defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, devendo ser bem desenvolvida,	MÇ	383	R\$ 3,00	R\$ 1.149,00
	Isenta de enfermidades ou danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Sem sujidade, parsaitas ou larvas ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de residuos de fertilizantes, livres da maior parte possivel de terra, raízes e com acondicionamento em sacos plásticos micro perfurados.		,		
DO	TACÃO ORCAMENTÁRIA:		/	TOTAL	R\$ 11.669,10
06.0 06.0 PR	001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 0101.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 3111.4.4ZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018. RO: Comarca de Colorado - PR	X		Mater	ial de Consumo ial de Consumo
				nho de 2018	
	CRISÓGONO NØLETO	E SILV	A JÚNIC	PR	

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 19/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – PR
CONTRATADO: ANTONIO AFONSO DOS ANTOS
OBJETO: Aquisição de Came Bovina de 2º qualidade para Merenda Escolar do Município
conforme Chamamento Público nº 00/12018, As Agricultura Familiar para Alimentação Escolar
conforme Lei nº 11.947 de 16/06/2009 e Resolução nº 38 do FNDE de 16/07/2009, conforme
descrito abalva.

ESCOLA Valor Valor 10tal E CMEI Unit. Valor 10tal 1.250 R\$ 12,00 R\$15.000,00 CARNE BOVINA: de 2º qualidade, com r Maximo 10% de gordura não apresenta essos, cartilagens, isento de sujidades e materiais estranhos, contendo identificaçã do produto, prazo de validade e S.I.F. o S.I.M.

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR

Total: 15.000,00 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 06.001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018.
FORO: Comarca de Colorado - PR Itaguajé, 28 de Junho de 2018 CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 20/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – PR
CONTRATADO: GILBERTO FERREIRA CRUIZ
OBLETO: Aquisição de Came Bovina de 2º qualidade para Merenda Escolar do Município
conforme Chamamento Público nº 00/12018, Ad agricultura Familiar para Alimentação Escolar
conforme Lei nº 11.947 de 16/06/2009 e Resolução nº 38 do FNDE de 16/07/2009, conforme
descrito abativa.

CARNE BOVINA: de 2º qualidade, com no R\$15.000,0 ossos,cartilagens, isento de sujidades e nateriais estranhos, contendo id do produto, prazo de validade e S.I.F. o DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 06.001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018. FORO: Comarca de Colorado - PR

Itaguajé, 28 de Junho de 2018.

CRISÓGONO NOCETO E SILVA JÚNIOR

Poffeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 18/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ - PR
CONTRATADO: LUIZ VALTER RODRIGUES FERNANDES
OBLETO: Aquisição de bananas, laranjas, verduras e items bandonis de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata Z VALTER RODRIGUES FERNANDES de bananas, Iarnajas, verdruras e itens hortifrutis, para merenda Escolar d l'hamamento Público nº 001/2018, da Agricultura Familiar para alimentaçã nº 11,947 de 16/06/2009 e Resolução nº 38 do FNDE de 16/09/2005 secrito phinics. me descrito aba Unidade ESCOLA Valor Valor Máx.
E CMEI Máx. Unit. Total.

1	Abóbora: Abóbora Madura, com casca se brilho e	KG	37	R\$ 2,30	R\$ 85,10
	firma, tamanhos grandes, uniforme, sem				
	ferimentos ou defeitos, livre de terra ou substâncias nocivas à saúde aderidas a				
	substancias nocivas a saude adendas a superfície externa.				
2	Aipim Descascadas: Tipo branca ou amarela. De	KG	125	R\$ 3.00	R\$ 375.00
-	primeira, raízes grandes no grau normalde				
	evolução no tamanho, sabor e cor próprios da				
	espécie uniformes, sem ferimentos ou defeitos,				
	não fibrosa				
3	Alface: Unidade de tamanho médio, de boa	MÇ	733	R\$ 4,00	R\$ 2.932,00
	qualidade, sem folhas podres.(350G)				
4	Limão Taiti: De 1º qualidade, peso médio 60	KG	35	R\$ 3,00	R\$ 105,00
5	gramas, casca lisa livre de fungos. Colorau de Urucum - A base de urucum, sem	KG	37	R\$ 30.00	R\$ 1.110.00
0	misturas, fabricado em adequadas condições	NG.	31	N\$ 30,00	1.110,00
	higiênico sanitárias, sem suidade alguma				
6	Cheiro Verde: Aparência fresca, colhidas ao	MC	100	R\$ 1.50	R\$ 150.00
-	atingir o grau de evolução completo e perfeito				
	estado de desenvolvimento. Isento de danos e				
	defeitos de natureza física ou mecânica, terra				
	aderente, sujidades, parasitas e larvas e				
	defensivos agrícola. (350G)				
7	CENOURA nova de 1ª qualidade, să e sem	KG	233	R\$ 2,20	R\$ 512,60
9	rupturas, tamanho médio	KG	533		
9	Melancia: Frescas de ótima qualidade, compacta, firme de coloração uniforme, aroma, cor e sabor	KG	533	R\$ 1,00	R\$ 533,00
	típico da espécie, em perfeito estado de				
	desenvolvimento. Com 70% de maturação. Não				
	serão permitidos danos que lhe alterem a				
	conformação e aparência. Isento de suiidade.				
	insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e				
	perfurações. Peso e tamanho padrão				
10	Couve: Aparência fresca e să, colhidas ao atingir	MÇ	287	R\$ 3,00	R\$ 861,00
	o grau de evolução completo e perfeito estado de				
	desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de				
	natureza física ou mecânica, terra aderente,				
	sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas. (400 g)				
11	Larania: Tipo pēra com 70% de maturação. Sem	KG	525	R\$ 1.40	R\$ 735.00
	danificações físicas, casca integra. Isenta de				
	substancias terrosa, sujidades, parasitas, larvas,				
	resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor				
	estranho. Peso por unidade de aproximadamente				
	180 gramas.				
12	BETERRABA nova de 1º qualidade, sã e sem	KG	166	R\$ 2,10	R\$ 348,60
13	rupturas, tamanho médio Banana da Prata - graúdas; maturação moderada	KG	233	R\$ 1.60	R\$ 372.80
13	(não madura totalmente), sem uso de produtos	NG.	233	1,00	N\$ 372,00
	químicos para maturação: sadias: de boa				
	qualidade.	1	1	1	1
14	Almeirão 400g Características Gerais: parte verde	MÇ	383	R\$ 3,00	R\$ 1.149,00
	das hortiliças, de elevada qualidade, sem	1 -	1	1	1
	defeitos, com folhas verdes, sem traços de	1			1
	descoloração, devendo ser bem desenvolvida,	1	1		1
	isenta de enfermidades ou danos físicos e	1	1	1	1
	mecânicos oriundos do manuseio e transporte.				1
	Sem sujidade, parasitas ou larvas ou outros		1		
	defeitos que possam alterar sua aparência e	l	1	l	1
	qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes, livres				
	da maior parte possível de terra, raízes e com				1
	acondicionamento em sacos plásticos micro	l	1	l	1
	perfurados.		-	TOTAL	De 0 000 11
	1	l		TOTAL	R\$ 9.269,10
	TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
06.	001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 0100	0 ,	/	Material	de Consumo
06	001.12.361.0035.2.020.3.3.90.30.00.00 3111	2 /		Material	de Consumo
	AZO DE VICÊNCIA. 21/12/2019	- /			

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018. FORO: Comarca de Colorado - PP Itaguajé, 28 de Junho de 2018. CRISÓGONO NOZETO E SILVA JÚNIOR

	nicípio, conforme Chamamento Público nº 001/2 olar, conforme nº 11.947 de 16/06/2009 e Resolu	018, da .	Agricultura	raininai p	ara Alimentação
	oiar, conforme nº 11.947 de 16/06/2009 e Resoii crito abaixo:	içao n	98 do FNL)E de 16/07	2009, conforme
Item	Descrição	Unidad e	ESCOL A E	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
01	Abóbora: Abóbora Madura, com casca se brilho e firma, tamanhos grandes, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou substâncias nocivas à saúde aderidas a superfície externa.	KG	37	R\$ 2,30	R\$ 85,10
02	Aipim Descascadas: Tipo branca ou amarela. De primeira, raizes grandes no grau normalde evolução no tamanho, sabor e cor próprios da espécie uniformes, sem ferimentos ou defeitos, não fibrosa	KG	125	R\$ 3,00	R\$ 375,00
03	Alface: Unidade de tamanho médio, de boa qualidade, sem folhas podres.(350G)	MÇ	733	R\$ 4,00	R\$ 2.932,00
04	Limão Taiti: De 1 ^a qualidade, peso médio 60 gramas, casca lisa livre de fungos.	KG	35	R\$ 3,00	R\$ 105,00
05	Colorau de Urucum - À base de urucum, sem misturas, fabricado em adequadas condições higiênico sanitárias, sem sujidade alguma	KG	37	R\$ 30,00	R\$ 1.110,00
06	Cheiro Verde: Aparência fresca, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícola. (350G)	MÇ	100	R\$ 1,50	R\$ 150,00
07	CENOURA nova de 1º qualidade, sã e sem rupturas, tamanho médio	KG	233	R\$ 2,20	R\$ 512,60
10	Couve: Aparência fresca e sã, colhidas ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas. (400 g)	MÇ	287	R\$ 3,00	R\$ 861,00
11	Laranja: Tipo pēra com 70% de maturação. Sem danificações físicas, casca integra. Isenta de substancias terrosa, sujidades, parasitas, larvas, residuos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho. Peso por unidade de aproximadamente 180 gramas.	KG	525	R\$ 1,40	R\$ 735,00
12	BETERRABA nova de 1º qualidade, să e sem rupturas, tamanho médio	KG	166	R\$ 2,10	R\$ 348,60
14	Almeirio 400g Caracteristicas Gerais: parte verde das hortiliças, devedas qualifades, em defeitos, com folhas verdes, sem traços de descoloração, devendo ser bem desernolvolta, isenta de enfermidades ou danos físicos e mecânicos orirandos do manuscio e transporte, que possum alterar sua aparência e qualifade. Livre de residuos de fertilizantes, livres da maior parte possive de terra, raizes e com acondicionamento em siscos	MÇ	383	R\$ 3,00	R\$ 1.149,00
	plásticos micro perfurados.			TOTAL	RS 8.363.30

RS 8.363,30 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 001 12 361 0035.2.020.3.3.90.30.00.00 31112 Itaguajé, 28 de Junho de 2018 CRISÓGONO VOLETO E SILVA JÚNIOR



PREGAO PRESENCIAL № 31/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS ATA SISTEMA REGISTRO DE PREÇO № 43/2018 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

PREGAO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVONº 50/2018

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR CONTRATADA - CENTRO AUTOMOTIVO NOVA ERA EIRELI - ME

OBJETO – Eventuais aquisições de peças originais e ou de primeira linha, com base na Tabela Audatex, para atendimento da frota de veículos da linha leve, médio, pesados, e máquinas equipamentos e implementos rodoviários do Município de Uniflor, Estado do Paraná

ITENS E VALORES DA ATA: Lote Especificação Percentual Percentual Prazo de Entrega de de Descon Desconto por Extenso 01 (Um) dia útil

R\$ 01 Pecas para Por Cento Contado após o da linha Leve vio da Autoriza

Valor Máximo - R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) HOMOLOGADA: 11/06/2018 VIGENCIA: 24/06/2019

> Uniflor (Pr) 25 de Junho de 2018 an Rogério Petenazzi Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL Nº 31/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS ATA SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS PREGAO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO . ..Nº 50/2018

CONTRATADA - CENTRO AUTOMOTIVO NOVA ERA EIRELI - ME CNPJ N°- 08.921.013/0001-05

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

OBJETO - Eventuais aquisições de peças originais e ou de primeira linha, com base na Тabela Audatex, para atendimento da frota de veículos da linha leve, médio, pesados, e máquinas equipamentos e implementos rodoviários do Município de Uniflor, Estado do Paraná.

ITENS E VALORES DA ATA

Lote	Especificação	Percentual	Percentual	Prazo de Entrega	Valor
		de	de Desconto		Máximo
		Desconto	por Extenso		R\$
03	Peças para	28,00%	Vinte e Oito	01 (Um) dia útil	100.000,00
	Veículos Oficiais		Por Cento	Contado após o	
	da linha Médio			envio da Autorização	
				de Fornecimento	

Valor Máximo - R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) HOMOLOGADA: 11/06/2018 VIGENCIA: 24/06/2019

Alan Rogério Petenazzi

Uniflor (Pr), 25 de Junho de 2018.

PREGAO PRESENCIAL Nº 31/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

PREGAO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO . ..Nº 50/2018 CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

CONTRATADA - FLEX NORTE MANGUEIRAS E CONEXÕES LTDA - ME CNPJ Nº- 03 779 631/0001-49

OBJETO – Eventuais aquisições de peças originais e ou de primeira linha, com base na Tabela Audatex, para atendimento da frota de veículos da linha leve, médio, pesados, e máquinas equipamentos e implementos rodoviários do Município de Uniflor, Estado do Paraná.

ITENS E VALORES DA ATA:

Lote	Especificação	Percentual de	Percentual de Desconto	Prazo de Entrega	Valor Máximo
		Desconto	por Extenso		R\$
05	Peças para	28,00%	Vinte e Oito	01 (Um) dia útil	100.000,00
	Veículos Oficiais		Por Cento	Contado após o	
	da linha Pesados			envio da Autorização	
				de Fornecimento	

Valor Máximo - R\$ 100.000.00 (Cem Mil Reais) HOMOLOGADA: 11/06/2018 VIGENCIA: 24/06/2019

Uniflor (Pr), 25 de Junho de 2018.

PREGAO PRESENCIAL Nº 31/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS ATA SISTEMA REGISTRO DE PRECO Nº 46/2013 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

PREGAO PRESENCIAL CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

CNPJ Nº- 19.680.387/0001-00

OBJETO – Eventuais aquisições de peças originais e ou de primeira linha, com base na Tabela Audatex, para atendimento da frota de veículos da linha leve, médio, pesados, e máquinas equipamentos e implementos rodoviários do Município de Uniflor. Estado do

ITENS E VALORES DA ATA

				Valor
	de	de Desconto		Máximo
	Desconto	por Extenso		R\$
Peças para	28,00%	Vinte e Oito	01 (Um) dia útil	100.000,00
Máquinas,		Por Cento	Contado após o	1
Equipamentos e			envio da Autorização	
Implementos			de Fornecimento	1
Rodoviários				
	Máquinas, Equipamentos e Implementos	Máquinas, Equipamentos e Implementos	Peças para 28,00% Vinte e Oito Máquinas, Equipamentos e Implementos	Peças para 28,00% Vinte e Oito Maquinas, Equipamentos e Implementos e Implementos

lor Máximo - R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais HOMOLOGADA: 11/06/2018 VIGENCIA: 24/06/2019

> Alan Rogerio Petenazzi Prefeito Municipal

Uniflor (Pr), 25 de Junho de 2018







LEI Nº 1198/2018.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a parcelar débitos de energia elétrica com a Companhia Paranaense de Energia - Copel e dá outras

O PREFEITO DE SANTO INACIO - ESTADO DO PARANÁ, SUBMETE À APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES O PRESENTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º -Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar débitos de energia elétrica relativos ao consumo de prédios próprios do Município.

Art. 2º - O valor total para o parcelamento previsto nesta Lei será de R\$ 479.815,99 (quatrocentos e setenta e nove mil oitocentos e quinze reais e

§ 1º - O valor previsto no "caput" será pago em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas.

de Reconhecimento de Débito" constante no Anexo I desta Lei. Art. 3.º - As despesas decorrentes desta Lei serão deduzidas da

§ 2º - O parcelamento atenderá as condições previstas no "Termo

04	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
001	DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
28.843.0005.3017	Manutenção de Compromissos com a Dívida Pública
4.6.90.71.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado
00305	Exercício
	001 28.843.0005.3017 4.6.90.71.00.00

Código	00305	Exercício
Fonte de Recursos	00000	Recursos Ordinários (livres)

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, passando esta Lei a vigorar na data de sua publicação.

> Santo Inacio, em 22 de Junho de 2.018. JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS Prefeito de Santo Inácio



Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul C.G.C. 75731034/0001-55 Āv. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299 Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

LEI Nº 283/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional por cancelamento de dotação e Crédito Especial Mediante o provável Excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2018, e dá

A CÁMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ - APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANA, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercicio Financeiro por cancelamento de dotação no valor de R\$7.000.00 (sete mil reais) e um Credito Especial no valor de R\$7.000.00 (setenta mil reais), estando as osa quistes das seguintes dicafogês abaixo, na Lei Orçamentira Anual, algustando a LDO do exercicio de 2018 e o PPA dos exercicios de 2018 a 2021, conforme específicações abaixo:

CRÉDITO ADICIONAL

4.4.90.52.00.00	RED	FONTE	VALOR
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	468	3.3.126	R\$ 7.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			R\$ 7.000,00
CRÉDITO ESPECIAL			
09.001.27.812.0012.2.0534.4.90.93.00.00 MANUT	ENCAO DO I	DESPORTO AMA	DOR
4.4.90.93.00.00-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	RED	FONTE	VALOR
	654	3.3.126	R\$ 10,000.00
08.001.12.361.0010.2042 MANUT, DO ENSING	FUND, EM	ENDA 14/96	
A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	DED	FONTE	VALOR
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO	RED	FONTE	VALUR
	655	296	R\$ 60.000,00
Art. 2º - Como recurso para cober cancelado no exercicio de 2018, como segue abaixo 67 001.10.301.0007.2.104.4.4.90.52.00.00 - PACS - F SAÚDE	655 tura do artig discriminados	296 o primeiro nos cr	R\$ 60.000,00 éditos adicionais,
Art. 2º - Como recurso para cober- cancelado no exercício de 2018, como segue abaixo 07.001.10.301.0007.2.104.4.4.90.52.00.00 PACS - F	655 tura do artig discriminados	296 o primeiro nos cr	R\$ 60.000,00 éditos adicionais,

RED VALOR R\$ R\$10.000,00

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL -ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE JUNHO DE 2018. Ademir Mulon -PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 944/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

- PREFEITO MI

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Especial Mediante o provável Excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS COM BASE NA LEI 283/2018, DE 27 DE JUNHO DE 2018, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANA, autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados aos ajustes das seguintes dotações abaixo, na Lei Orçamentária Anual, ajustando a LDO do exercício de 2018 e o PPA dos exercícios de 2018 a 2021,

	CREDITO	SPECIAL				
AMADO	R		3.00.00 MANU	TENCAC	DO DESP	ORTO
4.4.90.9	3.00.00-INDENI	ZAÇŌES/R	ESTITUIÇÕES	RED	FONTE	VALOR
				654	3.3.126	R\$ 10.000,00
08.00	1.12.361.0010.2		IT. DO ENSINO I 1/96	FUND. E	MENDA	
3.3.90.3	0.00.00- MATER	IAL DE CO	ONSUMO	RED	FONTE	VALOR
				655	296	R\$ 60.000,00
Artigo 43 FONTE	PROJ ATIV	FONTE	CÓDIGO REC	EITA	RED	VALOR R\$
31126		MINIST ES	0.00. RENDIMEN PORTE EQUIP I 1126		54	R\$10.000,00
296	1.7.2.1.01.90.0	0.00 - CO	A PARTE DO FI	NDE	195	R\$60.000,00
TOTAL	DA RECEITA CI	RÉDITOS E	SPECIAL		F	R\$ 70.000,00
publicac	Art. 3° - E ão, revogadas a		to entrará em v es em contrário.	rigor na	data de s	sua aprovação e

PACO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANA - EM 27 DE JUNHO DE 2018.



DECRETO Nº 943/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal efetuar a Abertura de Crédito Adicional por cancelamento de dotação para o Exercício Financeiro de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS COM BASE NA LEI 283/2018,

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANA, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercicio Financeiro por cancelamento de dotação no valor de R\$7.000,00 (sete mil reais), na Lei Orçamentária Anual, ajustando a LDÓ do exercício de 2018 e o PPA dos exercícios de 2018 a 2021, conforme especificações abaixo:

CRÉDITO ADICIONAL 09.001.27.812.0012.2.053.4.4.90.52.00.00 - MANI	ITENCAO	DO DESPOR	RTO AMADOR
4.4.90.52.00.00	RED	FONTE	VALOR
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	468	3.3.126	R\$ 7.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			R\$ 7.000,00

Art. 2º - Como recurso para cobertura do artigo primeiro nos créditos ica cancelado no exercício de 2018, como segue abaixo discriminados:

07.001.10.301.0007.2.104.4.4.90.52.00.00 PACS - P COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	ROGRAMA	AGENTES	5
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL	RED	FONTE	VALOR
PERMANENTE	618	518	R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua aprovação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ – EM 27 DE JUNHO DE 2018. Ademir Mulon - PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

CNPJ 76.970.375/0001-46

LEI Nº 1.199/2018.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa de Recuperação de Créditos 2017 da Sanepar – Recred 2017, seu regulamento e anexos instituído pela Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar para negociação dos valores referentes às contas de consumo de água e serviços de saneamento prestados e ão pagos pelo município de Sa

O PREFEITO DE SANTO INACIO - ESTADO DO PARANÁ SR ILINIOR MARCELINO DOS SANTOS FAZ SABER QUE A CÁMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULOI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Programa de Recuperação de Créditos 2017, seu regulamento e anexos, instituído pela SANEPAR para negociação dos valores referentes às contas de consumo e dos serviços de saneamento básico prestados e não pagos pelo Município de Santo

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de Dívida no valor total de R\$ 1.551.572,10 (um milhão quinhentos e cinquenta e um mil quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos) que pela adesão ao Programa terá a exclusão da multa de 2% e desconto sobre a correção monetária devida em relação ao valor histórico devido pelo Município, perfazendo o valor da divida, desde que atendidas as regras do referido programa, de R\$ 1.196.168,48 (um milhão cento e noventa e seis cento e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), a ser parcelada em 90 parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 16.537,36 (dezesseis mil quinhentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos) cada. Parágrafo único:Os valores poderão ser atualizados de acordo com

s regras do referido Programa e serão devidamente atualizados até a data efetiva de homologação do acordo.

Art.3° Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a dar em garantia para fins do cumprimento da negociação, bens imóveis de propriedade do Aderente adiante descritos:

I – Uma área de terras medindo 750,00 m², sendo 25,00 metros de frente por 30,00 metros da frente aos fundos constante do lote 14 da quadra 13, da planta geral da cidade de Santo Inácio – PR, objeto da matrícula nº 1.343 do Cartório de Registro de Imóveis de Colorado – PR; II – Uma área de terras medindo 112.300,00metros quadrados, ou sejam, 11,23 hectares, ou ainda, 4,64 alqueires paulistas, cuja descrição consta no

item "a" da AV-1 da Matrícula 9.008 do Cartório de Registro de Imóveis de Colorado - PR; Art. 4º Se houver ação judicial em que se discuta o total ou parte da

dívida prevista no art. 2º, exceção àquelas que estiverem escritas em precatório, fica autorizada a homologação do valor total devido em juízo, inclusive com relação ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, na forma prevista no referido Programa. Art. 5º O Poder Legislativo do Município reconhece ter amplo conhecimento dos termos e condições do Programa de Recuperação de Créditos 2017, seu Regulamento e Anexos, instituído pela SANEPAR, motivo pelo qual

referenda a sua aplicação para a negociação da dívida do Município frente a SANEPAR, em especial com relação às consequências decorrentes do inadimplemento do acordo. Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando

10, em 28 de Junho de 2.018. JUNIOR MARCHINIO DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

ESTADO DO FARANTA
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 34/0-1221 - CEP 87.670-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS W 918/2016
PREÇAD PRESENCIAL Nº 18/2016

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 0182015, de acordo com o disposto no artigo 15, da Loi Federal nº 8.6693 e suas alterações, que conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regeno no relacionamento obrigacional entre o ORGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

Consideram-se registrados os seguintes preços dos Detentores da Ata:
 CAPEL ELETRICA EIRELI -ME, com sede na RUA MANOEL RIBAS, 1:244, CEP 87.704.000 PARANAVAI-PR, fone 44 - 3421.49700 no C.N.P.J.MF sob nº 21.056.6390001-89 representado pelo
 Representante Legal, Sr FABRICIO RIBEIRO DE OLIVEIRA – RG – 10.576.032-9 SSPIPR e CPF
 076.839.469-40, à saber:

ESPECIFICAÇÃO

1.1. Descrição dos itens:

ESPECIFICAÇÕES

LOTE - 01 - MATERIAIS ELETRICO

				MÁXIMO UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO
01	200	UNID	REATOR V. SODIO C/BASE 70W PADRAO COPEL COM SELO PROCEL	83,50	16.700,
02	600	UNID	LAMP // SODIO 70W BASE E-27, CORRENTE DA LAMPADA 0,98(A), FLUXO LUMINOSO G. GOLM, FICIENCIA LUMINOSA 85 7(LMV), TEMPERATURA DA COR 2000(K), VIDA MEDIANA 32 200(HIS), TENSÃO 220V. OBS: COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CATÁLIGOS OD IFICAN TÉCNICA E AMOSTRA DO PRODUTO NO ATO DO CERTAME. (SOB PENA DE DESCLASFICAÇÃO).	28,90	17.340,
03	30	UNID	LAMP V.SODIO 150W BASE E-40, CORRENTE DA LAMPADA 0,38(A), FLUXD LUMINOS TO 15.300LM, FEIGURA LUMINOS 102(LIM/W), TEMPERATURA DA COR 2000(K), VIDA MEDIANA 12.000(HS), TEMS DA COR 2000(K), VIDA MEDIANA 12.000(HS), TEMS DA 2020- 085: COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CATÁLGOS OD VICHAT FÉCNICA E AMOSTRA DO PRODUTO NO ATO DO CERTAME. (SOB PENA DE GESCLASSIFICAÇÃO).	37,60	1.128
04	20	UNID	REATOR V. SODIO C/BASE 150W PADRAO COPEL COM SELO PROCEL	93,90	1.878
05	250	UNID	LAMP.V.SODIO 250W BASE E-40, CORRENTE DA LAMPADA 0,98(A), FLUXO LUMINOSO 28.500LM, EFICIENCIA LUMINOSA 114(LM/W), TEMPERATURA DA COR 2000(K), VIDA MEDIANA 32.000(HRS), TENSÃO 220v. OBS:	49,70	12.425
			COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA E AMOSTRA DO PRODUTO NO ATO DO CERTAME. (SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO).		
06	100	UNID	REATOR V. SODIO C/BASE 250WPADRAO COPEL COM SELO PROCEL	99,90	9.99
07	150	UNID	CONECTOR PERF.10-70X1.5-10.0M 1501400	5,90	88
08	200	UNID	CONEC.CUNHA IP 02X2.5MM TIPO A	5,00	1.00
09	600	UNID	DE FALHA OS CONTATOS PERMANECEM ABERTOS ECONIMIZADO ENERGÍA (FALL-OFF) - CARGA MAZIMIA = 1000W / 1800WA (105 A 305V - FAXUA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO = 105 A 305V - SO/GRIZE - FOTO TRANSISTOR (SENSOR DE SILICIÓ) - LORA - 101U.X - RELAÇÃO = 105 DE SILICIÓ) - LORA - 101U.X - RELAÇÃO = 105 DE SILICIÓ) - LORAÑO - WASTOR, 101 JOIULE MINI PROTEÇÃO CONTRA PICCO DE CORRENTE - ERTABOD PARA APAGAR: - 5 SEGUINDOS - CONSUMO: - 1,0 W - FAIXA DE TEMPERATURA: - APOCE A - 170°C - INVOLUCRO DE POLICARBONATO ESTABILIZADO ADS RAIDS U - GRAU DE PORTEÇÃO: 19-67 - NORMAS ABBIT / NEMA / ANSI - 08S: COMPROVAÇÃO MEDIANTE A PROSEÇATO: POS - TATALOGO DU FICHA TÉCNICA E AMOSTRA DO PRODUTO NO ATO DO CERTIANE (SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO).	30,50	18.30
10	50	UNID	FITA ISOLANTE PRETA 20MTS REF:8834	4,30	21
11	200	UNID	GLOBO ANTI-VANDALISMO ESFERICO 15 X 3	29,90	5.98
12	150	UNID	PLAFONIER PLASTICO BRANCO	3,30	49
13	100	UNID	LAMP.ECONO.ESP. 44W 127V 6400K	39,00 29,30	3.90 2.93
14	100	MTS	LAMP.ECONO.ESP. 33W 127V 6400K	1,15	1.15
16	1.000	MTS	CABO FLEX. 2,5 MMý	0,75	1.12
17	1.500	MTS	CABO FLEX. 1,5 MMý CABO FLEX.10,0 MMý	4,95	3.96
21	70	UNID	LUMINARIA LM-1 COPEL C/POLICARBONATO	89,00	6.23
22	70	UNID	BRACO LUMINARIA I M-1 BR-1 COPEL 15018	23,00	1.61
23	100	UNID	RECEPTACULO REFORCADO E-27 MT-22	4,50	45
24	50	UNID	RECEPTACULO PORCELANA E-40 MT-24	9,30	46
25	30	UNID	DISJ.DIN CURVA C BIP. 2X20A REF:39343	22,10	66:
26	10	UNID	DISJ.DIN CURVA C BIP. 2X50A REF:39347	22,90	229
27	5	UNID	DISJ.DIN CURVA C TRI. 3X50A REF:39447	38,50	192
28	20	UNID	DISJ.DIN CURVA C BIP. 2X32A REF:39345	22,50	451
29	30	UNID	DISJ.DIN CURVA C BIP. 2X10A REF:39341	22,50	679
30	100	UNID	CONJ. 01 TOMADA UNIVERSAL 2P+T 10A	8,70	870
	1		1		

1.1.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de

1.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 018/2018. 1.3. O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 02 (dois) dias, após crecebimento do pelodido de fomecimiento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4. Os valores devidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** serão realizados em até 30 (trinta) dias após suas entregas, acompanhados das resnectivas notas fiscasio

1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 60 (sessenta) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR. 1.6. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta da Unidade Orçamentária, a seguir discriminada, constante da Nota de Emperho específica:
 -136 - 04.15.452.0006.2.707 33.90.30.00.00.00.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Det da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais tiens registrados, ficando-line facultada a utilização utorso meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdad condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lel Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.8. Os itens registrados e objeto deste Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e com suas embalagens não apresentando quaisquer danos ou alterações, nos exatos termos das contratações tevadas a efetio durante a vigência da Ala, sem qualquer despesa adicional.

1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor ao pagamento de moratória de 0.2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valoir do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total

1.10. A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue, observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se da no momento em que é atestado o recebirmento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado. 1.12. Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

1.13. Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus res de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos participantes desta Ala ou a terceiros coorridos por cupa de qualquer de seus empregado prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais venham a ser atitudas por força de lar, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obri assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.14. O recebimento dos materiais será realizado pelo servidor Departamento competente ou pela Comissão de Recebimento de Bens, nomeada pelo Decreto Municipal nº 025/2017.

1.15. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 018/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contratar os presentes disposições. 1.16. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de PARANACITY-PR, escotadas as vias administrativas

1.17. Para constar que foi leurado a presente Ata de Registro de Preços, que via aseinada pelo Senho CLEBER CERALDO DA SILVA, Pretetto do Município em Exercicio, pola Ser. FABRICIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, pelo Sr GERVANIO TSEI, Chefe de Gardelle S país, SVSVALDO JUNIOR GONSALVES MALDOVADO, ESDON VANDER TRESSA DA SYPA^A, qualificad presenbularmente, representando a detentina e testermunhas, a qual será devidamygé dubicada prolario focial do Município e na página ca www.inaja.pr.gov.br.

EDSON VANDER TRESSA DA SILVA Testemunha



TOTAL SUPLEMENTADO

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 21/2018

Súmulo: Abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor, autorizado pela Lei Municipal nº 1191/2017 e da outras providências.

O PREFEITO DE SANTO INACIO – ESTADO DO PARANÁ, FAÇO SABER A TODOS QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU, E EU, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Santo Inácio, na Entidade Prefettura Municípal de Santo Inácio, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no vaíor de 85.27046,15 (Unite e sete mil, quarento e seis reais e quínze centavos), autorizado pela Lei nº 1191/2017, para a suplementação da sequinte dotação do arcamento em visar, resimiáririninariar.

1 - SUPLEMENTAÇÃO 08 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
001 - DIVISÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIIO AMBIENTE
23.495.0008.109 - Ampliação de Resentulvação do Parque de Exposições e Eventos
01816.4.4.90.51.00.00 765 Conv. P. Exposiçõo e Eventos MIUR - Obras e Instalações
27.046.15

Artigo 2º - Para dar cobertura ao presente Crédito Adicional Suptementar, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R\$ 27.046,15 (vinte e sete mil, quarenta e seis reais e quinze centavas), conforme Artigo 4º, inciso V. da Lei 1191/2017, referente ao excesso real de arrecadação de receitas vinculadas, oriundo da Transferência de Recursos do centavos), conforme Artigo 4º, inciso V, da Lei 1191/2017, referente e de arrecadação de receitas vinculadas, oriundo da Transferência a Minisfério do Turismo, referente ao Contrato 1025080-31/2015 - Convêt

objeto é a Reestruturação do Parque de Rodeio e Exposição Edis Turcato. no Município de Santo Inácio, na seguinte conta de receita 2.4.1.8.10.9.1.04.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO REESTRUTURAÇÃO PARQUE RODEIO FT 765 27.046,15

Art. 3º - Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso do Exercício Financeiro de 2018, na seguinte fonte de recurso e conta

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto rará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de junho de 2018.



R\$ 27,046,15

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

CNPJ: 75.731.000/0001 - 60

EXTRATO DE 4º ADITIVO DE PRAZO

ESPÉCIE: Contrato nº 111/2014 – MF.
REF.: Pregão Presencial nº. 39/2014.
PARTES: Municipio de Floraí e a empresa: EMERSON LUIZ NAKAHARA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE
MÚSICA PARA BANDA E FANFARRA NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ.
OBJETO ADITIVO: Dilatação do prazo de vigência do contrato com aplicação do INPC referente aos anos de

2017/2018 equivalentes a 1,3263% conforme calculo. VIGENCIA DO CONTRATO: 14/06/2018 a 14/06/2019.

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 14/06/2018

Fausto Eduardo literrado.

EXTRATO DE 1º ADITIVO DO CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº <u>091/2017 – MF.</u>

REF.: Pregão Presencial nº. 051/2017.
PARTES: Município de Floraí e a empresa: MARCIO NORBERTO MIURA - ME., inscrita no CNPJ nº. 12.565.676/0001-01.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA ESTA MUNICIPALIDADE. VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.155,00 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais) VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/06/2018 A 16/06/2019.

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 14/06/2018.

Prefeito Municipal

FLÓRIDA

MUNICÍPIO DE

RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000 CNPJ: 75.772.400/0001-14 administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2018

Pelo presente, de um lado o MUNICIPIO DE FLORIDA (contratante) e, de outro, a empresa ABSOLUT CLINICA MEDICA E GESTÃO EM SAUDE LTDA (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Clausula Primeira – O presente termo tem por seu objetivo aditar a avença original com fim de promover a prorrogação contratual de prestação dos serviços contratados até 31 de julho de 2018, ou seja, dentro do prazo de validade da ata de registro de preço.

Clausula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art 15 § 3°, inciso III Lei Federal nº 8.666/93, e art. 12, *caput*, do Decreto Federal nº 7.892/2013 haja vista a vantagem ninistrativa consistente na continuidade do contrato em razão da importância, oportunidade e

Clausula Terceira – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor com a assinatura das testemunhas.

da, 29 de junho de 2018. MARCIA CRISTINA DALL'AGO Prefeita Municipal

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLORIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **ROSANIA AMARAL COSTA** (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo nº 13/2017, Processo Licitatório nº 16/2017, resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2017, na forma das Cláusulas que seguem estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

Considerando, o Ofício nº 003, da locadora ROSANIA AMARAL COSTA, que analisou as condições econômicas ocorridas no preço do objeto locação, em que solicita o reajuste do preço de R\$ 610,76 (seiscentos e dez reais e setenta e seis centavos), valor este mensal para R\$ 614,67 (seiscentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), para o período de 3 (três) meses, totalizando o valor de R\$ 1.884,01 (um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), com base em índices oficiais do governo

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 13/2017, não constando nada que desabone sua conduta

Resolvem Clausula Primeira: OBJETIVO e OBJETO

O presente termo tem por seu objetivo aditar a avença original com fim de promover o reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como índice o INPC no valor de 0,6409%, aditando também o prazo de vigência do contrato até 30 de setembro de 2018, nos termos dos Art. 57, II e 65, II, "d" da Lei 866/93.

Item	Descrição do Objeto	Preço	Preço	Valor Total
		Anterior	Reajustado	do Reajuste
1	Locação de imóvel para desenvolvimento de atividades precípuas da Administração			R\$ 1.884,01
	(funcionamento do Conselho Tutelar)	mensal	mensal	

Cláusula Segunda - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas decorrentes da execução dos serviços previstos no exercício correrão por conta das dotações do ano de 2018.

Clausula Terceira - Ficam inalteradas as demais disposições contratuais, do qual o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante e complementa

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias ial teor com a assinatura das testemunhas. Florida, 29 de junho de 2018

Contratante: MARCIA CRISTINA DALL'AGO

Contratada: ROSANIA AMARAL COSTA

PORTARIA Nº 1.391, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/200°

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido à servidora Marley Aparecida Benhossi Tomitan, matrícula 2-00046, 15(quinze) dias das férias regulamentar referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, para ser usufruída no período de 9 de julho a 23 de julho de 2018.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Flórida, 28 de junho de 2018

MARCIA CRISTINA DALL'AGO

DECRETO Nº 2.993. DE 29 DE JUNHO DE 2018

Exonera servidor de cargo efetivo

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas Considerando a opção e requerimento do servidor Pedro Silva Santos, inscrito na

matrícula nº 2-00302 DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado em 30 de junho de 2018, o Sr. Pedro Silva Santos, matrícula nº 2-00302, portador do RG nº 1.083.860-6/PR, do cargo efetivo de Tributarista/40h.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Flórida, 29 de junho de 2018.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA naii: contabiiidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 a Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 04/2018-PMO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA-PR avisa aos eventuais interessados que até as13:15horas do dia 23/07/2018 em seu Departamento de Licitação, sito à Rua Bela Vista, nº 1.014, estará recebendo os envelopes relativos a TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto o seguinte:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO, COBERTO E DESCOBERTO, PARA VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL, COM ÁREA COBERTA DE 60,27 M2. Os envelopes de habilitação serão abertos às13:30 horas do mesmo dia acima

mencionado, quando então haverá o competente julgamento. Cópias do Edital e dos demais documentos poderão ser obtidas junto à

Comissão Permanente de Licitação, no horário normal de expediente, devendo ser realizada diretamente no Setor de Licitações desta Prefeitura Municipal ou pelo site www.ourizona.pr.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone (44) 3278-1591

Ourizona/PR, 28 de junho de 2018. Marcia Schmaider Presidente da CPL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO № 69/2018

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ourizona, em cumprimento a determinação do Ordenador de Despesa, faz publicar o extrato da rescisão contratual entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA e a Empresa LAURITA DOS SANTOS CORREIA 01643003925.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A rescisão contratual em questão encontra aro da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual foi feita por ato amigável da

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA: Razões de interesse público, de alta relevância e amplo

conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

di du



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná CNPJ n° 02.231.038/0001-09

ESTADO DO PARANÁ DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2018 - DL CAMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA CNPJ: 02.231.038/0001-09

C.E.P.: 87110-000 - Paranapoema - PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Do Legislativo Municipal, CARLOS ANTONIO DOS ANJOS, no uso das atribuições que lhe conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do ecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes terr

a) Processo Nr.: 4/2018

e) Objeto da Licitação

L2F SISTEMAS WEB LTDA ME (159)

4/2018-DI

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)<u>Unid. Quantidade Descto (%)</u> Preco Unitário Total do Iten

Total Geral 3.840,00 Paranapoema, 22 de Junho de 2018

ESTADO DO PARANÁ DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2018 - DL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

e Do Legislativo Municipal, CARLOS ANTONIO DOS ANJOS no uso das atribuições que lhe lacitalisão am vinor, aspecialmente pala Lei Nr. 8.668/93 e alterações posteriores, a vista do

G.E.P.: 87110-000 - Paranapoema - PR

Contratação junto ao setor privado para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de impeza e outros materiais de expediente para abastecimento da Câmara Municipal de Paranapoema, por um período de

4.514,88

CLAODINE	FERREIGA DO NADOMESTO PARAMATOLINA - MIL. (1	30				
1 CA	FÉ 500g	UN	48.00	0.0000	7.20	345,60
2 AÇ	UCAR 5KG	PCT	12.00	0.0000	8,49	101,88
3 BO	LACHA SAL 400g	POT	96,00	0 0000	3,78	362,88
4 AG	UA MINERAL 20 its	GL	8.00	0 0000	9,99	79,92
5 AG	UA MINERAL 500 m	JN	96,00	0 0000	12,00	1,152,00
6 CH	Á 400g	JN	10.00	0.0000	6,81	68 10
7 MA	RGARINA 500g	UN	9.00	0.0000	4,90	44.10
8 MA	IONESE 500g	JN	9.00	0.0000	6,23	56,07
9 LE	ITE	LT	20 00	0.0000	2,99	59,80
10 AC	HOCOLATADO 800G	JN	9.00	0.0000	11,49	103.41
11 GA	RRAFA TERMICA 1L	uи	2.00	0.0000	29.80	59,60
12 GA	Z DE COZINHA 13KG	JN	2.00	0 0000	60,00	120,00
13 GU	ARDANAPOS DE PAPEL PACOTE	PCT	20.00	0.0000	2,50	50.00
14 PA	PEL TOALHA PCT	JN	10.00	0,0000	3.35	33.50
15 CO	POS PLASTICOS 180 ML	PCT	100.00	0 0000	3,15	315.00
16 FIL	TRO DE PAPEL	PCT	15.00	0,0000	3,05	45.75
17 AL	COOL	LT	10.00	0.0000	4,99	49.90
18 SA	COS DE LIXO 50 t	so	36.00	0.0000	2,99	107.64
19 PA	PEL HIGIÉNICO 4x1	PCT	40.00	0.0000	2,55	102.00
20 BU	CHINHA DE LAVAR LOUÇA 3/1	PCT	20.00	0.0000	3,80	76.00
21 LIN	PADOR 500 ml	FR	28.00	0 0000	4,49	125.72
22 DE	TERGENTE 500 m	FR	18.00	0.0000	1,90	34.20
23 VA	SSOURAS	UN	6.00	0.0000	6.99	41.94
24 RO	DO GRANDE	UN	6 00	0 0000	5.90	35.40
25 PA	NO LIMPAR CHÃO	JN	8.00	0.0000	4.99	39.92
26 SA	BÃO EM PÓ DE C1 kg	CX	12 00	0 0000	9,05	108.60
27 SA	BONETE LIQUIDO 05 1:	UN	5.00	0 0000	20,00	100,00
28 SA	CO DE LIXO 15LT	PCT	24.00	0,0000	2,99	71.78
29 DE	SINFETANTE PARA BANHEIRO SOOML	UN	28.00	0.0006	2.99	83.72
30 AG	UA SANITÁRIA 1LT	LT	12.00	0 0000 C	3,30	39,60
31 TO	LHAS DE ROSTO	UN	5.00	3 000€	7.15	35,75
32 LIA	APADOR DE VIDROS 500ML	ÚN.	12.00	0.0000	3.99	47.88
33 LIA	MPA PISO CASA E PERFUME 1LT	UN	10.00	0.0000	6.40	64.00
34 AL	COOL EM GEL 1 LT	UN	3.00	0.0000	5,90	17.70
35 OD	OORIZADOR DE AMBIÉNTES-BANHEIRO 360ML	JN	4.00	0.0000	10,00	40,00
36 INS	SETICIDA AEROSOL 380 ML	UN	4.00	0.0000	10,00	40 00
37 LU	VAS DE BORRACHA	UN	3.00	9.9000	6,80	20:40
38 BO	OTAS DE BORRACHA	UN	2.00	0.0000	49,00	98.00
39 LA	MPADA LED 25VTS	JN:	8.00	3.0000	14,90	119.20
40 180	QUEIRO	JN	3.00	0.0000	3,99	11,97
41 PIL	HA ALCALINA P/ CONTROLE DE AR CONDICIONADO	UN	3.00	0 0000	1,99	5.97



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná CNPJ n° 02.231.038/0001-09

ERRAMOS

Lamentamos informar que por motivos técnicos, deixou-se de publicar o Edital de Convocação de Audiência Pública do Primeiro Quadrimestre do Exercício de 2018, sancionado por essa Casa de Leis em data de 25 de Maio de 2018, o qual foi recebido em nosso sistema informatizado em tempo hábil para sua veiculação e dentro dos prazos determinados por Lei.

Salientamos que o referido Edital deveria ter sido publicado em data de 27 de Maio do ano em curso, não obstante em virtude de manutenção dos nossos arquivos transferidos em PDF e por lapso na diagramação, extraviou-se o material, objeto de publicação.

Em virtude disso, publicamos abaixo referido Edital, ao mesmo tempo em que nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares acerca do ocorrido, uma vez que o transtorno ocorreu involuntário e contra nossos princípios profissionais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PUBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Paranapoema, estado do Paraná no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000 e a instrução normativa nº 89/2013 TCE/PR, faz saber a quem interessar se digne possa que realizará audiência publica para demonstrar o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2.018, no seguinte local e horário;

Local: Sala das Sessões da Câmara Municipal de Paranapoema Data: 30 de Majo de 2.018 Horário às 14:00 Horas

Assim ficam todos devidamente convidados para participarem desta audiência publica.

Paranapoema, 25 de Maio de 2.018



Folha: 1/1

Folha 1/3

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

CNPJ 76.970.375/0001-46

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2018-PMSI

Obieto: Aquisição de Óleo Lubrificantes e Graxas. Data: 12/07/2018 Abertura: 9:00 hs Informações complementares e aquisição do Edital Fone (044) 3352.1222.

Sto Inácio Pr., 29 de Junho de 2.018.

Ciro Yuji Koga Depto Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOSNº 022/2018-PMSI

PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO DIA 07/07/2018 PARA O DIA 12/07/2018 Abertura :14:00 hs.

Objeto: Aquisição de Copo plástico descartável, Estopa, Sabão Intercap, Saco de Lixo "preto e verde", Shampoo liquido p/ carro, Solupan. Informações complementarese aquisição do Edital Fone (044) 3352.1222.

Sto Inácio Pr., 29de Junho de 2.018.

Ciro Yuji Koga Depto Licitação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2018-PMSI PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018-PMSI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO CONTRATADA: RENATO GROTTO & CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

VALOR TOTAL R\$-174.300,00 (Cento e Setenta e Quatro Mil e Trezentos Reais) DURAÇÃO: 27/06/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 15, § 2°, DA LEI N ° 8666/93,

Lote				Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 -	1	489	GASOLINA - COMBUSTIVEL	LTS	25.000,00	4,58	114.500,00
LOTE: 001 -	2		ALCOOL ETANOL - COMBUSTIVEL	LTS	20.000,00	2,99	59.800,00
			TOTAL				

174.300,00

3.500,00

SANTO INACIO PR., 28DE JUNHO DE 2.018.

SANTO INACIO PR. 28 DE JUNHO DE 2.018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N $^\circ$ 067/2018-PMSI PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N $^\circ$ 021/2018-PMSI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO CONTRATADA: AUTO POSTO SANTO INACIO LTDA CNPJ 11.975.132/0001-55 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA

FROTA MUNICIPAL PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DO MUNICIPIO . VALOR TOTAL R\$-83.500,00 (Oitenta e Três Mil e Quinhentos Reais) . DURAÇÃO: 27/06/2019 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 15, § 2°, DA LEI N ° 8666/93,

ITENS Descrição do produto/serviço Unidade reço total produto LOTE: DIESEL S10 25.000,00 3,34 83.500,00 16226 TOTAL

HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N°021/2018-PMSI

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a Homologação/Adjudicação do presente processo

Despinado o prazo recursar, torna-se puntos a riomotogação/Adjuntação do presente processo Licitatório realizado por esta Municipalidade.

O Prefeito de Santo Inácio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações, da Lei Orgânica do Município, bem como processo licita realizado pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 002/2018, de 03 de Janeirode 2018, assim resolve:

HOMOLOGAR, o processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018-PMSI, e adjudicar o seu objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, as empresas: Empresa- RENATO GROTTO & CIA LTDA

Unidade Quantida Preço Preço total GASOLINA -COMBUSTIVEL 114.500,00 59.800.00 ALCOOL ETANOL TS 20.000 COMBUSTIVEL Empresa-AUTO POSTO SANTO INACIO LTDA

roduto/Serviço vencedora a empresa: LOTEN° 001: Empresa- ITEM 001: Empres

RENATO GROTTO & CIA LTDA, CNPJ 19.982.699/0001-60, valor de R\$-4,58 (
Quatro reais e cinquenta e oito centavos)/litro, perfazendo valor total de R\$-114.500,00 (Cento e quatorze mil, quinhentos reais); no item :<u>ITEM 002</u>: Empresa- RENATO GROTTO & CIA LTDA, CNPJ 19.982.699/0001-60, valor de R\$-2,99 (Dois reais e noventa e nove centavos)/ litro, perfazendo valor total de R\$-59.800,00 (Cinquenta e nove mil e oitocentos reais); <u>ITEM 003</u>: Empresa- AUTO POSTO SANTO INACIO LTDA, CNPJ 11.975.132/0001-55, valor de R\$-3,34 (Três reais e trinta e quatro centavos)/litro, perfazendo no valor total de R\$-83.500,00 (Oitenta e três mil e quinhentos reais)

Santo Inácio, 28de Junho de 2018. JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTO INÁCIO - ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO N º 011/2018-FMS INEXIGIBILIDADE N° 001/2018-PMSI

PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO INÁCIO

CONTRATADA: CLINICA INTEGRADA MEDICA MARQEUZI LTDA CNPJ 23.916.873/0001-44 BASE LEGAL: ART. 57, INCISO II, DA LEI Nº 8666/93.

OBJETO: 1º termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato até 19/07/2018, nos termos do art. 57, Inciso II, firmado com a empresa CLINICA INTEGRADA MEDICA MARQEUZI LTDA - CNP123.916.873/0001-44, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIZADOS COMPLEMENTARES DE SAÚDE, " MEDICO CLINICO

GERAL", PARA PRESTAR SERVIÇOS NA UBS.

O VALOR DO CONTRATOpassa a ser R\$-6.589,41 (Seis mil, quinhentos e oitenta e nove , por mais 25 (vinte e cinco) dias DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA: Constante do contrato Original ou outra que Venha a substitui-la.

LUCILAINE DE FATIMA ARROYO ANTÃO Secretaria Municipal de Saúde

VIGÊNCIA: 19de Julho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2018-FMS DISPENSA Nº 002/2018

SANTO INÁCIO – PR.,22 DE JUNHO DE 2018

Contratante: MUNICIPIO DE SANTO INACIO Contratado: B.DE OLIVEIRA BERGAMASCHO-PRODUTOS NUTRICIONAIS

CNPJ N° 29.715.704/0001-22 **Objeto do Contrato**: AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor do Contrato: R\$-7.847,50 (Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e

Cinquenta Centavos)

Prazo de Vigência do Contrato: 15/09/2018 Foro do Contrato: Colorado – Estado do Paraná. Data de Assinaturado Contrato: 18/06/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 002/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 011/2018 HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Face ao constante destes autos de procedimento licitatório, referente à Dispensa nº- 002/2018

Assim, adjudico/HOMOLOGOa Dispensa N $^{\circ}$ - 000/2018, cujo objeto é cujo objeto é aquisição de AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA SAÚDE, no valor de R\$-7.847,50 (Sete mil oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), Jem favor da empresa B. DE OLIVEIRA BERGAMASCO - CNPJ N ° 29.715.704/0001-22, Conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde parte integrante deste processo e conforme orçamentos anexo

do tipo menor preço, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no art. 24,inciso II, da Lei 8.666/93.

SANTO INÁCIO - PR, 18 dejunho de 2018

LUCILAINE DE FÁTIMA ARROYO ANȚÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (044) 243-1157 CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04 São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11172 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI CONTRATADO: R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI - EPP. OBJETO: 1º Aditivo de prazo ao contrato, com vencimento em 08 de Junho de 2018, por mais 120 dias, até a data de 06 de Outubro de 2018. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1°, IV, da Lei n 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ampliação, reforma e remodelação de unidade escolar 09.02.12.365.0013.1.035 infanti

REFERÊNCIA: Tomada de Preços nº 11/2017

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO IVAI	. TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2018 - TP
CNPJ: 76.282.549/0001-04 PRAÇA SANTA CRUZ, 249 C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ival - PR	Processo Administrativo: 52/2018 Processo de Licitação: 52/2018 Data do Processo: 29/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRE LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos

b) Licitação Nr.: 6/2018-TP Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

d) Data Homologação:

28/06/2018

e) Objeto da Licitação

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): - 003027 - SANEAST ENGENHARIA LTDA EPI

ESTADO DO PARANÁ 76.282.649/0001-04 PRAÇA SANTA CRUZ, 249

TOMADA DE PREÇO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO IVAI Nr.: 7/2018 - TP Processo Administrativo 53/2018 ocesso de Licitação C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivai - PR

Otde de Itens Média Descto (%)

392.000.00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRE LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela issão de Licitações, resolve

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos

7/2018-TP b) Licitação Nr.: c) Modalidade

Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia d) Data Homologação: 28/06/2018

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Otde de Itens Média Descto (%) Total dos Itens - 003022 - LOPESPAV - SERVICOS, CONSTRUCAO E 556,480,33 São Jorge do Ival, 28 de Junho de 2018

TOMADA DE PREÇO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO IVAI Nr.: 8/2018 - TP rocesso de Licitação C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivai - PR Data do Processo 30/05/2018 Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRE LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislaç vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado prissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.

c) Modalidade:

d) Data Homologação: 28/06/2018

Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

e) Objeto da Licitação

Contratação de empresa especializada para construção de infraestrutura urbana (lazer) sendo 2.159.41 m² na rua Pioneiro João Sossai Sobrinho, esquina com rua das Industrias, datas 5/6-1, 5/6-2, 5/6-3, 5/6-4, 5/6 (REM) e 3/4, quadrá 01, conjunto habitacional kiyoski Kumassaka, conforme planithas e edital de licitacao do PARANACIDADE:

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

(em Reais R\$) Qtde de Itens Média Descto (%) Total dos Itens

- 001946 - E. FERNANDES ENGENHARIA - EPP São Jorge do Ival, 28 de Junho de 2018.



SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-SAMAE CONVENIADO COM A F. N. S. - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRAÇA SANTA CRUZ, 300 - Centro- Fone (44) 3243-1901 CEP:87190-000- CNPJ:04.301.515/0001- 82-SÃO JORGE DO IVAI ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL SAMAE-SERV.AUT.MUN.AGUA ESGOTO SAO JORGE DO IVAI CNPJ: 04.301.515/0001-82 Processo Administrativ RUA VISCONDE DE RIO BRANCO 08/06/2018 Data do Processo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Geral, JOSE QUIRINO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio,

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL d) Data Homologação: 28/06/2018

e) Objeto da Licitação — CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMATICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMA PARA GESTÃO PÚBLICA

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

46.000.39





1. DO OBJETO

13

33

01 Porta lamina completa
08 Fechadura inox externa

Soldável 20x25mm Bucha de redução

Soldável 32x40mn Bucha de redução PVC Soldável 50x60mm

Bucha de redução PVC

Soldável 75x85mm

19 Lona plástica PRETA

8 Pol Porta de madeira 80x210 lisa

redução PVC

0mm Soldável 32mm

PVC Soldável 50mi

Cotovelo PVC Esgoto 100mm UNID Cotovelo PVC esgoto 150mm UNID

de redução Soldável

Abraçadeira colar p/água Unid 75mmx3/4 Tubo PVC Ocre Esgoto Barra

Tubo PVC DEFORO Zuomini
Tubo PVC Ocre Esgoto Brand

PVC Esgoto

Cal virgem 20kg Cimento 50kg Ferro torcido 4,2 em barra Areja lavada

para mão

Corda nylon azul 8mm Jogo de batente p/ port

0mm otovelo liso PVC Soldável

Bucha de redução Soldável 40x50mm Bucha de redução Soldável 60x75mm Colar de Tomada

32mm redução

Tomada

de retenção PVC

PVC Esgoto 150mn

68 Luva correr PVC 200 DEFOFO Unid

Luva de correr PVC 60mm
Luva de correr PVC 75mm
Cotovelo liso PVC Soldável

3. DA VALIDADE DA ATA

Correr esanto

Castelo PVC 25mm
Registro PVC Soldável 25mm

Registro PVC Soldável 40mm ESFERA Registro ESFERA

80x110 84 Abracadeira

87

31

36

57

60mm Bucha

50x25mm Colar de

SFERA

esgoto 150mm Luva PVC

0mm DUPL

58 TÊ PVC esgoto 100mm 59 TÊ PVC esgoto 150mm

86 Tubo Esgoto 25mm 6mts

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-SAMAE CONVENIADO COM A F. N. S. - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRAÇA SANTA CRUZ, 300 - Centro- Fone (44) 3243-1901

CEP:87190-000- CNPJ:04.301.515/0001- 82-SÃO JORGE DO IVAI

ESTADO DO PARANA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 01/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, inscrito no CNPJ sob nº04.301.515/0001-82, sediado à Praça Santa Cruz, nº300, Bairro Centro, São Jorge do Ivaí-PR, neste ato representado pelo Sr. José Quírino dos Santos, considerando ojulgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial,RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lein.

1.1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de materiais

de construção e manutenção que serão utilizados nos diversos bens públicos desta Municipalidade, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que é

parte integrante da presente ata, assim como as propostas feitas no certame, independentemente de transcrição.

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:
2.1.1. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em Fornecedor: ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 26.907.532/0001-09, com endereço na Avenida Munhoz da Rocha, nº 466, Bairro Centro, na Cidade de Mandaguaçu, Esta Perde de Paraná, CEP. 87.160-000. Item Especificação Unid. Quantidade Marca Preço Preço Preco

05

02

03

06

03

03

10 3.000

3.000

03

10

06

60 100

02

04

08

04

Fornecedor: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 04.151.335/0001-61, com endereço na Rua Carlos

Essenfelder, nº 1.367, Bairro Boqueirão, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP. 81.650

03

PLASTILI

IPAL

AMANCO

KRONA C&M

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do SAMAE – SERVIÇ AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI, qu

procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de

endereço eletrônico (declinadopelo licitante na sua proposta de preços, em conformidade com a Cláusula 11.2.3.a. do edital), fax ou qualquer outro meio a critério do SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI.

4.3. Após efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até

a) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no presente edital e da

JUNCAL. 4.6. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado empresa estará sujeita às sanções previstas na Cláusula 8.1.b da presente ata de registro

empresa pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência

5. FORMA DE PAGAMENTO
5. 1. Os pagamentos serão efetuados na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços, após o recebimento definitivo dos produtos.
5.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada dasseguintes certidões:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativae contribuições federais);
b) prova de regularidade perante o fisco Estadual da sede da licitante:

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquel

obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigação finâncierra que me no imposta, em vinuos de ponúmesto de mentre sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a

6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual

6.2.1. Em não sendo reduzido o preco, o fornecedor será liberado docompromisso assumido

podendo o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

6.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir

redução daqueles praticados no mercado, ou de fatoque eleve o custo dos bens registrados. 6.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos

prova de regularidade perante o fisco Estadual da sede da licitante; prova de regularidade perante o fisco Municipal da sede da licitante;

comprovação dos recolhimentos exigidos em lei. 5.5. A dotação orçamentária será vinculada no momento da requisição de compra

Certidão negativa de débitos trabalhistas.

quando entregue com prazo de validade inferior a 01 (um) ano, a contar do dia da entrega 4.5. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três)

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO

b) quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da ata deregistro de preços

s úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora

UNIC

UNID

UNID

UNID

UNID

UNID

UNID

UNID

LINID

UNID

UNID

PVC UNID

4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

05 (cinco) dias úteis, no endereço constante na requisição.4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

proposta feita no procedimento licitatório;

JORGE DO IVAI

5. FORMA DE PAGAMENTO

Tomada PVC UNID

PVC

PVC UNID

PVC UNID

Fornecedor: MARCOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de

direito privado inscrita no CNPJ sob nº, 78.073.798/0001-99, com endereço na Avenida Andirá, nº 77, Bairro Centro, na Cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, CEP. 87.190-000.

Item Específicação Unid. Quantidade Marca Preço Unit. Total Máximo

102 Cel virgem 20kg SACAS 20 COLOMBO 8.29 166.80

UNID

UNIE

UNID

LINID

UNID

UNID

UNIE

STAN

KALA

PR

STAN

KRONA

KRONA

KRONA

KRONA

KRONA

KRONA

GERDAU

CARLO

SÃO

PLASTILIT

PLASTILIT

PLASTILIT

PLASTILIT

PLASTILIT VIQUA

VIQUA

PLASTILIT

PLASTILIT

PLASTILIT

TIGRE

2. DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos 6.3.1. Procedente o pedido, o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI providenciará a alteração do preçoregistrado.



570,00 135.20

79,00

196,00

13,00 179,00

49,50

60,00

1,80

8.00

11,50

24.00

54,00 25.50

38,00

9,95 55.50

585.00

448,50

15.00

885,00

33,8

15,8

98,00

1,30

20,00

0,18

0.80

1,15

4.00

9,00 4,25

9,5

195,00

29,90

79,00

21,00

5.00

295,00

3,95

0.37

6,90

1.40

2,85

5,50

8,40 8,90

8,40

16.50

57.00

7.80

3,80

88.00

197,50

.110.00

705,00 157,00

132,00

20,70

14.00

26,40

114.0

33,00

504,00 890,00

16,80

66.00

456,00

31.20

15,20

880.00

Preço Total

55,00 28,00 4,35

45,0

15,00

38,0

3,00

3,00

37,00 9,50

conforme a necessidade do SAMAE

6.3.2. Não sendo acatado o pedido de revisão, o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI poderá: a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação dapenalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do veracidade fore cinama. b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
7.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro de preços;
b) recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no
prazo estabelecido peloSAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO
MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar o fornecedor ou reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar

superior aqueies praticatos no mercator, d) se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com oSAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI ou for declarado inidômeo; e

שטראטב באט זיארו סער מפגומרמלס inidôneo; e e) por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamentecomprovados.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
8.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:
a) advertência;

 de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou substituição do bem recusado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, 2) de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item

descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item anterior:

o) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até 02 (dois) anos; e d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com oSAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por prazo não superior a 05 (cinco) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPIAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI os valores dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. 8.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

8.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados administrativa ou judicialmente

9. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI, na qualidade de gerenciador da Ata de Registro de Preços, monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e avaliará o mercado constantemente, podendo rever os preços dos aqualquer tempo, na forma prevista na Cláusula Sexta.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, a administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

Parágrafo Unico Fica designado a (o) servidor (a) Patrícia Silva Breves, matrícula nº.14, portador (a) da Cl/RG nº. 6.342.970-8SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº. 027.028.669-13 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto desta Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93, e de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona, item 9.2 letra "d", desta Ata. 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2018.

11.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI.

10.3. Para dirimir questões oriundas do presente contratos fica eleito o Foro da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

São Jorge do Ivaí,12 de junho de 2018.

SAMAE - SERVICE AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E EGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI. José Quirino dos Diretor Geral CHaz:

privado inscrita no CNPJ sob nº. 26.907.532/0001-09, com endereço na Avenida Munhoz da Rocha, nº 466, Bairro Centro, na Cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, CEP nº. 87.160-000 neste ato representado pelo seu sócio administrador o Sr. Carlos Henrique Zamparo-Rabello, portador da carteira de identidade RG nº. 10.225,079-6 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº. 069.787.029-43.

ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito

Avenida Andirá, nº 77, Bairro Centro, na Cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do nº. 87.190-000, neste ato representado pelo seu sócio administrador o Sr. Marcio Moreno Munhoz, portador da carteira de identidade RG nº. 7.383.221-7 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº. 030.671.699-21. MARGEM COMERCIO MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 04.151.335/0001-61, com endereço na Rua Carlos Essenfelder, nº 1.367, Bairro Boqueirão, na Cidade de CUrtible, Estado de Parané CEP, 81.650.090 neste ato representado pelo seu

MARCOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscritá no CNPJ sob nº. 78.073.798/0001-99, com endereço na

Curitiba, Estado do Paraná, CEP, 81,650-090, neste ato representado pelo seu procurador o Sr. Marino Padovan, portador da carteira de ider 1.596.587-8 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº. 368.347.429-72. de identidade RG no



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito

PORTARIA Nº. 123/2018

Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município. RESOLVE

CONCEDER a Servidora "ROSILDA ISIDORIO DA SILVA DEDEIDA" matricula nº. 180, lotada no Departamento de Administrativo, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 03 (três) meses de Licença Especial, referente ao qüinqüênio de 10/03/2013 a 09/03/2018.

retornar no dia 24/09/2018.

A partir do dia 26/06/2018 a 23/09/2018, devendo A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor,

> And a =ALAN ROGERIO PETENAZZI= PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 124/2018

aos 28 (vinte e oito) dias do mês de 06 (junho) do ano de 2018 (dois mil e

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER a Servidora "THAMIRES DO CARMO CUSTODIO", portadora da cédula de identidade RG. nº. 10.132.674-8 SSPR matricula nº. 30105, lotada no Departamento de Cultura, no cargo em Comissão de Assessor de 15 (quinze) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 à 12/08/2018, a partir do dia 25/06/2018 até o dia 09/07/2018. Deve retornar no dia 09/07/2018.

DETERMINAR o empenho e pagamento da importânce equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebida no mês de junho de 2018, pela Servidora a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho (06) de 2018 (dois mil e dezoito).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ALAN ROGERIO PETENAZZI = PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 125/2018

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

RESOLVE

CONCEDER a Servidora "JOSIANE APARECIDA RODRIGUES CARVALHO", portadora da cédula de identidade RG. nº. 8.027.117-4 SSP PR matricula nº. 2267, lotada no Departamento de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 16/04/2017 à 15/04/2018, a partir do dia 11/06/2018 até o dia 10/07/2018. Devendo retornar no dia 11/07/2018.

DETERMINAR o empenho e pagamento da importância equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebida no mês de junho de 2018, pela Servidora a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho (06) de 2018 (dois mil e dezoito).

=ALAN ROGERIO PETENAZZI = PREFEITO MUNICIPAL

devidas

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 126/2018

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município

RESOLVE

CONCEDER a Servidora "ADELAIDE NUNES DE ALMEIDA", portadora da cédula de identidade RG. nº. 5.657.459-0 SSP PR matrícula nº. 125, lotada no Departamento de Agricultura, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais , 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 09/05/2017 à 08/05/2018, a partir do dia 29/06/2018 até o dia 28/07/2018. Devendo retornar no dia 30/07/2018.

DETERMINAR o empenho e pagamento da importância equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebida no mês de junho de 2018, pela Servidora a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho (06) de 2018 (dois mil e dezoito).



PORTARIA Nº. 127/2018

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Municíp

RESOLVE

CONCEDER a Servidora "MARISBEL MARINI ORNELAS", portadora da cédula de identidade RG. nº, 4,969, 103-3 SSP PR matrícula nº. 262, lotada no Departamento de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, 15 (quinze) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 03/07/2016 à 02/07/2017, a partir do dia 09/07/2018 até o dia 23/07/2018. Devendo retornar no dia

DETERMINAR o empenho e pagamento da importância equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebida no mês de junho de 2018, pela Servidora a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho (06) de 2018 (dois mil e dezoito).



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PORTARIA Nº. 128/2018

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XV, do artigo 72, e, pela alínea "a", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Municipio, bem com o fundamento no Artigo 20, inciso II, da Lei Municipial nº, 1,001, de 12 de dezembro de 2012 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Uniflor.

Considerando a necessidade de apoio ao Diretor do Departamento de Licitações quanto às obrigações do Departamento de Licitações e conforme foi requerido e protocolado pela Servidora.

RESOLVE

"GABRIELA MERENDA GRANDIZOLI", portadora da Cédula de Identidade Rg. n.º 10.694.318-4/PR. e C.P.F. n.º 083.759.639-41, para o cargo em comissão de **Diretor de Divisão de Licitações**, simbolo (CC-3), Anexo II da Tabela de Vencimentos dos Cargos em Comissão de La Municipal nº. 792 de 08 de maio de 2003 e Alterado pela Lei Municipal nº. 827 de 14 de setembro de 2005.

II - CONCEDER, nos termos do Artigo 112, da Lei Municipal nº. 1001, de 12 de dezembro de 2011 – "Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Uniflor", afastamento do cargo em provimento efetivo de **Auxiliar Administrativo**, enquanto estiver ocupando o cargo em comissão para o qual está sendo nomeada.

Fica a Servidora fica subordinada ao Diretor do Departamento de Licitações.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de 06 (junho) do ano de 2018 (dois mil e dezoito)......





devidas

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

DECRETO N.º264, de 25 dejunho de 2018.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de lardim Olinda PR com a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, e dá outras providências

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS. Prefeita Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram atribuídas e.

Considerando: A necessidade de regularidade fiscal da entidade Prefeitura de Jardim Olinda, visando a obtenção de certidão negativa com o propósito de firmar termos de convênios de interesse municipal junto ao Governo do Estado do Paraná;

Considerando: o processo TCE nº 292591/91 e nº 330605/04 (Recurso de Revista), que julgaram irregular o processo de prestação de contas, através das Resoluções nº 4791/2004 e nº 852/2005;

Considerando: que presentes as condições previstas no Decreto nº 4.251, de 11 de fevereiro de 2009.

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Jardim Olinda-PR com a Secretaria de

Estado da Fazenda do Estado do Paraná, referente ao processo nº 09.738875-0, no valor originário de R\$ 50.193,27 (cinquenta mil cento e noventa e três reais e vinte e sete centavos) acrescidos de juros no valor de R\$ 135.280,90 (centro e trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais e noventa centavos), perfazendo um total de R\$ 185.474,17 (cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos), a serem parcelados em 36 (trinta e

Art. 2º. Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Fator de Conversão e Atualização FAC, utilizado pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 3º. As prestações vincendas incidirão juros correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC mensal, aplicado sobre o valor principal constante na

 $\mathbf{4^o}$. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim Olinda, 25 de Junho de 2018.



Registrado e Publicado neste Gabinete Municipal data supra.

Andréa Aparecida Ferreira

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato n°.14/2018, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR. decorrente de Pregão n° 4/2018, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a ANTONIO MARCOS ALVES DOS SANTOS & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 07.263.728/0001-55. aditivam o contrato na importância de R\$ 2.029,20 (dois mil e vinte e nove reais e vinte centavos) nos termos da Lei de

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.





MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA



DECRETO N.º 263, 25DE JUNHODE 2018.

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS, Prefeita municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso das suas

CONSIDERANDOque compete à Prefeita Municipal dispor sobre a organização e o funcionamento ministração (art. 51, IV, da LOM); CONSIDERANDOque o art. 78 da Lei Municipal nº 679/2013 a diária e o transporte como

indenizações do servidor;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 79 da Lei Municipal nº 679/2013, o servidor que se afastar de sua sede a serviço, em caráter eventual ou transitório, para outra localidade do Estado ou fora dele, inclusive para o exterior, fará jus a passagens e diárias, para indenizar as despesas de estadía e alimentação;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 81 da lei Municipal nº 679/2013, será concedida indenização de transporte, mediante restituição, ao servidor que realizar despesas em serviços externos, inclusive dentro do Município, por força das atribuições normais de seu cargo, com a utilização de veículo de sua propriedade para a sua locomoção, conforme regulamento a ser fixado por Decreto de Executivo;

CONSIDERANDOque o valor das diárias deve ser fixado por ato do Chefe do Poder Executivo;

DECRETA

Art. 1º:Este Decreto estabelece normas para o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Jardim Olinda/PR, a fim de custear despesa de viagem realizada no interesse do serviço.
§ 1º As despesas custeadas com a diária de viagem incluem hospedagem, alimentação, gorjetas, lavanderia,

nticada a de transporte aéreo ou rodoviário, as despesas serão pagas pelo Município, após prévia ção da Chefe do Poder Executivo e a apresentação dos documentos que comprovem as despesas. vendo necessidade de utilização de veículo próprio do agente, mediante prévia autorização da Chefe ler Executivo, as despesas com abastecimento serão ressarcidas mediante reembolso, após vadas as despesas com apresentação das respectivas notas fiscais.

Art. 2°: A diária será creditada em moeda corrente do País, mediante depósito em conta corrente do servidor, le acordo com os critérios deste Decreto.
I "Somente será concedida diária no caso de deslocamento para distância igual ou superior a 90 (noventa) guilômetros da sede do Município e, em distâncias inferiores, quando houver necessidade de pernoite, desde que programadas com antecedência, até a data da viagem, e de acordo com a seguinte tabela.

		Cargo/Emprego	Interior do Estado (R\$)	Londrina e Maringá (R\$)	Capitais de Estado e Foz do Iguaçu (R\$)	Viagem à Brasília/DF (R\$)
	I	Prefeito	300	400	800	1.600
1	п	Vice-Prefeito, Diretores de Departamento, Chefe de Gabinete, Assessor Jurídico e Advogado	180	300	600	800
I	III	Outros Servidores	160	200	400	500

ndo o tempo de afastamento for inferior a doze horas e, havendo necessidade, o servidor terá ento das despesas com refeições e locomoção.

§ 4º Os ocupantes do emprego de motorista e os servidores acompanhantes de pacientes para tratamento fora do Município e dentro do Estado do Paraná receberão as diárias de acordo com a seguinte tabela e desde que expressamente autorizados pelo Diretor Municipal competente, o qual levará em consideração a necessidade da diária, nos termos do §2º deste artigo, e aspectos como tempo de deslocamento e distância:

Art. 3º. O procedimento para concessão da diária é o seguinte:

I - Requerimento do servidor acompanhado do formulado de modelo anexo.

II - Autorização do Prefeito, Diretor ou dirigente máximo das entidades da Administração Indireta, os quais, atendendo ao previsto no artigo 2º deste Decreto, poderão adequar os valores solicitados.

III - Lançamento da diária autorizada no sistema informatizado disponível no sítio do Poder Executivo na

ressarcimento de despesas deverão ser apresentados ao Diretor de Finanças no prazo de quarenta e oito horas, a contar do retorno do servidor à sede.
§ 2º – O servidor que não apresentar o "Relatório de Viagem" na forma e no prazo estabelecido no parágrafo anterior ficará impedido de receber novas diárias enquanto perdurar a irregularidade.
§ 3º – Decorridos trinta dias após o retorno do servidor sem que tenha sido apresentado o "Relatório de Viagem", será ele obrigado a restituir ao Municipio as diárias recebidas.
§ 4º – Caberá à unidade de controle interno fiscalizar e controlar a observância do disposto nos parágrafos orderistares.

numerário correspondente no dia útil seguinte. Parágrafo Unico - Caso o servidor retorne à sede em prazo menor do que o previsto para o afas deverá restituir os valores excedentes recebidos antecipadamente a título de indenização das despe viagem, no prazo de um dia útil, contado da chegada.

Art. 7º: Quando não for procedida a devolução dentro do prazo do artigo anterior, poderá a autoridade competente determinar o desconto em folha de pagamento daquele que se utilizou da diária, até a efetiva liquidação do débito pendente, sem prejuízo da responsabilização pessoal do servidor.

Art. 8º: Quando forem custeadas despesas de refeições com autoridades convidadas, os gastos serão pagos pelo seu total, mediante autorização expressa da Prefeita Municipal, desde que comprovados com nota fiscal, observados os incisos do artigo 9º deste Decreto.

comprovantes de despesas efetuadas. II - Será colhida a autorização expressa do Diretor de Departamento ou dirigente. III - O protocolado será encaminhado à Controladoria Interna do Município para conferênci despesa anexadas, a qual fixará o montante da diária aitó es limites do artigo 2º deste Dec

m vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, 18.

Paço Municipal em 25 de junho de 2018.

LUCIMAR OF SOUZA MORAIS

Prefeit Municipal Art. 11: Este Decreto entrará em vigor a especialmente o Decreto nº 253/2018.

			P	refe	ita Municipal		
		ANE	XO I–So	lici	tação diária	de vi	agem
PR	REFEITUR	A MUN	ICIPAL E	E.	JARDIM OLII	NDA/I	PR
	5	SOLICI	TAÇÃO I	DE I	DIÁRIAS		
JNIDADE SOLICIT	TANTE						
DEPARTAMENTO							
NOME DO SOLICIT	FANTE						
CARGO, FUNÇÃO	OU EMPRE	30		MA	TRÍCULA		
CART DE IDENTIDADE / ÓRGÃO EMISSOR			C.P.F.			E-MA	IL / TELEFONE
CÓDIGO E NOME I BANCO	DO	CÓI	CONTA BANCÁRIA CÓDIGO E NOME DA AGÊNCIA			NÚMERO DA CONTA	
TÍTULO DO DESTI				EVE	NTO / SERV	iço	
PERÍODO	NO/E VENT	LOCAL					UF
	P	ERÍODO	D DE AF	AST	AMENTO		"
DE: //	SAÍDA	i:			À	s :	HORAS
A: / / OCALIDADE	RETOI	RNO:		ÀS : HORAS			
OCALIDADE	SIM	NÃO	NÚMER DE DIÁRIA:		VALOR UNITÁRIO (R\$)		VALOR TOTAL (R\$)
					TOTAL		
Em:/_/ Assinatura do Sol	icitante		CONCES	e ã 1	2		
			CONCES	3A	,		
Em: / /							

		Assinatur	a do Diretor	Carimbo
		ANE	XO II	
	Relate	ório Circuns	tanciado d	eViagem
Exercício:	Nome Benef	iciário da	Diária:	Função/Cargo:
	Presta	ação de Conta	ıs	
Forma do desloca () Ônibus () Avião	mento: () Carro Oficial:() C	Com Motorista() Sem Motor	rista
PeríododeViagen	n:De//	_a//		
Destino da Viager	n (Cidade):	Distância da S	Sede do Mu	nicípio: km.
Objetivo da Viagem	e .			
AtividadesRealizad	las:			
Justificativas (se ho	nuver):			
Despesas Realizad	as (comprovadas n	nediante Nota	fiscal):	
Com alimentação:				
Com hospedagem:				
Com transporte ur	bano:			
Quantidade de Diá	riasRecebidas:	Valor das Did	írias Recebio	las: R\$
		Nº da NE:	Do	ata da NE
Foi apresentado co viagem como: Có Sim () Não				ades exercidas na folders ou outros?()
Foram apresentado rodoviária, combus			ntes às despe	esas com passagem
Assinatura do Ber	eficiário da Diária	1		
Aprovação: Nos to				
263/2018,aprovan	nos a prestação de arimbo/Assinatura			
Data.	arimoo/Assinatura	do responsav	ver pelo coi	more interno
Data: Ca	arimbo/Assinatura	do Ordenado	or daDesnes	a

SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO DE DESPESA Nº JardimOlinda, de de20___. E-mail: Telefone para contato: Departamento Financeiro / Gestão de Contabilidade cito providências com vistas ao reembolso das despesas (material de consumo e serviços erceiros de pessoa jurídica) efetuadas pelo beneficiário cujos dados estão detalhados na iência, com pagamento à conta do saldo do projeto acima indicado.

DA	DOS I	OO BEN	EFICI	ÁRIO		
NOME:						
CPF:	RG:					
Telefone:	E-mail:					
Dados bancários para depósito: Banco:				Nº Agência:		
				-		
Tipodeconta:Corrente			Nún	iero:		
D	ADOS	DA DE	SPES.	A		
D Motivo da realização da despesa:	ADOS	DA DI	SPES.	Α.		

Declaroqueas despesas forame fetuadas em caráter de urgência para o desenvolvimento das ativida desdo departamento.

Em anexo, a documentação comprobatória (nota ou cupom fiscal e recibo em nome da PREFEITURA DE JARDIM OLINDA) da despesa efetuada, devidamente atestada, conforme

Nomee assinatura do Diretor do Departamento Controle da Contabilidade:

Nome e assinatura do Diretor do Departamento

RELAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS – ANEXO I SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO DE DESPESA





Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Jardim Olinda - Paraná - CEP. 87.690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 - Fax: (044) 33111214

LEI MUNICIPAL Nº 829/2018.

Regulamenta a declaração de utilidade pública no Município de Jardim Olinda e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, aprova e eu

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A declaração de utilidade pública de entidades que prestam serviços de interesse da população no Município de Jardim Olinda, regula-se pelas disposições desta lei.

Art. 2º. A proposta de declaração de utilidade pública será objeto de projeto de lei apresentado nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal e não poderá contemplar mais de uma entidade.

§ 1º. No projeto de lei a que se refere o caput deste artigo, deve constar a denominação integral e por extenso da entidade na forma de seu estatuto e o nome empresarial constante do Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica - CNPJ, entre parênteses, se houver diferença de redação entre os mesmos. § 2º. A entidade (matriz ou filial), deverá estar sediada em Jardim Olinda e ser detentora de idade jurídica há pelo menos 1 (um) ano, anterior à data da apresentação do projeto de lei.

§ 3º. É vedada a declaração de utilidade pública de entidade que tenha por objetivo a defesa de interesses ou prestação de serviços exclusivamente em favor de seus associados ou filiados

§ 4º. O projeto de lei a que se refere o caput deste artigo, deve estar acompanhado da seguinte

I - cópia do estatuto da entidade devidamente registrado;

II - cópia da ata de eleição dos integrantes dos órgãos de direção e deliberação em exercício de

IV - documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do Presidente e do

Contabilidade, com diploma registrado no CRC; VI - relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de

da entidade não recebem qualquer tipo de remuneração da entidade;

§ 5°. O Legislativo expedirá após a sanção da lei, Certificado de Declaração de Utilidade Pública da Entidade reconhecida com a seguinte redação:

"A Câmara Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais, certifica que a(o) (nome da entidade), foi Declarada(o) de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº (nº da Lei sancionada) sancionada pelo Prefeito Municipal de Jardim Olinda em (data da sancão) "

Art. 3º. Cessam os efeitos da declaração de utilidade pública se a entidade I - tiver substituídos os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;

II - não tiver alvará de licença válido;

Parágrafo Único. A concessão do alvará de licença a que se refere o inciso II deste artigo fica nta de qualquer ônus para a entidade declarada de utilidade pública.

Art. 4°. Se a entidade tiver modificada sua razão social ou denominação, a lei que a declara de utilidade pública será alterada, por iniciativa do Poder Executivo ou Legislativo, devendo acompanhar a

II - cópia da ata da eleição dos membros dos órgãos de direção e deliberação em exercício do Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná CNPJ: 95.642.286/0001-15

SÚMULA - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, no exercício de 2018, na forma que especifica.

A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná cipal, sanciono a seguinte Lei: aprovou e eu, Prefeito Munici_l

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Exercício de 2018, Lei Municipal 1048/2017 de 30/11/2017, um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), destinado ao reforço das seguintes dotações:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

31766 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Suplementação:

PÚBLICOS MUNICIPAIS 620 - 4.4.90.52.00.00 621 - 4.4.90.52.00.00

31765 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

12.001.04.122.0002.2.062. PECUÁRIA

622 - 4.4.90.52.00.00 31767 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 100.000.00

16.000.00.000.0000.0.000 16.002.00.000.0000.0.000 16.002.27.812.0004.1.012 619 - 4.4.90.51.00.00

DO MÊS DE JUNHO DE 2018.

Federal Nº 4.320/64, da seguinte forma:

SECRETARIA DE ESPORTES

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL 31764 OBRAS E INSTALAÇÕES 300 DIVISÃO DE ESPORTES

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E

50,000,00

300.000.00

Total Suplementação: 500.000,00 Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação verificado na receita, conforme discriminação abaixo, de acordo com artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II da Lei

RECEITA(S)
2.4.2.8.99.1.1.05.00.00.00.00 - Outras Transferências dos Estados -FONTE VALOR Construção de Próprios do Município Campo - Convenio 402-2018 2.4.2.8.99.1.1.06.00.00.00.00 - Outras Transferências dos Estados -50.000,00 Aquisição de Veículo - Convenio - 501-2018 - Principal 2.4.2.8.99.1.1.07.00.00.00.00 - Outras Transferências dos Estados -31766 50.000.00 Aquisição de Veiculo - Convenio - 502-2018 - Principal 2.4.2.8.99.1.1.08.00.00.00.00 - Outras Transferências dos Estados - 31767 100.000,00 Aquisição de Trator - Convenio - 31 150838827-2018 - Principal TOTAL 500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO, AOS 28 DIAS



DECRETO N.º 100/2018

O Prefeito em Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Sr. Rogério Aparecido Bernardo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°)- Aderir à decisão dos municípios da AMUSEP de fixação de horário excepcional de expediente nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na fase inicial da Copa do Mundo, para todos os órgãos públicos municipais, conforme abaixo:

- Dia 02-07 (segunda-feira) - Brasil x México -11:00hs - Expediente com início pela manhã nos horários normais de cada setor da Administração, estendendo-se até às 10:30hs e retorno às atividades normais às 13:30hs.

como o atendimento à saúde, serão mantidos em funcionamento, sob o regime de plantão. Art. 2°)- Este Decreto entra em vigor na data de sua edição,

Parágrafo único: Os Serviços de caráter emergencial e urgente,

devendo ser publicado imediatamente no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Angolo, em 28 de Junho de

2018

Aparecido Bernardo to Municipal

III - cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; tesoureiro da entidade; V - balanço patrimonial do exercício anterior, subscrito por Contador ou Técnico em

VII - prova, em disposição estatutária, de que os membros dos órgãos de direção e deliberação

VIII - prova, em disposição estatutária, que em caso de dissolução da entidade, os remanes serão destinados a entidades de mesmo formato jurídico, vedada a distribuição entre os associados

III - deixar de atender o previsto nos incisos VII e VIII do artigo anterior

proposta a seguinte documentação: I - cópia da averbação no Registro Público da alteração estatutária;

> Prefeitura Municipal de Jardin Vinda/PR, 26 de junho de 2018. Lucima de Buza Morais Prefeita Municipal



LEI Nº 1105/2018 DE 28/06/2018



MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

LEI MUNICIPAL Nº 830/2018.

Institui o Código Sanitário do Município de Jardir Olinda/PR. A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, aprova e eu ciono a seguinte Lei:

a seguinte Lei: CAPÍTULO I CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA PRINCÍPIOS, PRECEITOS E DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Código Sanitário do Município de Jardim Olinda, fundamentado nos princípios expressos na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, nasLeis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, co Código de Orgânica do Paraná - Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, e na Lei Orgânica do Município de Jardim Olinda, com os seguintes preceitos:

no do Farana - Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, e na Lei Organica do Municipio de Jardinico com os seguintes preceitos para de como se seguintes preceitos. I. descentralização, preconizada nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica ticipio de Jardim Olinda, observando-se as seguintes diretrizes:

b. municipalização dos recursos, serviços e ações de saúde, estabelecendo-seem legislação do so critérios de repasse de verbas das esferas federal e estadual;
c integração das ações e serviços, com base na regionalização e hierarquização do ento individual e coletivo, adequado às diversas realidades epidemiológicas, de desendo de universalização da assistência com igual qualidade e acesso da população urbana e rural a stricis dos serviços se serviços de saúde;

d. universalização da assistência com igual qualidade e acesso da população urbana e rural a s níveis dos serviços de saúde; a sinveis dos serviços de saúde; be providente de saúde de saúde; de saúde; de movimentos e organizações não-governamentais; d. movimentos e organizações não-governamentais; v. f. movimentos e organizações não-governamentais; v. y. v. privacidado intra e interinstitucional, mediante o trabalho integrado e articulado s diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde; v. y. privacidada de, devendo as ações de vigilância sanitária e epidemiológica preservar este direito do o, que só poderá ser sacrificado quando não existir outra maneira de evitar perigo atual ou iminente saúde pública.

Art. 2º - Todos os assuntos relacionados com as ações de vigilância sanitária serão regidos disposições contidas nesta Lei, nas normas técnicas especiais, portarias e resoluções, a determinadas peloDepartamento Municipal de Saúde, respeitadas, no que couber, a Legislação Federal e Estadual.

Art. 3° - Sujeitam-se a presente Lei todos os estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde.

CAPÍTULO II COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

do: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indireta ndidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; II - o controle da prestação de serviços que se relacionam dire

Art. 5º - Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades si m vistas à aprovação de projetos arquitetônicos, ao monitoramento da qualidade dos produtos para interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamen abelecimentos de saúde e de interesse à saúde, abrangendo:

1 – a inspeção e orientação;

11 – a fiscalização;

111 – a lavratura de termos e autos;

1V – a aplicação de sanções.

IV – a aplicação de sanções.

Art. 6º - São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I – drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacéuticos e produtos para saúde;

II – sangue, hemocomponentes e hemoderivados;

III – produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e sancantes;

IV-alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados or em contato com alimentos;

V – produtos tóxicos e radioativos;

VI–estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos e, de natureza pública e privada de produtos farmacéuticos e outros produtos que possam vincer a saúde, de produtos farmacéuticos e outros produtos que possam meter a saúde, de acordo com as normas federais;

IX-outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

§ 1º - Os responsáveis por imóveis, domicilios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, âgua empoçada ou qualquer outra condição que e alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos.

§ 2º - É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

cimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário. § 1º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei: I - os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função

dora; III— o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária. § 2º— Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os imentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando , quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção â

Art. 9° - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições:

I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação,controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do municipio;

II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município;

III–garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária;

sanităria:

N-promover capacitação e valorização dos recursos humanos acequados à execução de ações de vigilancia sanităria:

Visando aumentar a eficiência das ações e serviços;

V - promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;

V - assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviço de interesse à saúde, incluidos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

VII - assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;

VIII - promover a quês visando o controle de fatores de risco à saúde; sufilaria;

IX - promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;

XI - notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou feientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; aliment industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária.

CAPÍTULO III DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 10 - Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalizaçãosanitária somento mediante licença sanitária expedidapelo órgão de vigilância sanitária, com validade por um vel por periodos iguais e sucessivos.

§ 1º - A concessão ou renovação da Licença Sanitária serácondicionada ao cumprimento de técnicos referentes àsinstalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinasdemento, comprovados pela autoridade sanitáriacompetente.

§ 1º - A concessão ou renovação da Licença.

§ 1º - A concessão ou renovação da Licença.

§ 1º - A concessão ou renovação produtos, máquinas, equipamentos, normalista comprovados pela autoridade sanitáriacompetente.

§ 2º - A Licença Sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no e da saúde pública, sendoassegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direitode do contraditório, em processo administrativo instauradopelo órgão sanitário competente.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, através de Regulamentos Técnicos específicos, e tendo a o ramo de atividadesdesenvolvidas, poderá exigir a Licença Sanitária para ofuncionamento de stabelecimentos não previstos nesta Lei.

CAPÍTULO IV DAS TAXAS

Deputation de managore de mentre de la Taxa de Vigilância Sanitária e das multas emvirtude do exercício da ações de vigilância sanitária serão recolhidosaos cofres públicos do município, ereditados ao Funda Municípal deSaúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal deVigilância Sanitária e sob econtrole social do Conselho Municípal deSaúde.

Art. 13 – Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio a manutenção da estrutura do Serviço Municípal de Vigilância Sanitária.

Art. 14 - São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária: 1 - órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídase mantidas pelo Poder

es; e II - associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou so que não remunerem seusdirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seusrecursos untenção e desenvolvimento dos objetivos sociais; Parágrafo único - A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária nãodispensa a obrigatoriedade do mento das exigências contidasnas normas legais e regulamentares.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Seção I Fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde Art. 15 – Sujeitam-se ao controle e à Art. 16 - Para os efeitos desta Lei, con sideram-se estabelecimento

de interesse da saúde

so de diagnósticos e terapêuticos; os de diagnósticos e terapêuticos; os de diagnósticos e definidos por legislação específica. mito - Os estabelecimentos a que se referem o artigoanterior deverão ser mantidos giene elimpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focosde abbiente interno e externo e deverão serobjeto de desratização, desinsetização e errodicas. urt. 17 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas eprocedimentos visando o ceão relacionada àassistência à saúde.

Parágrafo único. É responsabilidade pessoal dos profissionais desaúde o controle de infecção entes de trabalho. entes de trabalho.
Art. 18 - Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transportede pacientes deverão ser rigorosas condições dehigiene, devendo ser observadas as normas de controle de ladas na legislação sanitária.
Art. 19 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotarprocedimentos adequados na geração, ento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final, e demais questoesrelacionadas a residuos

aconacionalniemo, inxo, intango le; annazenamento, desimo intar, e derinas questos estractoriadas a restaut do serviços de saúde, conforme legislagiosanitária. Art. 20 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condiçõesadequadas para o exercic da atividade profissional na prática deagões que visem à proteção, promoção, preservação e recuperaçãos

Parágrafo único - Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, entais, utensílios e materiais de consumoindispensáveis e condizentes com suas finalidades e em estado de conservação e funcionamento, de acordo com normastécnicas específicas. Art. 21 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro derecursos humanos ente habilitados, em número adequado ademanda e ás atividades desenvolvidas.

Art. 22 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de interesse à saúde:

1 - barbearias, salões de beleza, pedicures, manicures, massagens, estabelecimentos esportivos natação, academias de artesmarciais e outros), creches, tatuagens, piercings, crotérios, funcrárias, piscinas de uso coletivo, hoteis, moteis,pousadas, instituições de longapara idosos e outros;

ra ideos cuttros:

so so extraem, produzem, fabricam, transformam, preparam,manipulam, purifican
balam, reembalam, importam, exportam, armazenam, expedem, transportam, comprar
am, ecdem ou usam os produtos mencionados no art. 6º.

I — os laboratórios de pesquisa, de análise de produtos alimentícios,água, medicamentos
dide e de controle dequalidade de produtos, equipamentos e utensilios de interesse âsaúcie

V — os que prestam serviços de desratização e desinsetização deambientes domiciliare
ivos:

animaissinantrópicos; VI - outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ouindiretamente, provocar danos c agravos à saúde individual oucoletiva. Parágarão único - Os estabelecimentos referidos neste artigo deverãoser mantidos em perfeit condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibiliar a existência de focos deinsalubridac em seu ambiente interno e externo e deverão serobjeto de desartização, desinsetização e manutençõs

Seção III Fiscalização de Produtos

município, estará sujeito á fiscalização sanitáriamunicipal, respeitando os termos desta Lei e a legislação federal eestadual, no que couber.

Art. 24 — O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos deinteresse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde asua produção até sua utilização e/ou consumo.

Art. 25 — No controle e fiscalização dos produtos de interesse dasaúde serão observados os padrões de identidade, qualidade esegurança definidos por legislação específica.

§ 1º – A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do servicio de considerar necessário, coleta de amostras do control de considerar necessário.

Art. 26 – É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram paraadulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dosprodutos

Art. 27 - Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura eexpedição de termo de notificação ao inspecionado para que faça oudeixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ouregulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa doinspecionado.

§ 1º - Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazoconcedido para o cumprimento das exigências nele contidas será deaté 30 (trital) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90(noventa) dias, a critério da autoridade saniária, caso seja requeridopelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazoinicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

§ 2º - Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida anotificação, será lavrado auto de

CAPÍTULO VII PENALIDADES E INFRAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 28 - Considera-se infração sanitária a desobediência ao dispostonesta Lei, nas leis federais, estaduais e nas demais normas legais eregulamentares, que de qualquer forma, destinem-se à proteção,promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 29 - Responderá pela infração sanitária a pessoa física e/oujurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para suaprática ou dela se beneficiou.

§ 1º - Para fins deste artigo, considera-se causa a ação ou omissãosem a qual a infração sanitária não teria ocerrido.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de forçamaior ou proveniente de

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de forçamaior ou proveniente de eventos naturais ou circunstânciasimprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteraçãode equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde.

Art. 30 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos eserviços de interesse à saúde respondem solidariamente pelos víciosde qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ouinadequados para o consumo e/ou utilização.

Art. 31 - Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitáriacomunicará o fato:

I - à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possamconfigurar ilícitos

II - aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurarviolação aos códigos de ética profissional

serão punidas

III – apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes ematérias-primas:

VII — interdição parcial ou total de estabelecimento, seções,dependências, obras, veiculo ipientes, máquinas,produtos e equipamentos;
VIII — suspensão e/ou proibição de propaganda e/ou publicidade;
IX — cancelamento da Licença Sanitária Municipal;
X — imposição de mensagem retificadora;
XI — cancelamento da notificação de produto alimentício.
§ 1º — Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la,arcando com seprazo determinado pela autoridadesanitária, respeitando a legislação e apresentando norroyante.

custos, no prazo determinado peta autoridadesanitaria, respetitando a legislação e apresentando o respectivocomprovante.

§ 2º — Aplicada a penalidade de interdição, essa vigerá até que osinfária e que a autoridade julgadorase manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneirafundamentada.

Art. 33 - A pena de multa consiste no pagamento em moceda corriteno país, variável segundo a classificação das na firações levas, de R\$ 300,00 (trezentos recis) em moceda corriteno país, variável segundo a classificação das infrações levas, de R\$ 300,00 (trezentos recis) expensos para la composição de la composição de la consiste no pagamento em moceda corriteno país, variável segundo a classificação das infrações levas, de R\$ 300,00 (trezentos recis) expensos (deis mil reais); III - nas infrações graves, de R\$ 2.001,00 (dois mil cum reais) a R\$10,000,00 (dez mil reais); III - nas infrações gravissimas, de R\$ 10,001,00 (dez mil cum reais) a R\$10,000,00 (dez mil reais); III - na sinfrações gravissimas, de R\$ 10,001,00 (dez mil cum reais) a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Art. 34 - Para imposição da pena e a sua graduação, a autoridadesanitária levará em conta: I - as circunstâncias atenuantes e agravantes; III - as quavidade do fato, tendo em vista as suas consequências paraa saúde pública; III - os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento dalegislação sanitária; IV - a capacidade e conômica do autuado; V - os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Parágrafo único - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes eagravantes, a autoridade sanitária levará em consideração as quesejam preponderantes.

Art. 35 - São circunstâncias atenuantes: I - ser primário o autuado; III - procurar o autuado, espontaneamente, durante o processoadministrativo sanitário, repara ou minorar as consequências do atolesivo à saúde pública que lhe foi imputado.

Parágrafo único - Considera-se, para efeito desta Lei, infratorprimário a pessoa física ou jurídica que não tiver sido condenade emprocesso administr

não tiver sido condenada emprocesso administrativo sanitário nos 5 (cinco) anos anteri fração em julgamento.

Art. 36 - São circunstâncias agravantes:
I - ser o autuado reincidente;
II - ter o autuado cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de açã lesrespeito àdegislação sanitária;
III - ter o autuado coagido outrem para a execução material dainfração;
IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;
V - ter o autuado deixado de adotar providências de suaresponsabilidade para evitar ou se e caracterizou ainfração.

V—ter o autuado deixado de adotar providências de suaresponsabilidade para evitar ou se e caracterizou ainfração;
VI—ter o autuado agido com dolo, ainda que eventual, fraude oumá-fê;
VII—ter o autuado praticado a infração que envolva a produção emlarga escala.
Art. 37 - As infrações sanitárias classificam-se em:
I — leves, quando for verificada uma circunstância agravante;
III—graves, quando for verificada uma circunstância agravante;
III—gravissimas:
a) quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes;
b) quando a infração tiver consequências danosas à saúde pública;
c) quando ocorrer reincidência específica.
Parágrafo único - Considera-se reincidência específica a repetiçãopelo autuado da me

observada dentro dos limites de naturezafinanceira correspondente à classificação da infração anaitáriaprevista no artigo 33.

Art. 39 - As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerãoredução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuadono prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que o infrator fornotificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 40 - O pagamento da multa, em qualquer circunstância,implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação,permanecendo o processo administrativo em relação às demaispenalidades eventualmente aplicadas cumulativamente.

demaispenalidades eventualmente aplicadas cumulativamente o correr o scupagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicado aplicada em fectas em seguida o infrator será notificado para recolhé-lano prazo de 30 (trinta) dias, na forma da alínea a do inciso I do artigo 105, sob pena de colharação desendades em escasidade de productos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas, insumos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículos, máquinas, assism como a suspensão de vendas atividades e outras providênciasascauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidadesanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas daadministração pública.

§ 1º - Concomitante às medidas acauteladoras previstas no caputdeste artigo, a autoridade sanitária deverá lavara auto de infração.

Art. 43 - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte doterritório muni-laboratórios de produção de medicamentos,drogas, insumos, cosméticos, produtos de hig dietéticos,produtos para a saúde, ou quaisquer outros estabelecimentos quefabriquem alimentos, apara alimentos, bebidas, embalagens,saneantes e demais produtos que interessem à saúde púi semregistro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competenteou contrariando as normas I

para atimenios, ecotias, ecotias en matigens, sancantes e e demius produtos que interessem a saude puonica pertinentes:

Pera — advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensilios, recipientes e matériasprimas ou interdição deestabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensilios, recipientes,
produtos e equipamentos, cancelamento de licençasanitária e/ou multa.

Art. 44 - Censtruir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos oucasas de saúde, clínicas em
geral, casas de repouso, serviços ouunidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que
geral, casas de repouso, serviços ouunidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que
Pena — advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensilios, recipientes
primas ou interdição deestabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensilios, recipientes
primas ou interdição deestabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensilios, recipientes
primas ou interdição deestabelecimento de licençasanitária e/ou multa.

Art. 45 - Instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos
estabelecimentos de pesquisas clínicas, clínicas dehemodálise, serviços hemoterápicos, bancos de leite
humano, deolhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos deesteticismo, ginástica, fisioterapia e de
recuperação, balneários e equipamentosgeradores de raisos X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantese
equipamentos e equipamentosgeradores de raisos X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantese
paralhos ou materiais parauso odontológico, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário
competente ou contrariando o disposto nas demais normaslegais e regulamentares pertinentes;
pena — advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensilios, recipientes e matériasprimas ou interdição deestabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensilios, recipientes,
produtos e equipamentos, cancelamento de licençasanitária cou multa.

Art. 46 - Explorar ativi

primas ou interdição deestabelecimento, seções, dependências, obras, veiculos, utensilios, reciprodutos e equipamentos, cancelamento de licençasanitária e/ou multa.

Art. 47 - Extrair, produzir, fabricar, transformar, reutilizar, preparar,manipular, pur fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ouvair alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos diete de higiene, cosméticos, produtos para a saúde, embalagens, recipientes, saneantes, utensilios e aparelhe interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença sanitária, autorização do sanitáriorempetente ou contrariando o disposto na legislação sanitáriapertimente:

Pena — advertência, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos, uten embalagens, recipientes e matérias-primasou interdição de estabelecimento, seções, dependê obras, veiculos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária multa.

Art. 48 - Fazer veicular propaganda de produtos e serviços sujeitos âvigilância san ariando o disposto na legislação sanifáriapertinente:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda,imposição de mens cadora, suspensão de propaganda epublicidade e multa.

Art. 49 - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificardoença ou zo missível ao homem, de acordo com o quedisponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena - advertência e/ou multa.

Art. 50 - Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às do missíveis, zoonoses e quaisquer outras, além do sacrificio de animais domésticos conside osospelas autoridades sanitárias:

perigosospelas autoriados sanitarias:
Pena – advertência e/ou multa.
Art. 51 - Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar,dificulta execução de medidas sanitárias que visem aprevenção de doenças transmissiveis e sua ápreservação e à manutenção da saúde:
Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções,dependência recipientes, produto e equipamientos,cancelamento de licença sanitária e/ou multa vacalidades a defendadades a sutoridades autoridades autoridades a vacalidades de su defendadades a sutoridades autoridades a completador de sa sutoridades a sutoridades a completador de sa sutoridades a sutoridades a completador de sa sutoridades de completador de sa sutoridades a completador de sa sutoridades de completador de completado

exercício de suas funções:

Pena — advertência, interdição de estabelecimento, seções,dependências, obras, veícul utensílios, recipientes, máquinas,produtos e equipamentos ou cancelamento de licença sanitária e/oumulta Art. 53 - Aviar receita em desacordo com prescrições médicas oudeterminação expressa em multa.

Art. 54 - Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação amedicamentos, drogas e produtos para a saúde cuja venda e usodependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência econtrariando as normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento dalicença sanitária e/ou

entares:

Pena — advertência, interdição de estabelecimento, seções,dependências, entos e produtos, inutilização,cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 56 - Exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos,glândulas ou hormô aisquer substâncias ou partesdo corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposiç

s e produtos, induinzação,canceiamento aa incença samitaria e/ou mutta.
Art. 57 - Rotular alimentos, produtos alimenticios, bebidas, medicamentos, drogas, insumos
s, produtos dietéticos,de higiene, cosméticos, perfumes, produtos para saúde, sancantes,de
tica e quaisquer outros de interesse à saúde,contrariando as normas legais e regulamentares:

multa

 Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres ede outros hamento de alimentos,bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos giene, cosméticos, perfumes e quaisquer outros deinteresse à saúde: advertência, apreensão e inutilização, interdição deestabelecimento, dutos de higiene, cos

ria e/ou multa. Art. 60 - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar aoconsumo produtos de azo de validadetenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, depois de expirado opr Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição deestabelecimento, canc ria e/ou multa. a assistência deresponsável técnico, legalmente habilitado. Pena — advertência, apreensão e inutilização, interdição deestabelecimento, cance

ou muna. 62 - Construir, reformar ou adequar estabelecimentos suieitos àvigilância sanitária sem a

Art. 62 - Construir, reformar ou adequar estabelecimentos sujeitos âvigilância sanitária sem a ovação do projeto pelo órgãosanitário competente. Pena - advertência, interdição e/ou multa. Art. 63 - Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animaisdoentes, estafados ou los ou que apresentem sinais dedecomposição no momento de serem manipulados: Pena - advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas,interdição de mento, cancelamento de licença sanitária e/oumulta. 4rt. 64 - Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outrosde interesse à saúde que iddados especiais de conservação; perparação, expedição, ou transporte, sem observância das necessárias à sua preservação:
Pena - advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas,interdição de mento, cancelamento de licença sanitária e/oumulta.
Art. 65 - Executar servicos de desaratização, desinsetização, desinfestação e imunização de

rena — advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas,interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/oumulta.

Art. 65 - Executar serviços de destratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes e produtos e/ou aplicarmétodos contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena — advertência, apreensão e inutilização, interdição deestabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 66 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas,formalidades e outras exigências sanitárias relativas ao transporte deprodutos sujeitos à vigilância sanitária e de pacientes.

Pena — advertência, interdição e/ou multa.

Art. 67 - Descumprir normas legais e regulamentares relativas aimóveis e/ou manter condições que contribuam para a proliferação deroedores, vetores e animais sinantrópicos que possam configurarrisco sanitário:

20 sanitario. Pena — advertência, interdição, cancelamento de licença sanitáriae/ou multa. Art. 68 - Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúdesem a necessária habilitação

o, e/ou muna.
relacionados com a promoção, proteção erecuperação da saúde a Art. 69 - Atribuir encargos relacionados com a promoção, proteção escarpetação da anecessária habilitação legal:

Pena – interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 70 - Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los,contrariando as normas sanitárias

es:

Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 71 - Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas,medicamentos, drogas, farmacêuticos, produtos para asaúde, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes er outros que interessem à saúde pública:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, o parcial ou total doestabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 72 - Transgredir outras normas legais e regulamentaresdestinadas à proteção da saúde:
Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição doproduto, suspensão de venda icação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licençasanitária, o de propaganda, imposição de mensagemretificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou

multa.

Art. 73 - Produzir, comercializar ou entregar ao consumo humano salrefinado, moido ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo órgão competente:

Pena - advertência, apreensão e interdição do produto, suspensão devenda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total doestabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

dição parcial ou total doestabelecimento, cancetamento da incurça santiaria evou indica.

Art. 74 - Descumprir atos emanados das autoridades sanitáriascompetentes, visando à i normas legais eregulamentares pertinentes:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição doproduto, suspensão de venda ão do produto, interdiçãoparcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licençasanitária, propaganda, imposição de mensagemretificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou Art. 75 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências lacionadas à importação ou exportação de matérias-primas ou produtos sujeitos à

cancelamento da licença sanităria, e/ou muita.

Art. 76 - Descumprimento de normas legais e regulamentares,medidas, formalidades, outras exigências sanitărias relacionadas aestabelecimentos e boas práticas de fabricação de matérias-primas ede produtos sujeitos à vigilância sanitária:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamentoda licença sanitária e/ou

imas, insumos,equipamentos, processor do orgão santário competente:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamentoda licença sanitária e/ou Art. 78 - Proceder à comercialização de produtos, matérias-primas,insumos, equipamentos, a saúde e quaisquer outrossob interdição:
Pena - advertência, apreensão, intuitização, interdição, cancelamentoda licença sanitária e/ou

as-primas, insumos, equipamentos, produtos para e qualisque de identidade e qualidade deprodutos, as-primas, insumos, equipamentos, produtos para e e quaisquer outros sob interdição, aguardando inspeção físicaou a realização de diligências requeridas utoridades sanitáriascometentes:

Art. 80 - Deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitáriacompetente a interrupção redução da fabricação ou dadistribuição dos medicamentos de tarja vermelha, de uso essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando odesabastecimento do mercado: Pena – advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento,cancelamento da licença

Art. 83 - Causar poluição hídrica que leve à interrupção doabastecimento público de água, em dade sujeita ávigilância sanitária: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição,cancelamento da licença sanitária e/ou

Art. 84 - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, aindaque momentânea, de nrazão de atividade sujeita àvigilância sanitária: Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição,cancelamento da licença sanitária e/ou advertência, apreensão e inutilização, interdição,cancelamento da licença sanitária e/ou Art. 86 - Utilizar ou aplicar defensivos agrícolas ou agrotóxicos, contrariando as normas legais

res e/ou as restriçõesconstantes do registro do produto: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa.

Art. 87 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescreven Parágrafo único – a prescrição interrompe-se pela notificação, ououtro ato da autoridade

CAPÍTULO VIII PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Art. 88 - O processo administrativo sanitário é destinado a apurar aresponsabilidade por es das disposições desta Lei e demaisnormas legais e regulamentares destinadas à promoção io erecuperação da saíde, sendo iniciado com a lavratura de auto deinfração, assegurando-se ac o o devido processo legal, aampla defesa e o contraditório, observado o rito e os prazosestabelecidos

Art. 89 - Constatada a infração sanitária, a autoridade sanitária, noexercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que essa forverificada ou na sede da vigilância sanitária, o auto de infraçãosanitária, o qual deverá conter:

ne do autuado ou responsável, seu domicílio e residência, bemcomo outros elemento necessários a sua qualificação e identidadecivil:

II – local, data e hora da verificação da infração; III – descrição da infração e menção do dispositivo legal ouregulamentar transgredido; IV – penalidade a que está sujeito o autuado e o respectivo preceitolegal que autoriza sua

§ 1o - Ao autuado é facultada vista ao processo a qualquer tempo, noórgão sanitário, podendo as expensas, cópias das peçasque instruem o feito.

§ 10 - Ao attuado e facultada vista ao processo a quarquer empo, nor gao samano, postenos requerer, a suas expensas, cópias das peçasque instruem o feito.

§ 2º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o autuado obrigação a cumprir, deverá o mesmo sernotificado para cumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias. § 3º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, em casos excepcionais por no máximo mais 90 (noventa) dias, acritério da autoridade sanitária, considerado o risco sanitário

casoseja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do términodo prazo inicialmente concedido e desde que devidamentefundamentado. § 4º - O servidor autuante é responsável pelas declarações einformações lançadas no auto de infração e no termo de notificação,sujeitando-se a sanções disciplinares em caso de falsidade ouomissão

sa.

Art. 90 – A ciência da lavratura de auto de infração, de decisõesprolatadas e/ou de qualquer unicação a respeito de processoadministrativo sanitário dar-se-á por uma das seguintes formas:

I – ciência direta ao inspecionado, autuado, mandatário, empregadoou preposto, provada com assinatura ou, no caso de recusa, suamenção pela autoridade sanitária que efetuou o ato;

II – carta registrada com aviso de recebimento;

III – edital publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - Na impossibilidade de ser dado conhecimentodiretamente ao interessado, e trado o seu conhecimento por cartaregistrada, este deverá ser cientificado por meio de edital, icadouma vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a ciência após 5(cinco) dias da sua icação.

Art. 91 - Para os fins desta Lei contar-se-ão os prazos excluindo-se odia do começo

§ 1º - Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil apósa ciência do autuado.
§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se ovencimento cair em feriado ou em dia não útil, devendo serobservado pelo autuado o horário de funcionamento do órgãocompetente.

Da Análise Fiscal

Art. 92 - Compete à autoridade sanitária realizar de formaprogramada ou, quando necessária, a de amostra de insumos matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos utensílios, lagens, substâncias e produtos de interesse dasaúde, para efeito de análise fiscal.

Parágrafo único - Sempre que houver suspeita de risco à saúde, acoleta de amostra para análise fiscal deverá ser procedida cominterdição cautelar do lote ou partida encontrada. analise fiscal deverá ser procedida cominterdição cautelar do lote ou partida encontrada.

Art. 93 - A coleta de amostra para fins de análise fiscal deverá serrealizada mediante a lavratura do termo de coleta de amostra e dotermo de interdição, quando for o caso, dividida em três invólucros,invioláveis, conservados adequadamente, de forma a assegurar a suaautenticidade e características originais, sendo uma delas entregueao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e asduas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial pararealização das análises.

§ 1º - Se a natureza ou quantidade não permitir a coleta de amostragem triplicata, deverá ser colhida amostra única e encaminhada aolaboratório oficial para a realização de análise fiscal na presença dedetentor ou fabricante do insumo matéria prima aditivo cadiuvante, recipiente equipamento utensílio

dodetentor ou fabricante do insumo, matéria prima, aditivo, coadjuvante, recipiente, equipamento, utensílio embalagem, substância ou produto de interesse à saúde, não cabendo, nestecaso, perícia de contraprova.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se estiveremausentes as pessoas ali mencionadas, deverão ser convocadas duastestemunhas para presenciar a análise.

§ 3º - Em produtos destinados ao uso ou consumo humanos, quandoforem constatadas pela autoridade sanitária irregularidades ou falhasno acondicionamento ou embalagem, armazenamento, transporte, rótulo, registro, prazo de validade, venda ou exposição à venda quenão atenderem às normas legais regulamentarse e demais normas manifestamente deteriorados ou alterados de la formaçue

legais regulamentares e demais normassanitárias, manifestamente deteriorados ou alterados, de tal formaque se justifique considerá-los, desde logo, impróprios para oconsumo, fica dispensada a coleta de amostras lavrando-se o autode infração e termos respectivos.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, às embalagens, aosequipamentos e utensílios, quando não passíveis de correçãoimediata e eficaz contra os danos que possam causar à

\$ 5° - A coleta de amostras para análise fiscal se fará sem aremuneração do comerciante ou produto pelo produto ou substânciacoletada.

Art. 94 - Quando a análise fiscal concluir pela condenação dosinsumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos deinteresse aduivos, coadjuvantes, recipientes, equiparientos, uterismos, embaragens, substanctas e produtos demeresse da saúde, a autoridade sanitária deverá notificar oresponsável para apresentar ao órgão de vigilância sanitária, defesaescrita ou requerer perícia de contraprova, no prazo de 20 (vinte)dias, contados da notificação acerca do resultado do laudo da análisefiscal inicial.

§ 1º - O laudo analítico condenatório será considerado definitivoquando não houver apresentação da defesa ou solicitação de períciade contraprova, pelo responsável ou detentor, no prazo de 10 describirs.

§ 2º - No caso de requerimento de perícia de contraprova oresponsável deverá apresentar a amostra em seu poder e indicar oseu próprio perito, devidamente habilitado e com conhecimentotécnico na § 3º - A perícia de contraprova não será efetuada se houver indíciosde alteração e/ou violação

comodefinitivo.

§ 4º - Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada,datada e assinada por todos os participantes, cuja la via integrará oprocesso de análise fiscal, e conterá os quesitos formulados § 5º - Havendo divergência entre os resultados da análise fiscal iniciale da perícia de

em poder do detentor, prevalecendo, nesta hipótese, o laudo da análise fiscal inicial

contraprova o responsável poderá apresentar recursoa autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinaránovo exame pericial a ser realizado na segunda amostra em poder dolaboratório oficial, cujo Art. 95 - Não sendo comprovada a infração objeto de apuração, pormeio de análise fiscal ou contraprova, e sendo a substância ouproduto, equipamentos ou utensílios considerados não prejudiciais àsaúde pública, a autoridade sanitária lavrará notificação liberando-o edeterminando o arquivamento do

Art. 96 - O resultado definitivo da análise condenatória desubstâncias ou produtos de interess da saúde, oriundos de unidadefederativa diversa, será obrigatoriamente comunicado aos órgãos devigilância initária federal, estadual e municipal correspondente. Art. 97 - Quando resultar da análise fiscal que substância, produto,equipamento, utensilios

embalagem são impróprios para o consumo, serão obrigatórias a sua apreensão e inutilização, bem como ainterdição do estabelecimento, se necessária, lavrando-se os autos etermos respectivos. Seção III Do Procedime

Art. 98 – Adotar-se-á o rito previsto nesta seção às infraçõessanitárias previstas nesta Lei.

Art. 99 – O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentardefesa ou impugnação, tados da ciência do auto de infração.

Parágrafo único - Apresentada defesa ou impugnação, os autos doprocesso administrativo itário serão remetidos ao servidorautuante, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para se mifestar, seguindo os autos conclusos para decisão do superior imediato.

Art. 100 - Após analisar a defesa, a manifestação do servidorautuante e os documentos que se autos constam, o superiorimediato decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias, ecebimento do processo administrativo sanitário.

doseccimento do processo administrativo santiario.

§ 1º - A decisão de primeira instância será fundamentada emrelatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitáriaimplicará no arquivamento do respectivo processo administrativosanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos prespectorios.

§ 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem nadecisão, ocasionadas por erros

de grafia ou de cálculo, poderão sercorrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 101 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderáinterpor recurso, em face da decisão de primeira instância, à mesmaautoridade prolatora. § 1° - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeirainstância.

da ciencia da decisão de primeiramistância.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamentoda penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo aimediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente naforma do disposto nos §§ 2º - 6 ard. 89 desta Lei.

Art. 102 - Após analisar o recurso interposto e os demais elementosconstantes no respectivo processo administrativo sanitário, aautoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10(dez)

s 1º - A decisão de segunda instância será fundamentada emrelatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos,podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária. \$ 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitáriaimplicará no arquivamento do respectivo processo administrativosanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser

§ 3º - A decisão de segunda instância que confirmar a existência dainfração sanitária fixará a ada ao autuado § 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem nadecisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão sercorrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 103 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderáinterpor recurso, em face da decisão de segunda instância, àautoridade superior dentro da mesma esfera governamental do órgãode

8 1° - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão de segunda instância § 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamentoda penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo aimediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente naforma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei.

Art. 104 – Após analisar o recurso interposto e os demais elementosconstantes no respectivo rativo sanitário, aautoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10(dez) § 1º - A decisão de terceira instância é irrecorrível e seráfundamentada em relatório

circunstanciado, à vista dos elementoscontidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência dainfração § 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitáriaimplicará no arquivamento do respectivo processo administrativosanitário, devendo a mesma obrigatoriamente publicada nosmeios oficiais. § 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitáriaensejará o cumprimento da

penalidade aplicada ao infrator peladecisão de 2º instância. § 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem nadecisão ocasionadas por erros de escrita ou de cálculo poderão sercorrigidas por parte da autoridade julgadora. Do cumprimento das decisões

Art. 105 - As decisões não passíveis de recurso serãoobrigatoriamente publicadas nos meios oficiais para fins depublicidade e de eficácia, sendo cumpridas na forma abaixo:

onciais para inis depublicidade de de efeciacia, sendo cumpridas na forma abaixo.

1 – penalidade de multa:

a) o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30(trinta) dias, contados da data da notificação, sendo o valorarrecadado creditado ao Fundo Municipal de Saúde, revertidoexclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sobo controle social do Conselho Municipal de Saúde.

b) o não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado na alíneaanterior, implicará na sua inscrição na dívida ativa do município, parafins de cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, sendo ovalor obtido utilizado exclusivamente nas ações de vigilânciasanitária. II – penalidade de apreensão e inutilização: a) os insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios

substâncias e produtos deinteresse da saúde serão apreendidos e inutilizados em todo omunicípio, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual devigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. III – penalidade de suspensão de venda:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinandoa suspensão da venda do unicando, quando necessário,ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional

tevignancia sanitaria.

IV – penalidade de cancelamento da licença sanitária:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinandoo cancelamento da licença sanitária e cancelamento da notificação deproduto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgãoestadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de VigilânciaSanitária; V – penalidade de cancelamento da notificação de produtoalimentício:
a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinandoo cancelamento da le produto alimentício, comunicando,quando necessário, ao órgão estadual de vigilância notificação de produto alimentício

indinicação de produto aminicator, cumanicano necessario, ao orgao estadual de vigilância Sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

VI – outras penalidades previstas nesta Lei:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinandoo cumprimento da penalidade, comunicando, quando necessário, aoórgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional

DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 106 - É competência exclusiva das autoridades sanitárias, emefetivo exercício de ação

fiscalizadora, lavrar autos de infração,expedir termos de notificação, termos de interdição, ter deapreensão, de interdição cautelar e depósito, de inutilização, bemcomo outros documentos necessário cumprimento de sua função.

Art. 107 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no quecouber.

Art. 108 - A Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos eautoridades competentes, publicará portarias, resoluções, normastécnicas, atos administrativos cabíveis e normas complementares devigilância sanitária no âmbito deste código.

Art. 109 - A autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção daautoridade policial ou

judicial nos casos de oposição à inspeção, quando forem vítimas de embaraços, desacatos, ou quandonecessário à efetivação de medidas previstas na legislação, ainda quenão configure fato definido em lei como crime ou contravenção

Art. 110 - Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em Prefeitura Municipal de Jardim Alinda/PR, 26de junho de 2018.



70 000 00

585.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná CNPJ: 95.642.286/0001-15

AVISO DE LICITAÇÃO Convite nº 4/2018

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Ângulo, no Estado do Paraná, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2018, de 15/01/2018; torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 06 de julho de 2018 às 14:00 horas no endereço, Avenida Valério Osmar Estevão, 72 - Centro na cidade de Ângulo-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 04/2018 na modalidade Convite.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra ditado.

Objeto da Licitação: Locação gratuita de impressoras novas a laser para o fornecimento de cartuchos de toner pelo periodo de 12 meses

Valor máximo: R\$ 42.750,00(quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Informações: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ângulo. Fone: 44-3256.1133 - e-mail: licitacao@angulo.pr.gov.br

Ângulo, 28 de junho de 2018.

SILVANA APARECIDA DE SOUZA Presidente da Comissão de Licitação

> AVISO DE LICITAÇÃO Convite nº 03/2018

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Ångulo, no Estado do Paraná, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2018, de 22/01/2016; torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 06 de julho de 2018. às 09:30 horas no endereço, Avenida Valério Osmar Estevão, 72 - Centro na cidade de Ângulo-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 03/2018 na modalidade Convite.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra ditado

Objeto da Licitação: Concessão de ajuda de custo à empresas privadas para o transporte de trabalhadores do Município de Ângulo, com ônibus rodoviário de 50 lugares, para o abatedouro de aves de Maringá e para o abatedouro de aves de Santa Fé. Valor máximo: R\$ 33.600,00(trinta e três mil e seiscentos reais).

Informações: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ângulo. Fone: 44-3256.1133 - e-mail: licitacao@angulo.pr.gov.br

Ângulo, 28 de junho de 2018.

SILVANA APARECIDA DE SOUZA





www.atalaia.pr.gov.br

aço Municipal Prefeito Antonio Carlos Gilio - Praça José Bento dos Santos, 02 - Centro CEP 87630-000 - Fone/fax (44) 3254-1122 - e-mail: administracao@atalaia.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2018.

O Município de Atalaia, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, por meio INTERNET, PREGÃO ELETRÔNICO: O Municipio de Atalata, Estado do Falanta, fonia pulmo que lata realiza, pon ineio in FIENDE, FRENANCE ELE FRONTOS.

DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LICITAÇÃO.

O PREGÃO, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança

criptografía e autenticação - em todas as suas fases; No dia 12 de Julho de 2018, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na sala de Licitações Públicas do Município de Atalaia

Pr, localizada na Praça José Bento dos Santos, 02 – Centro, Atalaia, Pr. A sessão pública na INTERNET será aberta por comando do(a) PREGOEIRO com a utilização de sua chave de acesso e senha.

A licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão, atentando também para a data e horário para início da

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00hrs do dia 03/07/2018 às 08h00hrs do dia 12/07/2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h30min horas do dia 12/07/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 12/07/2018.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br

OBJETO: Seleção de melhor proposta para contratação de empresa para fornecimento de um veículo de transporte sanitário (com acessibilidade - 1 cadeirante), conforme especificações descritas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, tipo MENOR PREÇO, a preços fixos e sem reajuste.

Poderão participar desta licitação os interessados devidamente CADASTRADOS, inscritos no cadastro desta Proderao participar desta incitação os interessados devinamente. CADAS INADAS, inscritos no canastro desta Administração e os NÃO CADASTRADOS, consoante a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, observado o disposto no inciso II e III do artigo 49¹ da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso III do Artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso IV do Artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar na presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciados nos Incisos I, II e III do Artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar empresas em AQUISIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS O presente Edital poderá ser examinados no endereço supra mencionado e adquiridos, junto à Comissão Permanente de

tacio VIII FABIO F. VILHENA DE PAIVA Prefeito Municipal





Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216 Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo – Paraná CNPJ: 01.608.550/0001-50 www.angulo.pr.leg.br - administrativo@angulo.pr.leg.br

PORTARIA Nº. 018/2018

SUMULA: Concede Diárias ao Servidor da Câmara Municipal de Ângulo - Pr.

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Sr. PEDRO MORAES, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas diárias ao Servidor abaixo relacionado, para custear despesas com viagem a Curitiba-Pr, onde durante os dias 28 e 29 de junho/2018, participará do Seminário "Holding Familiar e Proteção Patrimonial", que será promovido pela SESCAP-PR.

	NOME	CARGO/MATRÍCULA	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS
Ī	Antônio Roberto Pereira	Contador/Matrícula 00019	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02
ı					

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 26 DE JUNHO DE 2018.



PORTARIA Nº. 019/2018

SUMULA: Concede Diárias ao Servidor da Câmara Municipal de Ângulo - Pr.

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Sr. PEDRO MORAES, no uso de suas atribuições légais:

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas diárias ao Servidor abaixo relacionado, para custe despesas com viagem a Curitiba-Pr, onde durante os dias 27, 28 e 29 de junho/2018, participará do Fórum "Parlamento do Futuro - Evento de Aniversário de 29 Anos da Uvepar, mais Assembleia e Prestação de Contas", que será promovido pela

NOME	CARGO/MATRÍCULA	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS
Rogério Marcolino Bozelhe	Advogado/Matrícula 00029	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO. EM 26 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO MORAES Presidente



Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

CNPJ 76.970.359/0001-53

SUMULA: NOMEIA ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICIPIO;

e as que lhe são conferidas, em especial a Lei Estadual Complementar nº 137/2011, e Pregão Presencial nº

Publicação de todos os atos Oficiais do Município, a Empresa DEL GROSSI & CIA LTDA - EPP, Pessoa

Jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ Nº 79.989.505/0001-80, estabelecida na Rua Lord Lovat nº

500, na Cidade de Nova Esperanca - Pr. com circulação no Município, e em toda a Região, com a

de PREGÃO PRESENCIAL SOB Nº 016/2018, desta Municipalidade, e em consonância com a Lei

Em atenção ao disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20 de Março de 1.997, NOTIFICAMOS, aos Partidos Políticos, Sindicatos e as Entidades de Classe e

CAMILO BIANCHINI COSSITO

Em atenção ao disposto no Art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20 de Março de 1.997, NOTIFICAMOS, aos Partidos Políticos, Sindicatos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Itaguajê, da liberação dos seguintes recursos Federais:

CAMILO BIANCHINI COSSITO

Decreto nº 2972/2018 de 01/06/2018

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 62.300,00 (sessenta e dois mil trezentos

1.04.122.0002.2.006. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 26 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 30.000, URBIDICA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.003.08.244.0005.2.025. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIO FAMILIAR
153 - 3.3.90.30.00.00 1934 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

04.001 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO 04.001.04.122.0002.2.006. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 25 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 14.000,

 05.001
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

 05.001.28.843.0004.0.001.
 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

 66 - 3.2.90.21.00.00
 01000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
 16.000,00

 06.003.08.244.0005.2.025.
 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIO FAMILIAR

 158 - 3.3.90.39.00.00
 1934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
 5.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos

COMUNICADO

FNDE- Convenio MEC/FNDE Const. 12 salas de aulas Maio/2018
Ministério da Saúde- Bloco de Investimentos das Ações e Maio/2018

ORIGEM DO RECURSO FEDERAL RECEBIDO

Fundo de Participação dos Municipios Fundo de Participação dos Municipios 1% Fundo Especial do Petróleo

Auxilio Financeiro para Fomento Exportações

o Financeiro aos Municípios - AFM - Educação E - Quota do Salário Educação E - Merenda Escolar

Serviços Publicos de Saúde (Ambulância e Equipamen

MUNICÍPIO DE

FLÓRIDA

reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

07.004.10.302.0006.2.039. PARTICIPAÇÃO NO CISAMUSEP
261 - 3.1.71.70.00.00 01303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO
90 SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO

PÚBLICO

 09.002
 DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO

 09.002.17.512.0009.2.087.
 PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - CISPAR

 436 - 3.3.71.70.00.00
 01000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

SECRETARIA DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Reducão
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE FINANCAS

SECRETARIA DE SAUDE

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JURÍDICA

CIVIL SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO

CIVIL SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 10.002 DIVISAO DE MEIO AMBIENTE
10.002.18.541.0010.2.079. IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO
517 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO

06.003.08.244.0005.2.023. PROMOÇÃO DE CAMPANHAS SÓCIO EDUCATIVAS
146 - 3.3.90.36.00.00 1934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
148 - 3.3.90.39.00.00 1934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

07.004 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 07.004.10.301.0006.2.037. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF 209 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL

09.003 DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO
09.003.15.452.0009.2.071. MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
466 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL

financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO PREFEITA MUNICIPAL

Edificio da Prefeitura Municipal de FLORIDA, em 01 de junho de 2018.

04.001.04.122.0002.2.006.

MS - Desoneração das Exportações LC 87/96

Imposto Territorial Rural

riais, com sede no Município de Itaquaié, da liberação dos seguintes recursos Federais:

016/2018 - PMI

denominação de "JORNAL O REGIONAL".

CAMILO BIANCHINI COSSITO

COMUNICADO

ORIGEM DO RECURSO FEDERAL RECEBIDO:

Fundo de Participação dos Municípios 1% Fundo Especial do Petróleo

Auxilio Financeiro para Fomento Exportações

FNDE - Transporte de Escolares Ministério da Saúde - Bloco de Custeio das Ações e Serviços

- Transf.Recursos Fundo Nacional assistência Social FINDE- Convenio MEC/FNDE Const.12 salas de aulas

Ministério da Saúde- Bloco de Investimentos das Ações e Abril/2018

ICMS - Desoneração das Exportações LC 87/96

Estadual que dispõe sobre a matéria.

disposições em contrário.

Officio Circular nº 142 /2018.

Serviços Publicos de Saúde

Oficio Circular nº 160 /2018

O Prefeito Municipal de Itaguaié Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais

Art. 1°) - Fica nomeado como ÓRGÃO OFICIAL do Município, para fins de

Art. 2º) - O disposto no artigo primeiro, esta consubstanciado no Processo Licitatório

Art. 3º) - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

CRISÓGONO NOLÆTO E SILVA JÚNIOR

Edificio da Prefeitura Municipal de Itaguaje Em, 29 de Junho de 2.018

Abril/2018

Itaguajé, 04 de junho de 2018.

VALOR R\$

8.933,95

4.967,26

15.338,59 7.148,00

125.374,30

38.187,84

VALOR R\$

9.810,41 1.517,80 296,28

202.190,55 54.579,58 14.937,54

34.408,34

0,00

15.600,00

3.700,00

3.000.00

RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86,780-000

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de FLORIDA, Estado do Paraná, no

uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 560/2017 de 12/12/2017.

Total Suplementação:

CNPJ: 75.772.400/0001-14 acao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

0,00



CNPJ: 75.772.400/0001-14 stracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

Decreto nº 2983/2018 de 11/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de FLORIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 560/2017 de 12/12/2017.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04-003 DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÓNIO
04.003.04.122.0002.1.003 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
619 - 4.4.90.52.00.00 31771 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

SECRETARIA DE SAUDE

 07.004
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

 07.004.10.301.0006.1.004.
 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE FISIOTERAPIA

 611 - 4.4.90.52.00.00
 1518 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
 465.000,00

Total Suplementação: 585.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita: 2.4.1.8.03.11.03.000 Transferência do Fundo Nacional de Saúde para o Sistema Único de Saúde SUS Receita: 2.4.2.8.99.11.04.000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - Convênio 430/2018 50.000,00 Receita: 2.4.2.8.99.11.05.000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - Convênio 135/2018

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Edifício da Prefeitura Municipal de FLORIDA, em 11 de junho de 2018



Decreto nº 2985/2018 de 15/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de FLORIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentária nº 560/2017 de 12/12/2017.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL GESTÃO DO IGD/SUAS E IGDBF 3940 MATERIAL DE CONSUMO 3940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 06.003.08.244.0005.2.031.

Total Suplementação: 75.000,00 Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superavit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64 3934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - Exercícios Anterior

3940 Bloco de Financ. da Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad. Único-Port. MDS 33762 P M Florida/Secr. F. Desenv. Social - FEAS PPAS - Exercícios Anteriores Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Edificio da Prefeitura Municipal de FLORIDA, em 15 de junho de 2018

Decreto nº 2986/2018 de 20/06/2018 Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de FLORIDA, Estado do Paraná, no

uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 571/2018 de 19/06/2018.

450.000.00

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar no o Geral do Município, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

| Suplementação | 08 | SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES | 08.005 | DIVISÃO DE ESPORTES | 08.005.27.812.0008.1.018. | Reforma do Ginásio de Esportes Municipal | 623 - 4.4.90.51.00.00 | 31783 OBRAS E INSTALAÇÕES |

Total Suplementação: 450,000,00 Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1°, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64: Receita: 2.4,2.8.99.11.06.000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - Con

Total da Receita: 450.000,00 Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos

financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário Edificio da Prefeitura Municipal de FLORIDA, em 20 de junho de 2018.



LEI Nº. 572/2018.

Altera a Lei Municipal 559/2017 de 12 de Dezembro de 2017 – Plano Plurianual de Investimentos e a Lei Municipal 540/2017 de 21 de Junho de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, e autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R\$ 235.380.95, no Orcamento Geral do Município de Flórida para o exercício financeiro de 2018.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Florida aprovou e eu, Marcia Cristina Dall'Ago, Prefeita Municipal, sanciono a presente Lei:

 $\mathbf{Art.~1^o}$ - Fica incluída a seguinte ação na Lei Municipal 559/2017 de 12 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2018 a 2021 do Município de

Descrição da Ação	Unid. Orç.	Tipo	Produto	Unid.	Ano	Metas	Valor
Programa 0008: Programa							
de Promoção Cultural e							
Esportiva							
1.025 - Melhorias e							
Iluminação do Estádio	Divisão de		Obra				
Municipal	Esportes	P	Construída	M2	2018	250	235.380,95
					2019	0	0,00
					2020	0	0,00
					2021	0	0,00
					Total	250	235.380,95

Art. 2º - Fica incluída no Anexo das Metas Físicas e Financeiras da Lei Municipal 540/2017 de 21 de Junho de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, as seguintes ações para o exercício financeiro de 2018:

Descrição da Ação	Unid. Orç.	Tipo	Produto	Unid.	Metas	Valor
Programa 0008: Programa de Promoção Cultural e Esportiva						
1.025 – Melhorias e Iluminação do	Divisão de Esportes	_	Obra Construída	M2	250	235.380.9

Art. 3.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2018, um Crédito Especial no valor de R\$ 235.380.95 (duzentos e trinta e cinco mil trezentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos), para a criação das seguintes dotações:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Divisão de Esportes	
Melhorias e Iluminação do Estádio Municipal	
Obras e Instalações	3.000,00
Obras e Instalações	232.380,95
	Divisão de Esportes Melhorias e lluminação do Estádio Municipal Obras e Instalações

Art. 4.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art. 3.º desta lei serão provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano de 2017 da Fonte 01000 no valor de R\$ 3.000,00, conforme Art. 43 § 1.º, I da Lei Federal 4.320/64, e do provável excesso de arrecadação da Fonte 31782 no exercício de 2018 no valor de R\$ 232.380,95, conforme Art. 43 § 1.°, II da Lei Federal 4.320/64.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 22 dias do mês de Junho de 2018.



Prefeitura Municipal de Itaguajé

CNPJ 76.970.359/0001-53

LEI Nº. 1.034/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÂRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - O Orçamento do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, para o exercício de 2019, será elaborado e exe

- II. as Prioridades da Administração Municipal
- III. a Estrutura dos Orçamentos;
 IV. as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V. as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VII. as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributaria;
- VIII. as Disposições Gerais.

Art. 2° - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4° da Lei Complementar n°101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos I a

VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº. 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Parágrafo Único – Os municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, estão obrigados por força do Art 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4°, § 1°, na forma definida na Portaria nº 471/2004-STN

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquia Fundações, Fundos Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Demonstrativo III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores Evolução do Patrimônio Líquido: Demonstrativo IV

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos Demonstrativo VI Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e Margem de Expansão das Despesas Obrigadórias de Caráter Continuado.

 Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua

consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Art. 5° - Em cumprimento ao § 1°, do art. 4°, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referencia 2.019 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento o redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades inecntivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº. 403/2016 da STN e a Portaria STN nº 495 de 06 de Julho de 2.017 sobre o novo emendario da Receita § 2° - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores o

pelo PIB Estadual, multiplicados por 100. § 3° - Em cumprimento ao estabelecido pela Portaria nº 403/2016, e a Portaria STN nº 495, de 06 de Julho de 2017 sobre

ementário da Receita Orçamentária, as METAS ANUAIS DA LDO 2019, passam a conter cálculo do percentual em relação à Receita

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Altendado ao disposto no §2º iniciso l, do Art. 4º da LRF. 0 Demonstrativo III - Avaliação do Cumprimento das Met Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercíc orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as METAS FISCAIS DO EXERCICIO

ANTERIOR da LDO 2.019, passam a conter o cálculo do percentual em relação a Receita Corrente Liquida do respectivo Estado da Federação

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, os Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida

Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exerci cios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional. Parágrafo único - Objetivando maior consistência e subsídios às análises, os valores devem ser demonstrados em valores

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8° - Em obediência ao § 2°, inicso III, do Art. 4º da LRP, o Demostrativo IV – Evolução do Patrimônio Líqu traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação. Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regim

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9° - O § 2°, inciso III, do Art. 4° da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recurso

obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser realizados em despesas de capital, salo edestinada por leia o regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10° - Em razão do que está estabelecido no § 2°, inciso IV, alínea "a", do Art. 4°, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio do: servidores municipais, nos três dilitimos exercícios O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias RPPs, seguindo o modelo da Portaria nº. 633/2006-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

Parágrafo Único – A Portaria nº. 633/2006 alterou o anexo de Avaliação da Situação financeira e Atuarial do RPPS e a Projeção do fundo de Previdência, incluindo campos demonstrativos dos repasses da contribuição patronal, que passou a ser empenhada na Prefeitura e receita orçamentária no Fundo, em cumprimentos às portarias nº. 688, 689/05 e 338/06 – SNT, que criou as Receitas de contribuições Intra-Orçamentárias e a modalidade de aplicação Direta de Órgãos, Fundos e Entidades

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA

Art. 11° – Conforme estabelecido no § 2°, inciso V, do Art. 4°, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um o que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilibrio das contas publica. § 1° - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, credito presumido, concessão de isenção,

alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros beneficios que correspondam à tratamento diferenciado. § 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, pro

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12º – O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado e despesa corrente derivada de le ativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exerci Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

sas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº. 403/2016 - STN, a base de dados da receita e da despesa ecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO. sua arrecadação, ou seja se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário, deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Enderal atrayés das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade nública

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Divida Consolidada

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores riores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17º – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 serão de o Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.
§ 1º - Os Recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prio metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas

Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura

Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas pro função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

4.320/1964, conterá todos os anexos exigidos na Legislação pertinente

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO Art. 21º - O Orçamento para exercício de 2019 obedecera entre outros, ao principio da transparência e do equilíbrio entre

sas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1°, § 1° 4° I, "a" e 48

políticas publicas para

I - Combate ao trabalho infantil, profissionalização de adolescentes, proteção integral e prioridade absoluta da infância e

mosquito transmissor da DENGUE, como patologia "ZIKA", Vigilância dos casos de MICROCEFALIAS, com aposição de recursos financeiros

ao Fundo Municipal de Saúde para enfrent III - Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito Municipal para desenvolvimento de ações, metas e indicadoras de Saúde do Trabalhador.

Art. 22º - Os estudos para definição dos Orçamentos da receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legisl tributaria, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento ec nômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua

evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o
Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para

exercícios subsequentes e as respectivas memórias de calculo (art. 12, § 3º da LRF).

resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da

- I. projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntária II. obras em geral, desde que ainda iniciadas;

do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24º - As despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019. ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018 (art. 4°, § 2° da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

- § 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se dação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018.
- § 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

- eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO n°42/1999, art. 5° e Portarias STN n°163/2001, art. 8° (art. 5° III, "b" da LRF).
- dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de

- Art. 29º Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orcamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de rec
- ATL 27 OS FIOJEOS E ALVOQUESES PROTUZBOS EN LECTO, CAJAMENTARIA DE 2017 COM BOUAÇOS VINCIDADES CHECUBAS ES CALVOQUES PROTUZBOS EN LECTO, CAJAMENTARIA DE 2017 COM BOUAÇOS VINCIDADES O CITADOS CALVOS EN CALVOQUES narágrafo único e 50 Lda LRF)
- Art. 30º A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será cor par efeito de calculo do orçamento da receita (art. 4°, § 2°, V e art. 14, I da LRF).
- Art. 31º A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráte istencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipa. dependerá de autorização em lei específica (art. 4°, I, "f" e 26 da LRF).
- Parágrafo Único As entidades ber contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da
- Art. 32º Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua
- Parágrafo Único Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles , expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exer cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação no item I, do art. 24 da Lei nº8.666/1993, devidan atualizado (art. 16, § 3° da LRF).

Art. 33º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos n

- Art. 34º Despesas de competência de outros antes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando

até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada nesta Lei, servindo como recursos os constantes do Artigo 7º e 43º da Lei

Art. 36º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação Portaria STN nº 163/2001

esa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legisla

Art. 37º - Durante a execução orçamentária de 2019, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir no etos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de credito especial, desde que se enquadre na ridades para o exercicio de 2019 (art. 1267,1 da Constituição Federal).

Art. 38º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercicio (art. 4°, "e" da LRF).

avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4°, I, "e" da LRF).

Art. 40° – A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Credito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até final do semestre anterior a

atura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 42° – Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder erá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1°, II da Constituição

Art. 44º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos

em 2019, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, a de 7%, obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF). Art. 45º - Nos casos de necessidades temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

mpetente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não cederem a 95% do limite estabelecido no art. 20,III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

- II. eliminação das despesas com horas-extras; III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão

idores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros entos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização"

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes me favorecidas, devendo esses beneficios ser considerados no calculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto nentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renuncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇOES GERAIS

ciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anua § 1º - As Ações/Metas e Prioridades da Administração Municipal deverão estar em cons

riodo 2.018 – 2.021, Constar na Lei Orçamentária Anual para 2.019

§ 2° - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo § 3° - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o inicio do exercício financeiro de 2019, icipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anua

Art. 54º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos



LEI Nº 1.034 DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METAS E PRIORIDADES PARA 2019

ANEXO I

I - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica.

- Manutenção das atividades do Legislativo;
- Organizar a estrutura de Cargos e Salários; Contribuir para a Previdência Social; Julgar Contas do Executivo, apreciar mensagens, apresentar projetos, editais, resoluções.
- Avaliar os programas desenv. p/ Executivo; Adquirir e manter veículos e equipamentos para o Legislativo Municipal; Construir prédio do legislativo.
- PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

II - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OBJETIVOS

Modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; avaliar as estruturas de pessoal face às metas estabelecidas no Plano Plurianual e nesta Lei; implantar programa de capacitação de recursos humanos; maximizar os serviços de natureza administrativa; modernizar o sistema de tributação e fiscalização; atualizar cadastro intalitaria o socio de naturea de divida de la tributário; promover cobrança da divida ativa; implementar cadastro Imobiliário; garantir a execução e a qualidade dos serviços prestados à sociedade; manter a economia e finanças do Município sob rigoroso controle; ampliar e reestruturar o Quadro do Pessoal abrindo vagas estritamente necessárias; promover reajustes e/ou reposição aos servidores municipais de acordo com a Lei.

- Promover adequação do Código Tributário com revisão de Impostos e Taxas Municipais Promover reavaliação do ITR e outros Tributos Disponibilizar recursos e promover a construção da sede da Prefeitura Municipal
- Promover a Capacitação Servidores Administrativos Promover Informatização dos setores Administrativos Adquirir Veículos para setores da Administração
- Manter e ampliar convênios diversos Promover a reformulação da Estrutura Administrativa, do Quadro de Pessoal e Regime Realizar pagamentos de precatórios
- Adquirir equipamentos e programas de informática Promover o Cadastramento dos Bens Patrimonial de Município Apoiar atividades policiais e da segurança no município Desenvolver e implementação do Plano Diretor

Promover a geração de emprego e renda do Município

Promover e modernizar as atividades da tributação, fiscalização

Prover recursos as atividades da Administração Municipal

- Celebrar Convênios com órgãos, empresas, autarquias Federais, Estaduais e outros Municípios Promover a contribuição com o INSS, IPREMI, FGTS e PASEP Promover a contratação de pessoal necessário ao des volvimento e execução dos servicos. reciante a realização de Concurso Público e Teste Seletivo
 Contratar Operações de Credito até o limite estabelecido na legislação
 Desenvolver ações objetivando aquisição de terrenos e projetos para construção da sede da
- Promover cobrança da dívida ativa de Impostos e Taxas, instituir anistia e estabelecer over cadastro de produtor rural

Prover recursos aos Fundos Municipais

Prefeitura Municipal

Fiscalizar a Venda da produção rural, para coibir perdas de Receita do Município Promover a atualização do Cadastro Imobiliário de planta genérica de valores para ajustamento e cobrança de impostos, taxas e serviços municipais Promover desapropriação de áreas declaradas de utilidade publica

Desenvolver ações visando a regularização do Loteamento do Conjunto Mutirão/Moradia das

OBJETIVOS

Promover instalação de Internet Cidadã
Desenvolver ações objetivando a construção da nova creche
Desenvolver ações para implantação da história de Itaguajé na grade curricular escolar;
Manter o Ensino Fundamental do Municipio atendendo a demanda escolar;
Manter atividades da Secretaria Municipal de Educação;
Conservar as edificações e efetuar ampliações Bisicas da Escola Municipal;
Promover o desporto amador e competições desportivas, envolvendo alunos e realizando
jogos estudantis;
Manter o sistema de transporte escolar;
Promover a aquisição de veiculos p/ transporte escolar;
Promover distribuição de material escolar p/alunos carentes;
Promover a quisição de cursos profissionalizantes e a formação de mão de obras diversos.
Promover a realização de cursos profissionalizantes e a formação de mão de obras diversos.
Promover Semana Cultural, Ruas de Lazer, Ruas de Recreio, outras modalidades
Desportivas/Culturais e Competições Esportivas nas Comemorações do Municipito;
Promover festividades civicas do Municipio, especialmente a Festa do Peão de Rodeio, Dia da
Cidadania, Torneio de Pesca;
Repassar recursos para o Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Infantil;

IV - SAÚDE E SANEAMENTO

OBJETIVOS

OBJETIVOS

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção, proporcionar atendimento médico básico e especializado a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde através do atendimento médico e de oferta de vagas hospitalares; gerir através do Fundo Municípal de Saúde os recursos disponibilizatos os Serviço de Saúde Municípal; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de atendimento a Saúde da Mulher e da Criança, de higieno bucal, de combate ao uso de drogas e recuperação de dependentes químicos; realizar exames laboratoriais; distribuir medicamentos a pessoas carentes; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate da nutrição infantil e de prevenção de deonças diarrécias, de infeçções respiratórias e de desenvolver ações para combate da nutrição infantil e de prevenção de deonças diarrécias, de infeçções respiratórias e de desap revisíveis por imunização; desenvolver ações visando combater a profilaxia de doenças endêmicas e transmissíveis. Manter Convênios e ou parceira com entidades privadas, publicas ou Consorcio de Saúde objetivando proporcionar atendimento médico, hospitalar e ambulatorial as pessoas assistidas pelo SUS. Estabelecer com os Governo Federal ou Estadual, Gestão associada para planejamento, regulação dos serviços de abastecimento de água emplantação do esgotamento sanitário na Cidade, operacionalizar ações para manutenção e desenvolvimento do Programa de Coleta Seletiva e reciclagem do lixo urbano. Desenvolver ações, metas e serviços de Vigilância em saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

Consórcio ou de terceiro; Adquirir equipamentos, prover profissionais da área da Saúde e manter atividade do NIS – Nucleo Integrado de Saúde;

Saude;
Manter atividades relacionada a Secretaria Municipal de Saúde;
Manter atendimento básico na área da saúde a população do Município, fornecendo medicamentos, exames médicos e laboratoriais.

Realizar encaminhamento e transporte de pacientes para atendimento fora da sede do Município.

medicamentos, exames médicos e laboratoriais.

Realizar encaminhamento e transporte de pacientes para atendimento fora da sede do Município.

Executar Programa de combate a Carência Nutricional;

Executar Programas de Atendimento a Saúde da Mulher e da Criança e acompanhamento prérecel·

Instoterápicos;
Realizar manutenção de Veículos e Ambulâncias a serviços da saúde;
Realizar manutenção de Veículos e Ambulâncias a serviços da saúde;
Manter e ampliar as atividades do N.I.S, prestando assistência médica, odontológica, psicológica, farmacéutica e ambulatorial;
Combater a profilaxia de doenças endêmicas e transmissíveis e executar especialmente o Combate a Dengue;
Aquisição de Veículos para Programa de Saúde e transporte de doentes;
Realizar campanhas preventivas de saúde, epidemiologia e vacinação;
Realizar acquação e manutenção do aterro Sanitário próprio ou de consórcio Executar programa de saneamento básico com implantação de rede de esgoto na Cidade;
Executar programa de reciclagem e coleta seletiva de lixo;
Promover destinação adequada ao lixo hospitalar;
Construir ou adquirir barracão destinado a reciclagem do lixo domiciliar;

Prestar assistencia a saude (incenso, semi-de Ensino; de Casenvolver atividades de vigilância Sanitária fiscalizando estabelecimentos comerciais, indústrias e residências; Desenvolver ações e programas para atendimento e recuperação de dependentes alcoólicos e químicos; quimicos; Prover e gerenciar recursos do Fundo Municipal de Saúde; Construir OSSARIO no Cemitério Municipal e desenvolver ações para translado de "re mortais" para ossario.

Realizar-se de forma integrada as políticas setoriais considerando as desigualdades sociaterritoriais, visando seu enfrentamento á garantia dos mínimos Sociais, ao provimento de condições para atender contingências Sociais e a universalização dos direitos sociatias sob essa perspectiva; cumprir com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), promover serviços, programas, projetos e hemêticios de proteção social básica e ou especial, para a consideração de la consecuencia de la conse

Promover a construção e instalação do "NOVO CRAS" Recuperação de Moradias e ou distribuição de materiais de construção p/ famílias carentes e em situações de vulnerabilidade social, vitimas da pobreza ou em casos de ocorrência de sinistro ou calamidades; Construção de módulos sanitários para famílias em situações de vulnerabilidade social vitimas da pobreza:

Construção e Manutenção de Saloes Comunitarios em Assentamientos Aurais, Colaborar com a Ampliação, Reparos e Conservação e aquisição de equipamentos do Centro de Convivência ao Idoso.

Manter e Ampliar as atividades do Departamento de Assistência Social;
Manter, equipar e ampliar as atividades da Estação do Oficio/Centros Comunitários;
Manter Convênios com Asilos para atendimento de pessosa idosas;
Manter Convênios com a CASA LAR para abrigar e dar atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
Realizar convênios com entidades apropriadas para tratamento e recuperação de dependentes

atividades de Contar Tanto Escona (CTC).

Atender familias e pessoas carentes em situação de vulnerabilidade social através dos beneficios eventuais tais como: Bolsa aluguel, auxilio funeral, passagens, Cestas Básicas, Cobartose materiais de construção e outros atendimentos emergençais:

tere ampliar Convenios para Programa de ação ao atendimento da criança e do e familias em situação de vulnerabilidade Social e dos portadores de

Construir Barracões Comunitários nos Assentamentos;
Promover e manter cadastramento atualizado de famílias ou de pessoas carentes do Municipio;
Mantere ampliar as Academias "ATI's" no Municipio.
Disponibilizar recursos para promoção eficaz de política publica de combate do trabalho infantil e profissionalização de adolescente, proteção integral e prioridade absoluta da infância e da juventude.

DIBLETIVOS

Planejar, executar, fiscalizar e coordenar as ações que objetivam o desenvolvimento integrado do Município nos diversos setores de sua competência tais como: Planejar as obras edificadas, reformadas ou modificadas, de próprios pertencentes ao poder público e de terceiros, exercer a competente fiscalização sujeiras as modificadas, de próprios pertencentes ao poder público e de terceiros, exercer a competente fiscalização sujeiras as gerais do Município no que tange a limpeza pública, il luminação pública, serviços de cemitério, parques e jardins, serviços de transportes rodoviário, estradas vicinais, controle de almoxarifado, garagem e oficina, serviços de proteção do meio ambiente; pavimentação e recape asfáltico de ruas, avenidas e nos Conjuntos Habitacionas; escenvolver no Município uma política habitacional capaz de atender aos anseios da população, visando proporcionar moradias populares aos menos favorecidos, evitando desta forma concentração desordenada, favelamento e outros tipos de moradias fora dos padrões convencionais, através de Programas MINHA CASA MINHA VIDA em parceria com a CAIXA e COHAPAR no Programa SUB-50 e MORADIA RURAL. Incentivar e oferecer condições de implantação de Loteamentos Urbanos no Município.

o da Estrada Municipal Trevo da PR 542 a ponte do Jardim Olinda

Promover catçamento da Estrada Municipal Trevo da PR 542
Prover construção de muros no Conjunto Firmino Matias
Promover rebaixamento de luminárias da iluminação Pública
Promover implantação de caçambas p/ coleta de entulhos Promover implantação de caçambas p/ coieta de entunios Revitalizar canteiros centrais e meio fios Adquirir terreno p/construções habitacionais; Promover construções habitacionais em Convênio com COHAPAR e Caixa — Econômica

ssario; senvolver estudo e projetos visando a implantação de esgoto sanitário; nstruir, ampliar e readequar a Garagem municipal; aquirir equipamentos para o Matadouro Municipal e construir Casa para o caseiro

Construir, ampliar e readequar a Garagem municipal; Adquirir equipamentos para o Matadouro Municipal e construir Casa para o caseiro; Construção de Terminal do Trabalhador Rural; Aquisição de Terminal do Trabalhador Rural; Aquisição de Motto niveladora e Caminhãos basculante para os serviços urbanos; Apoiar COPEL na Ampliação da Rede Elétrica e SANEPAR na ampliação de rede d'agua; Realizar conservação de estradas vicinais, pontes e bueiros; Adquirir trator, veículos e equipamentos para o setor de serviços urbanos; Promover construção de abrigos para trabalhadores rurais; Promover de construção de Paço Municipal; Manter a operacionalidade do "Caminhão de Bombeiros" e Atividades da Defesa Civil; Construir e Reforma Muro do Cemitério Municipal, mantendo as quadras e túmulos protegidos e livre de vandalismo.

Apoiar e incentivar o desenvolvimento dos Balneários, desenvolver ações para a implantação do Turismo no Município; desenvolver projetos, obras, infra estrutura e ações para implantação do Parque Industrial. Estimular o desenvolvimento do comércio no Município, através do incremento de cadeias produtivas e da ofeta de toda infraestrutura necessária a cada setor; Promover atividades visando a geração de Empregos no Município; Desenvolver atividades e projetos específicos em relação às RUINAS N. S. DO LORETO, explorando a condição de ser a Cidade da 1º Redução Jesutiticas Espanhola no Brasil, Desenvolver atividades e projetos visando a implantação de Centro de Eventos em área de lazer pública.

Promover implantação da Associação Comercial
Apoiar implantação de pequenas indústrias caseiras e rurais;
Apoiar implantação de novos estabelecimentos Comerciais;
Incentivar aumento de produção das indústrias já instaladas no Município;
Adquirir terrenos re etalizar infra-estrutura p/ incentivo à industrialização no Município;
Oferecer condições para Construção de Barracôes para Micro Empressa;
Apoiar empresas Telefônicas para ampliação e modernização de central de telefonia convencional e celular no município;
Realizar, manter e ampliar Convênios visando a expansão da Indústria e Comercio do Município;

Realizar, manter e ampliar Convênios visando a expansão da Indústria e Comercio do Município;
Apoiar e incentivar o desenvolvimento dos Balneários localizados no Município;
Apoiar e incentivar o desenvolvimento dos Balneários localizados no Município;
Dar continuidade a construção e ampliação da área de lazer da associação dos funcionários municípais e construção do Centro de Eventos em área de lazer pública;
Desenvolver ações e o mirmar Convénios com Entadades Públicas ou Privadas, visando implantar o Turismo no Município;
Desenvolver ações projectos com relação às RUINAS N. S. DE LORETO;
Adequar terreno pi implantação de Indústrias no Município;
Desenvolver ações pi instalação de Indústrias no Município;
Construção e manutenção de Quiosques, churrasqueiras, camping e sanitários em área de lazer do Município.

III - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

DISELIVUS

Data a rede municipal de educação dos meios necessários a manutenção e melhoria do ensino de primeiro grau, tornando o ensino primário obrigatório e disponível para todos; estimular o desenvolvimento do ensino secundário em suas diferentes formas, inclusive e ensino geral e profissionalizante; estimular a frequência regular a escola e a redução do indice de evasão escolar; implantar programa de educação em tempo integral; assegurar aprendizagem profissional mediante parcerias com instituições de ensino ou outras aptas a ministrar cursos a saber, como SENAC, SENAI, SESCOOP, SENAT e SENAR; implantar cursos profissionalizantes para givense a edulos; assegurar o transporte escolar a alunos residentes do meio rural que frequentam o ensino Municipal. Disponibilizar recursos e condições a alunos que frequentam cursos profissionalizantes e de 3º gran em outras Cidades; Desenvolver programas culturais e de Cidadania; Desenvolver programas e competições esportivas diversas. Subvencionar programas educativo, culturais e esportivos. Prover recursos especifico para profissionalização de adolescentes. Desenvolver ações e programas previstos especialmente nos Arts. 3 e 4º da Lei Municipal 661/2007 em relação ao trabalho infantil.

Repassar recursos para o Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Infantil;
Repassar recursos para o Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Infantil;
Manter casa da Cultura/Biblioteca Publica e realizar aquisição de acervos;
Promover formação Musical visando manutenção da Banda e Fanfarra Municipal.
Manter cursos para formação de adultos, ensino supletivo e outros;
Promover focusos para o transporte escolar de alunos de Cursos profissionalizantes e do
Ensino de 3º Grau;
Realizar subvenções diversas, especialmente a Escolinha de Futebol Danilo Cordeiro dos
Santos, a Escolinha de Peão de Rodeio e ao esporte amador.
Prestar atendimento necessário à população infantil através da Creche, FIA e Pré-Escola;
Adquirir equipamentos e materiais permanentes para unidades escolares;
Construção de áreas de desporto e lazer;
Disponibilizar recursos para promoção eficaz de política publica de combate do trabalho
infantil e profissionalização de adolescente, proteção integral e prioridade absoluta da
infancia e da juventude.
Construir e montar novo Complexo Escolar

ntos, prover profissionais e manter atividades da UBS – Unidade Básica de

natal; Manter e ampliar programas tais como: Agente Comunitário de Saúde, Médico da Família, Prevenção de doenças, Vigilância epidemiológica, imunização, tratamentos psicológicos e

Promover destinação adequada ao lixo hospitalar; Construir ou adquirir barracião destinada o a reciclagem do lixo domiciliar; Adquirir equipamento p/reciclagem do lixo domiciliar; Manter convénios ou parcerias com Consórcios de Saúde (CISAMUSEP, SAMU), Consórcios de Medicamentos, Entidades Publicas ou Privadas; Manter convénios com Ministério e Secretaria da Saúde visando cumprir programas de combate epidemiológicos, saúde da familia e outros;

Manter Convênios com Cooperativas de Reciclagem de lixo, visando a coleta, transporte e destinação final do lixo domiciliar;

Construção e Manutenção de Salões Comunitários em Assentamentos Rurais; Colaborar com a Ampliação, Reparos e Conservação e aquisição de equipamentos do Centro de Convivência ao Idoso.

ncias e idosos; re ampliar o CLUB DO POVO para atividades de lazer e sócio-educativa; ncionar APMI, APAE, CONSELHO TUTELAR e CASA LAR; uir Barracões Comunitários nos Assantancestos.

VI - HABITAÇÃO, URBANISMO, OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Federal;
Incentivar a implantação de Loteamentos Urbanos no Municipio;
Manter e conservar as Quadras Esportivas, Parque Infantil e área de lazer do Municipio;
Manter e conservar as Quadras Esportivas, Parque Infantil e área de lazer do Municipio;
Realizar recape de asfalto em ruas e avenidas da cidade;
Promover proteção de emissário de galerias de Aguas pluviais;
Instalar tampas de vedação ou grades em bocas de lobo;
Realizar a conservação de praças, parques e jardins;
Realizar a conservação de Terminal Rodoviário;
Realizar melhorias, conservação e manutenção do Parque de Rodeio, do Estádio Municipal e Ginásio de Esportes;

I - INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO

II - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Desenvolver política agrária e de meio ambiente visando atender aos agropecuaristas quanto ao aumento da produtividade, orientando-os quanto ao emprego de novas técnicas para o desenvolvimento de suas atividades; promover a análise de ternas agricultáveis e distribuição de calcário, organizar e manter viveiros visando a distribuição de mudas; estimular e promover Programa e de Inseminação Artificial e outros visando a melhoria genética dos rebanhos; orientar os agricultores quanto ao uso e conservação do solo; adequar e readequar estradas vicinais, desenvolver Programas e atividades Horti-fruit-granjeiros, spicultura, vicultura, fruitcultura e outros c., promover a aquisição de maquinas e implementos agrícolas ampliando a Patrulha Mecanizada para melhor atendimento ao produtor rural. Promover parcerias com a SEMA, IAP, EMATER e Ministério Público, Promover implementação de medidas para recuperação de matas ciliares e preservação de recursos naturais no âmbito do Município; subvencionar Futidades lingas ao desençolvimento da produção rural. Jesuados partientes de adaptace de matas culturas de produçõn qual desemblase. Postos de adaptace da adaptação audicante.

(Continua na página seguinte)

Licitação

(Continuação da página anterior)

Desenvolver ações de incentivo a Agroindústrias do Município ver implantação e desenvolvimento de Viveiro Municipal p/ produção e distribuição de

Promover implantação e desenvolvimento de Victuo interesta per productiva indica diversas;

Recuperar Fundo de Vales e implantar matas ciliares e áreas de preservação permanente;

Promover a arborização da cidade e recuperar canteiros;

Adequar e readequar Estradas Rurais;

Promover a Inseminação Artificial e desenvolver programas de alimentação animal;

Promover a Inseminação Artificial e desenvolver programas de alimentação animal;
Desenvolver Programas horti-fruti-granjeiros;
Desenvolver atividades visando a proteção de Rios, Córregos e Nascentes;
Construir Sistema de Captação e Distribuição de Água, mediante perfuração de poços artesianos em convênios com o Estado e o a União, visando o atendimento a população rural inclusive dos Assentamentos;
Desenvolver atividades e implantação dos Planos de Residuo Sólido, de Recursos Hídricos, de Agrotóxicos, de Artborização Urbana e Saneamento Urbano/Esgoto Sanitário;
Desenvolver e Executar Plano de Saneamento Básico;
Promover desassoreamento de rios e córregos;

Desenvolver e Executar Piano de Saneamento Basteo;
Promover desassoreamento de rios e córregos;
Firmar Convênios com a finalidade de assistir pequenos e médios agricultores com empregos de novas técnicas, distribuição de calcário, sementes, mudas e outros visando o desenvolvimento de suas atividades;
Apoiar Programa de Combate a Febre Aftosa em conjunto com a SEAB;
Desenvolver atividades de "patrulha mecanizada" visando o atendimento do setor rural

Apoiar Programa de Combate a Febre Aftosa em conjunto com a SEAB;
Desenvolver atividades de "patrulha mecanizada" visando o atendimento do setor rural
objetivando a melhoria de produção agrícola do Município;
Apoiar e desenvolver atividades junto aos assentamentos;
Apoiar e desenvolver atividades junto aos assentamentos;
Promover a aquisição de Máquinas, tratores e implementos para o desenvolvimento do Setor
Pural:

oniover a aquasque de cere de

Produtor Rural; Implantação de áreas de Preservação Ambiental. Subvencionar EMATER e outras Entidades ligadas ao desenvolvimento rural; Desenvolver ações/implantação do Parque Ecológico Ambiental.

<u>DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DE ITAGUAJÉ</u> MA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL OBJETIVO

ntar ações que visem à manutenção do Plano de Previdência Social aos servidor Implementar ações que visem atingir o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do Plano de Realizar pagamento de inativos e pensionistas de responsabilidade do Fundo. Manter serviços Contábeis e Administrativo.

Adequar Lei do Instituto de Previdencia Municipal – IPREMI.

Edificio da Prefeitura Municipal de Itaguajé Em, 29 de Junho de 2018 CRISÓGONO NO ETO E SILVA JÚNIOR Prefeto Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

LEI Nº 955/2018

Art. 2º - O benefício consistirá em auxílio pecuniário mensal no valor de R\$ 80,00 ais), e será limitado aos 50 (sessenta) primeiros alunos classificados na escala de vulnerabilidade.

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

Art. 4º - O estudante candidato ao benefício só poderá tê-lo deferido, respeitados os

demais critérios e limites instituídos por esta Lei, em se cumprindo os seguintes requisitos:

1 - possuir residência e domicílio com ânimo definitivo em Ourizona;

11 - estar matrículado como aluno regular em curso de nível superior;

11 - utilizar-se de transporte coletivo de passageiros para o trânsito entre a residência e o

Parágrafo único. No caso de possuir o estudante candidato mais de um domicílio, nos termos do artigo 71 do Código Civil, deverá o estudante ocupar os dias úteis no domicílio localizado em Ourizona, e este domicílio deverá ser determinante para a necessidade do transporte escolar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo serão aceitos atestados de matrícula emitidos por m eletrônico ou pela *internet*, desde que apresentados na forma impressa, sejam certifica digitalmente e contem com método de aferição de veracidade disponivel aos órgão municipais

Art. 7º - O uso de transporte coletivo de passageiros será comprovado pela apresentação de contrato de prestação de serviços de transporte de que conste o período de prestação de serviços e o nome do estudante candidato como contratante ou beneficiário. Parágrafo único. O contrato deverá obrigatoriamente viger até o prazo mínimo de dezembro do ano de deferimento do beneficio.

Art. 8º - A idoneidade moral do estudante candidato, para fins deste programa, será afastada, ficando o mesmo sumariamente excluído do processo de seleção, nos casos em que tenha o mesmo ou seus ascendentes, representantes ou assistentes, apresentado documento ou alegação falsa em qualquer processo de seleção a benefícios de qualquer natureza promovidos pelo município, especialmente nos casos de omissão ou alteração de renda em processos seletivos

Art. 9º - A seleção dos alunos candidatos até o limite de 60 vagas será realizada pela análise das condições socioeconômicas de cada uma das respectivas famílias, sopesada de acordo com o turno de atividades e a natureza do estabelecimento de ensino, visando à seleção dos alunos em situação de maior vulnerabilidade.

Art. 10º - A condição socioeconômica da família do estudante compreenderá a tória das rendas de quaisquer naturezas afetas a todos aqueles que residam ou contribuam alquer modo com a economia da residência.

§ 1º. A coleta dos dados dar-se-á por meio de declaração pessoal em formulário oficial fornecido pela Prefeitura nos moldes do Anexo I, acompanhado de comprovante de renda individual, acolhidos tão somente os seguintes:

I - para trabalhadores assalariados: contra-cheque ou hollerith do último mês recebido;

II - para beneficiários do INSS ou aposentados é pensionistas de qualquer outro regime público ou privado de previdência: comprovante de recebimento do beneficio previdención do último mé; III - para proprietários ou trabalhadores rurais sob qualquer regime: notas fiscais de produtor rural súltimos três meses de atividades, atestado de produtor rural ou declarações da Emater ou da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;

IV - para trabalhadores da economia informal não enquadrados nas categorias detaração pessoal de renda instruída obrigatoriamente por extrato bancário dos últim cadastro em programas sociais dos Governos Federal, Estadual ou Municipal ou equivale

§ 2º. O preenchimento, assinatura e entrega dos formulários importa na declaração incondicio de veracidade dos dados fornecidos, sob responsabilidade pessoal do declarante.

§ 3º. A omissão ou a informação incorreta de dados acerca da situação socioeconômica do estudante e de sua familia, descoberta a qualquer tempo, importará na sua inidoneidade para participação da seleção e consequente exclusão do programa.

Art. 11º- A renda total aferida será dividida pelo número de ocupantes da residência

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 12º - A seleção dos beneficiários do programa restringir-se-á aos estudantes estivamente e compreenderá as seguintes etapas: inscritos tempestiva

II - verificação e tabulação dos dados e ponderação i III - classificação provisória; IV - período de impugnação; V - julgamento das impugnações e classificação final.

Art. 13º - O período de inscrição estender-se-á por, no mínimo, dez dias, com nos turnos matutino e vespertino, e fornecimento dos formulários necessários pelo

Art. 14º - A tabulação dos dados fornecidos pelos candidatos será realizada por servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo ser realizada ao menos uma sessão de verificação e análise pela Comissão de Seleção, em que levantar-se-ão os casos de suspeição e impedimento e homologar-se-á o trabalho dos servidores responsáveis pelas fases anteriores.

Parágrafo único. A inscrição do estudante confere à Administração, por meio da Comissão de Seleção ou de seus representantes, a prerrogativa de realizar diligências e pesquisas necessárias à elucidação da real situação socioeconômica sua e de seus familiares.

Art. 15º - Reunida a Comissão de Seleção, seus trabalhos terão fim com a edição de sificatória por ordem decrescente de vulnerabilidade, que será publicada no veículo oficial cípio para abertura de prazo para impugnações por qualquer interessado de, no mínimo, cinco dias.

§ 1º. A Comissão poderá suspender e retomar a sessão de verificação e análise sempre que tal se fizer de interesse da Administração, ou por necessidade temporal natural.

Art. 16º - Julgados eventuais recursos e impugnações, em única e última instância, proceder-se-á realização de nova sessão da Comissão de Seleção para organização e publicação da lista definitiva de beneficiários, nos moldes do caput do artigo 14, limitada a 80 nomes.

Parágrafo único. A exclusão de beneficiários após a publicação da classificação final não importará na assunção de vaga por outros classificados, por qualquer método.

CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

I - Prefeito Municipal - presidente; II - Secretário Municipal de Administração; III - Secretário Municipal de Assistência Social; IV - um representante da Secretaria Municipal de Educação; V - três representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 18º - A Comissão de Seleção elegerá local para suas sessões, que deverá inder a uma das instalações oficiais do Governo Municipal.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º - A inidoneidade decorrente do artigo 10, § 3º, que consistir em falso mate mportará na representação às autoridades administrativas, civis e penais competent

ou formal, imp Art. 20º - O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, contado de sua publicação

Art. 21º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito ecial para instituir a dotação adequada para custeio das despesas previstas por esta

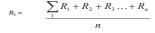
Paço Municipal, alos 29 dias do mes de junho de 2018. Mahoel Rodrigo Amado

> ANEXO II Cálculo da Renda Ponderada

1. Matriz do Fator de Ponderação

		NATUREZA ESTAB.		
		Particular	Público	
JRNO	Matutino Vespertino	0	5	
ij	Integral Noturno	10	20	

2. Renda Per Capita Ponder



onde. R_c: Renda Familiar *Per Capita*; R_n: Renda Individual (para indivíduos sem renda, considerar ∅); n: número de integrantes.

F_p: Fator de Ponderação

R_p: Renda Ponderada; Rc: Renda Familiar Per Capita;



www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000 (44) 3321-1200

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2018 - PMC

O MUNICIPIO DE COLORADO - PR torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 02 de Agosto do ano de 2018, na Avenida Brasil nº 1250 em Colorado , Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s)

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Vias do Perímetro Urbano	Recape em CBUQ	10.682,59 m ²	120
D : M('	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao@colorado.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (44) 3321-1200.

Colorado, 27 de Junho de 2018

Vanderley Mareti - Presidente Da Comissão De

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2018 - PMC

O MUNICIPIO DE COLORADO - PR torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 02 de Agosto do ano de 2018, na Avenida Brasil nº 1250 em Colorado , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s)

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Vias do Perímetro Urbano	Recape em CBUQ	10.682,59 m ²	120

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no solicitada comercial, ou através do licitacao@colorado.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone (44) 3321-1200.

Colorado, 27 de Junho de 2018.

Vanderley Mareti - Presidente Da Comissão De Licitação

MUNICÍPIO DE COLORADO SEDU/PARANACIDADE - PAM EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2018.

O MUNICÍPIO de Colorado, torna público que às 09 horas do dia 13 de Julho, na Avenida Brasil 1250, Colorado, Parana, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTI	VALOR	PRAZO
		-DADE	TOTAL R\$	(DIAS)
01	CAMINHÃO	01	281.000,00	90
	COLETOR			
	COMPACTADOR DE			
	LIXO			

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Josimary Barcelos, Paraná, Brasil Telefone: (044) 3321 - 1200 - E-mail licitacao@colorado.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Avenida Brasil 1250 ou através do site colorado.pr.gov.br, das 08:00 às 11:30 às 13:30 às 17 horas

Colorado, 27 de Junho de 2018

Antonio Alves de Rezende - Diretor de Compra

MUNICÍPIO DE COLORADO SEDU/PARANACIDADE - PAM EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2018.

O MUNICÍPIO de Colorado, torna público que às 09 horas do dia 16 de Julho de 2018, na Avenida Brasil, 1.250, Colorado, Paraná, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTI-	VALOR	PRAZO	
		DADE	TOTAL R\$	(DIAS)	
01	Veículo Sedan	01	47.190,00	60	

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Josimary Barcelos, Paraná, Brasil Telefone: (044) 3321 - 1200 - E-mail licitacao@colorado.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Avenida Brasil, 1.250 ou através do site colorado.pr.gov.br, das 8:00 às 11:30 às 13:30 às 17:00

Colorado, 27 de Junho de 2018.

Antonio Alves de Rezende Diretor de Compras

MUNICÍPIO DE COLORADO SEDU/PARANACIDADE - PAM EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2018.

O MUNICÍPIO de Colorado, torna público que às 14 horas do dia 13 de Julho de 2018, na Avenida Brasil 1250, Colorado, Parana, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTI-	VALOR	PRAZO
		DADE	TOTAL R\$	(DIAS)
01	PÁ	01	128.000,00	60
	CARREGADEIRA			
	SOBRE RODAS			

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Sonia Aparecida Sanches de Souza Paraná, Brasil - Telefone: (044) 3321 - 1200 - E-mail licitacao@colorado.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Avenida Brasil 1250 ou atraves do do site colorado.pr.gov.br , das 08:00 às 11:30 às 13:30 às 17 horas.

Colorado, 27 de Junho de 2018

Antonio Alves de Rezende - Diretor de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PRECOS Nº /04 - 2018

O MUNICIPIO DE COLORADO torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 17 de Julho $\,$ do ano de 2018, na Avenida Brasil $\,$ n° 1250 $\,$ em Colorado $\,$ 0, Paraná, Brasil, TOMADA DE PREÇOS, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Vias do Perímetro Urbano.	Recape em CBUQ	25.639,97 m ²	150

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no comercial, ou solicitada através do licitacao@colorado.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone 44 33211200.

Licitacao.

Colorado, 27 de Junho de 2018. Vanderley Mareti - Presidente da Comissão de



www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000 (44) 3321-1200

COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 019/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO torna pública nova data de abertura da sessão presencial do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 19/2018, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para modernização administrativa e tributária através de treinamento e capacitação continuada em gestão pública com vistas a otimizar a arrecadação municipal, com abertura para 14 horas do dia 20 de Março de 2018, fica PRORROGADO para às 08:30 horas do dia 12 de Julho de 2018, devido alterações no Edital, o edital e seus anexos poderão ser

retirados após o dia 29/06/2018 no site da www.colorado.pr.gov.br/portaldatransparencia.



COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL - Nº 069/2018

O MUNÍCIPIO DE COLORADO torna pública nova data de abertura da sessão presencial do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL $n^{\rm o}$ 69/2018, para a Aquisição de 05 (cinco) veículos automotores para as equipes de Saúde que atendem à estratégia saúde da família para o município de Colorado conforme FNS 08788.720000/1170-02, com abertura para 14 horas do dia 14 de Junho de 2018, fica PRORROGADO para às 14:00 horas do dia 12 de Julho de 2018, devido alterações no Edital, o edital e seus anexos poderão ser retirados após o dia 29/06/2018 no site da www.colorado.pr.gov.br/portaldatransparencia.

Colorado (PR), 27 de Junho de 2018.

Antonio Alves de Rezende Diretor de Compras

AVISO DE RATIFICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE: DISPENSA Nº 049/2018.

OBJETO: PAGAMENTOS DE EXAME DE ARTRORESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO DO MUNÍCIPE CARLOS MESSIAS PEREIRA.

VENCEDOR: CLINICA DE RESSONANCIA MARINGA L'TDA. CNPI: 06.151.185/0001-11.

VALOR: R\$ 1.000,00 (MIL REAIS).

ESTADO DO PARANÁ

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, conforme consta do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 ao proponente



Á AL DE COLORADO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2018 - PR		
3	Processo Administrativo:	261/2017	
	Processo de Licitação: Data do Processo:	53/2018 06/03/2018	
		Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.52002 e em face aos principios ordenados através da Lei nº 10.52002 e em face aos principios ordenados através da Lei nº 10.52003 e atravações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado palo Pregorier e sua equipe de aprio,

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

b) Licitação Nr.: PREGÃO PRESENCIAL c) Modalidade:

d) Data Homologação: 25/06/2018 e) Objeto da Licitação

AR CONDICIONADO SPLIT FRIO INVERTER 36.000 BTUS COM FILTRO ANTIBACTÉRIA COM CONTROLE REMOTO E INSTALADO. - MARCE FONTAINE

TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI (9021)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)<u>Unid. Quantidade Desdo (%) Preco Unitário Total do Item</u> OZÓRIO VAGNO TEIXEIRA-ME (8290) PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORREITVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNEGIMENTO DE PEÇAS - Marca: PROPRIA 0.0000

0.0000 26,700,00 Totali do Fornecedor: 3 AR CONDICIONADO SPLIT FRIO INVERTER 12,000 BTUS COM FILTRO ANTIBACTÉRIA COM CONTROLE REMOTO E INSTALADO. • Marca: ELGIN 0,0000 2,029,00 36,522,00

Total do Fornecedor: 56,412,00 P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME (8783) 2 AR CONDICIONADO SPLIT FRIO INVERTER 9.000 BTUS COM JINID 18,00 0,0000 1.793,00 FILTRO ANTIBACTÉRIA COM CONTROLE REMOTO E 32,274,00 INSTALADO. - Marca: ELGIN HVF109B21A

AR CONDICIONADO SPLIT FRIO INVERTER 18,000 BTUS COM FILTRO ANTIBACTÉRIA COM CONTROLE REMOTO E INSTALADO, - Marca: ELGIN HVF118BZIA AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO INVERTER 48.000 JINID BTUS COM FILTRO ANTIBACTERIA COM CONTROLE REMOTO E INSTALADO. - Marca: ELGIN PEQI48B2NA 2,00 0.0000 8.480.00 16.960,00

JINID 10,00

0,0000 3.695,00

5 AR CONDICIONADO SPLIT FRIO INVERTER 24,000 BTUS COM FILTRO ANTIBACTÉRIA COM CONTROLE REMOTO E INSTALADO. - Marca: ECOBLU-EBI24QFDC Total Geral: 228,246,00 1 Alla Collorado, 25 de Junho de 2018.

> ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO Avenida Brasill, 1250 C.E.P.: 86690-000 - Collorado - PR Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

(g) Prefeito. MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.696/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exerado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio,

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 156/2018

PREGÃO PRESENCIAL d) Data Homologação: 21/06/2018

e) Objeto da Licitação Aquisição de 01 (um) transporte sanitário eletivo conforme FNS 08788.720000/1170-05

(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Lhid. Quantidade Desdo (%) Preço Unitánio Total do Iten

1 VEICULO DE TRANSPORTE SANTARIO (10 E 17 PESSOAS), CAPACIDIDEET OTAL 10 I/CESSO CADEIRANTE DISPOSITIVO DE POLITANO MANUEL / POTENCIA MINIMA 10 I/CESO CADEIRANTE DISPOSITIVO DE POLITANO MANUEL / POTENCIA MINIMA 2007 V COM KIT MULTIMIDIA NA PO POSSUL, II POLICULO (10 MA, PESSOLUÇÃO CONTRAN 3 (1609, COMBUSTIVEL DISSEL, CAMBIO (NANUAL 6 MARCHAS, TRO DE DISPOSICA DIPROMULCIA MARCHAS, TRO DE DISPOSICA DIPROMULCIA MARCO AS CONTRANO DE PORTO DE POSSOLUÇÃO DE PASSAGEIRO. - MBRCO: REPOSILO POR POSSOLUÇÃO DE PASSAGEIRO. - MBRCO: REPOSILO POR PASSAGEIRO. - MBRCO: REPOSILO POR POSSOLUÇÃO DE PASSAGEIRO. - MBRCO: REPOSILO POR PASSAGEIRO. - MBRCO: REPOSILO PO

187,500,00 Total do Fornecedor:

1.00 0.0000 187.500.00

187.500.00



Colorado, 21 de Junho de 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE Nº 012/2017

DÉCIMO TERMO ADITIVO DE VALOR EXTRATO DE CONTRATO Contrato:_ nº 053/2017.

Inexigibilidade:_ nº 012/2017. Contratante: PREFEITURA MUNICÍPIO DE COLORADO.

Contratada: CLINICA MÉDICA PADULLA E FREITAS LTDA ME. Objetivo: DÉCIMO TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICO GERAL, PARA O MUNICÍPIO DE COLORADO,

CONFORME O CHAMAMENTO PUBLICA CREDENCIAMENTO Nº 001/2017. **Do Valor:** O presente termo aditivo tem como PRORROGAÇÃO, o valor do contrato totalizando R\$ 59.840,00 (CINQUENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS) divididos em 04 (quatro) parcelas mensais, a contar de 03 (trés) de Junho de 2.018, do contrato original celebrado entre as partes aos 23 (vinte e três) dias de Fevereiro de dois mil e dezessete. Vigência: 02/01/2019.

> Colorado - PR 01 de Junho 2018. A Allo

Marcos José Consulter de Mello PREFEITO Antônio Luiz de Oliveira Filho GESTOR FUNDO MUN. SAUDE





HOJE, PARECE IMPOSSÍVEL VIVER SEM ELA.



No início dos anos 70, quando Itaipu foi planejada, imaginava-se um salto na produção de energia e desenvolvimento do Brasil e do Paraguai. Mas nunca se imaginou que fosse possível produzir tanto. De 1984, quando a produção teve início, até hoje, a energia acumulada por Itaipu é a maior de toda a história. Pra você ter uma ideia, a soma seria capaz de iluminar por 40 dias o planeta inteiro. E sabe o que é melhor? Com energia limpa e renovável. Energia que ajuda o Brasil e o Paraguai no caminho da sustentabilidade. E a crescer sem medo.



FÉRIAS

ESTADO DO PARANÁ

www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000 (44) 3321-1200

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO CNPJ: 76.970.326/0001-03 Avenida Brasil, 1250 C.E.P.: 86690-000 - Colorado - PR

PREGÃO PRESENCIAL Nr · 32/2018 - PR 30/2018 Processo de Licitação: 59/2018

06/03/201 Folha: 1/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.66693 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, recenher

04 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

u i - HolvioLogar a pre	serile Lidiação resies le
a) Processo Nr.:	59/2018
b) Licitação Nr.;	32/2018 -PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL d.) Data Homologação: 21/06/2018

e) Objeto da Licitação REFERENTE ACULSIÇÃO DE FARDAMENTO PRÓPRIO E REGULAMENTAR PARA EXERCEREMAS ATMIDADES PERMITENTES DA INSTITUIÇÃO

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item FRS - INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI - ME (8041)

7 BOTA / COTUPNO MILITAR - CABEDAL : VAQUETA MILITAR Pares 20,00 0,0000 381,90 WATERPROO ZMM - FORRAÇÃO: FORRO FORDO COMPONENTE COM BOLLA DE ARC / UNISCIA DE EOCRACIA FOX PU BUEN SIGNA - ATURA SIGNA DO CANO 175,415,50M (EXTERNANTIERNA) - PESO MÉDIO AIR 0,500GR LINISOLA	7.63
QSBORF FOX 0,400 GR - N.M.ERAÇÃO 38 A 45 - FETITO - DEDETA SER CON-FECIONADA EMICOURO SEMI-CROMO, HOROFUSADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM MARCAS, BENTAS DE CORTES, FURDS, CICATRIZES, BEM COMO SINVIS DE PRARSITAS, COU SELA, CARRAPATOS, BERNES E OUTROS DEFETITOS PROVOCADOS FOR RISCOS ELEMENTES DE CONTROS DEFETITOS PROVOCADOS FOR RISCOS ELEMENTES DE CONTROS DE PROVOCADOS FOR RISCOS ELEMENTES DE CONTROS PROVOCADOS ALCOMERADOS GASERADOS DO LA CONTROS PROVOCADOS ALCOMERADOS GASERADOS DO LA CONTROS PROVOCADOS ALCOMERADOS GASERADOS DO LA CONTROS PROVOCADOS ELEMENTES DE CONTROS PROVOCADOS ALCOMERADOS GASERADOS DO LA CONTROS PROVOCADOS ELEMENTES DE CONTROS PROVOCADOS MEDICADOS PROVOCADOS MEDICAD	
ACOLCHOADO REVESTIDO EN NÁPA FORRADO INTERNAMENTE EM MALHARÍA DE L'EDUIRE INTEGRADA, O MESINO UTILEZADA NA FORRAÇÃO DA LINGUETIA. 4 - A ALTURA DO CANO SERÁ CONFORME A TABELA ABAKO EM MILIMETROS. TSA/106MM-T35/105MM-T36/107MM- T37/106MM-T33/111MM-T30/113MM-	
(SOUA E SALTO EN IPEÇA (NICA), ANTILEERRAPANTE, SENDO COMPOSTA POR UMPÓLIMENO ESPECIAL E VUICANIZADA COMENKOFRE, PARA RESISTIR A 1 MINJIT 300° C. ESPESSURA DA PLANTA 10MM - ANTIDERRAPANTE 6 MM - LATURA DO SALTO 24MWZ7MM - Merca (KALLUCC)	

			Total do Fo	omecedor:	7.638,00
G. BERGAMASCO & GUILHERME LTDA = ME (5745)					
1 GANDOLA COM: COLARINHO COM PÉ - FRENTE EM TECIDO -	JINID	50,00	0,0000	120,00	6.000,00

50,00

60,00 0,0000

50,00 0,0000 24,00

20,00 0,0000 260,00

36,00

2.160,00

1,200,00

5.200,00

JINID

0,0000

119,00

5.950,00

5400,00

2 CALÇA COM: CÓS POSTIÇO ENTRETELADO COM 4,5 CM LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE FECHE METÁLICO DE MUNICIPA PRESANTES INSENDIOS NA PATRE INFENIOR DO CÓS, VISTA EMBUTIDA COM ZIPETA; 280 LSOS FECNTAIS EMBUTIDOS COM ABERTILA CO CALIQUA TRAVACACIÓN DOS BOLSOS NA DESIMA TONALIDADE DA CALÇÓ), 280 LSOS LATERAS/ENA MOSIMA TONALIDADE DA CALÇÓ), 280 LSOS LATERAS/ENA DOS ASS COM ABRIVA DA CONFORMEO TIMANHO, MEDINO 3 ASS CANSES NA ALTURA DOS JOBELHOS, MEDINOS ASS COM SER NA ALTURA DOS JOBELHOS,	JINID
COM PREGA MACHÓ AO CENTRO, COM PORTINHOLAS	
PROPORCIONAIS AO BOLSO, FECHAMENTOATRAVÉS DE	
VELCRO INTERNO EM TODA A SUA EXTENSÃO NA COR AZUL	
MARINHO E ABERTURA DE 3CM NA PORTINHOLA DA PERNA	
DIREITA PARA COLOCAÇÃO DE CANETA(NO	
DIANTEIRO), APLICAÇÃO DE REFORÇO DE 30 CM DE	
COMPRIMENTO MESMO TECIDO NAS PERNAS DIANTEIRAS,	
POSICIONADAS A 20 CM MEDIDOS A PARTIR DA JUNÇÃO DO	
GANCHO NO ENTRE PERNAS, FIXADO COM COSTURA	
MATELADA. COSTURA X, EDREDOMENTRE OS DOIS	
TECIDOS, REFORÇO EMÁRCO NO MESMO TECIDO DA CLÇA	
NO TRASEIRO, NA REGIÃO QUE CIRCUNDA O GANCHO NÓ	
ENTRE PERNAS, TRASEIRO COM PALAS, 2 BOLSOS	
TRASEIROS CHAPADOS COM CANTOS CHANFRADOS COM	
PORTINHOLAS E FECHAMENTO ATRAVÉS DE VELCRO	
INTERNO DE LIMA EXTREMIDADE À OLITRA TECIDO NA COR	

INTERNO DE UMA EXTREMIDADE A OUTRA. TECIDO NA COF AZIL MARNIA, ARMAÇÃO RP STOP, COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E UNIDADE 50 102,99 5,149,50 22 23% POLIESTER(++5%); CRAMATURADE 258 GMX2(+5%); CRAMATURASTICA DE ENCOU-HIMENTO: URDIMEZ% +1-1%, TRAMA: 2% =4-1%. - Marca: PONTO DOS UNIFORMES JINID 30,00 0,0000 180,00

CARACTERISTICA DE ENCOLHINENTO: UPCUNEZ 26 x 4-1%,
TRAMA: 2% 5-1%. Marca: PONTO DOS UNIFORMES

JAPONA CON TECIDO: NA COR AZUL MARIPHO, ARMAÇÃO

PIR STOP, COMPOSIÇÃO 67% ALGODIO E 33% POLJESTER

L'HEÑY, CARAMATURA DE 256 GM2, 44-5%, CARACTERISTICA

DE SHOULHINENTO: URDUMÉZ/64-1%, TRAMAZ% 4-1%

CONFECCIONAD EM TECIDO COM TRAMA PE STOP COR

AZUL MARINHO, FORRADA COMMATIA ASSE NA COR DO

TECIDO, ABERTURA PROTING. COM FECHAMONTO POR

ZÍFER MÁSTER FINO DESTICÁVEL MEDINDO 70 GM

APROXIMADAMENTE, COM COBERTURA DE ZÍFER MEDINDO

66 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMDOIS

65 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMDOIS

68 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMDOIS

69 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMDOIS

69 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMDOIS

69 MM PRESO POR DOIS BOTIÓES DE PRESSÃO: COMPIDAS

50 ALSO CHAPADOS, NA PARTE PROVITA INTERNORION

59 ANTIDO HORIZONTAL, COMPORTINHOLAS FECHADAS POR

MELICA MEDINDO 25 MINGROMOM, COD SE DOIS SOS NA PARTE

NITERNA DO FORRO: GOLA ESPORTE: MANGAS COMPRIDAS

COM PLANO EM MEDINO 60 MEDIA PARA REDITADOS

POR MEDIO DE BOTIÓN DE NILON, BARRA COM EASTOO

DOILO PRETIDO COM ESTRANOLLADOR PARA REGULACION; A

PROCEDETTO COM ESTRANOLLADOR PARA REGULACION; A

PROCEDENTA DE 40 MM ABROD DA COSTURA OLD ENTRE PORTONION.

DO JOMENO DO DIRECTO DO PETTO A PLICAR ETITA DE

PUELCRO COM 25 MODEL LARGURA DO LOS TURA DO COMPRIMENTO PARA SOBREPOR A TARIA DE

DENTRICACIÓN, DE ERVANO ROMANDE LARGURA, COM

BELEZISTENLA A SUCCESSIVAS UNDIDES 30 2994 6 238, 20 23

LAACEDIS, DE 20 MINACIONAD CONTRENIDOR TARIA REFLETIVA

NA COR CINZA, COM 50 MINDEL JARGURA DO CONTRENIDOR SO ESTA APULCADO CONTRENIDOR DE SOLDERO PORTONIONADOR DE SOLDERO PORTONIONAD

ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, COM DIMENSIOS DE 6.50M/70M. - Marca PONTO DOS UNIFORMES

6.50M/70M. - Marca PONTO DOS UNIFORMES

5. CINTO O OFFECOIONADO EM MULTON A COR VERMELHA COM 350M DE LARGURA, FIVELA METALLOA, COM DIAS GARRAS LISANIQUIELADA E ONITERA EN METALLOA COM DIAS GARRAS LISANIQUIELADA E ONITERA PARA METALLO ESCRIÇÃO DA FIVELA FIVELA PARA CINTO DE INCIDIA TRANÇÃO DA FIVELA AO CINTO ATRAVÉS DE GARRA BASQULANTE COM 6,685M OUT/SETTE DENTES PREGULAGEM DA FIVELA, À TRAVÉS DE ROLETE RECARTILHADO, POR ESTRANSULAMENTO DA FITA, TERMINAL DO CINTO, PONTIERA COM GARRAS, FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PRESSÃO, VISUAL : FIVELA NOCLEADA LÍSA, ACABAMIENTO SUPERFICIAL, FLASH DE OURO (CAMADA QUES MICRON), MATERIAL C. CAPPA LATO EZO, OTMINI), NATO, ACAMBO MOR UN CAPPA LATO EZO, TIMON, DA COMO MICRON, MATERIAL CAPPA LATO EN TIMO DE DIAMETRO. CABECA SOM DE DIÁMETRO. INFO LEMA TO A PORTO DO MISUA ESPESSÍVA DE 35 CM, PINTURA POR RESINA PESO DA FIVELA E PONTEFRA: QUAS MG. MIGRA PONTE DO MINITORA POR RESINA PESO DA FIVELA E PONTEFRA: QUAS MG. MIGRAE PONTO DOS UNIFORMES.

UNIFORMES

6 BOKÉ NA COR AZUL MARINHO, ARMAÇÃO RIP STOP,
COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33 % POLESTIER (+5%);
GRAMATURA DE 289 GM2 (+5%); CAPACITERISTICA DE
ENDOLHIBMOTIO L'EDUME; SW. 41%; TRAMA 12% 44-1%;
BOKÉ TIPO SEXTRAJADO, FORMADO POR CAPA E ABA, COPA
FORMADA POR 6 PARTIES, SENDO QUE A FRONTAL TEM
FORMATO DE SEMIGIRCULO, ABA TIPO BICO DE PATO, COM
OS CANTOS ARREDONDADOS, ALIMA DE POLITILIENO
REVESTIDA COMO MESIMO TECIDO, BOTÃO FORRADO NO
MESIMO TEOLODO, COLOCADO NA JUNIÃO ADS SIS PARTIES
DA COPA, ALUSTADOR ENI VELORO NA PARTIE TRASEIRA,
CONFECCIONADO DE MITEDIDO MISTO DE POLESTER E
ALGODÃO, COM TRAMA TIPO RIP STOP, COM APLICAÇÃO DE
BORDADO BETRONICO DA LOS OMARÇÃO A
CONTECIONADO SIMPLO DA SARAJA BRANCO E VERDOE,
NAS DIMENSÕES DE SOM X 55 CAL FORRAÇÃO INTERNA
PUNDA AO TEOLOD. BOTÔN ENA COR AZUL MÁRINHO. - MARCIS
PONTO DOS UNIFORMES

JINID

FIXADA AO TECUDE BONE NA COR AZLL MARINHO. - Marca: PONTO DO SUNIFORMISE.

8 COLETE PADÃO - COMPOSIÇÃO: 70% PES.20% ALGODÃO, ARTIGO: TECHNO RIP STOP - 0408 REFERÊNCIA SANTISTA OU SIMILAR: - COR: LARANJA H28 (REF. PANTONE: FISHÉZET) - ETALHES FRENTE: A ACABMÊNTO E MY MES RIP STOP) NA COR LARANJA, COM ABERTLRA EM ZIFER REFORÇADO(NA COR LARANJA, B) GOLA COM 50 CM DE LARGURA. C) HTIA EM VELCRO ÁS PERO FIXADA ACIMA DO BOLAS SU PERÍFICIO PICETO COM 11 CM DE COMPANIMENTO E 20 CM DE LARGURA. D) ACIMA DA HTIA DEVERÁ SER DECIDADA RA BANDERÍA DO MINICÍPIO DE MARIANHO DO BOLAS SU PERÍFICIO PICETO COM 11 CM DE COMPANIMENTO E A TEDALA PER ADAL PARA DO PETO, COM PARA O TAMANHO DO BOLAS DE PETALA SU ACIMA DA PETAL SER ANDIANA DE EM PLA ACIDA DA LITARA DO PETO, COM PARA O TAMANHO DO BOLAS DE PETALA SILVADA PETALA SER ANDIANA SON MENTIONA DOS COM FITOS AS FORMADOS COM PETALA SILVADA PARE SU PEDAR PARA QUA CUASICAMENTO. PECHAMIENTO EM PETALA SILVADA PARE SU PEDOR PARA QUA CUASICAMENTA. PO CONTROLO PORTA CANETAS COM ABERTURA NA VESTICAL EM ZIPER RESISTEMIENA COM LARANJA, Ó SA MEDIA SON CONTROLO PORTO CAMPATO. A VESTICAL EM ZIPER RESISTEMIENA COM LARANJA, Ó SA MEDIA SON COM ABERTURA NA VESTICAL EM ZIPER RESISTEMIENA COM LARANJA, Ó SA MEDIA SON COM LARANJA, Ó SA MEDIA SON COM PETALA SON CAMPATINA NA VESTICAL EM ZIPER RESISTEMIENA COM LARANJA, Ó SA MEDIA ALTURA LOGO ABARDO DA LINHA DA CINTURA. QUE COIS COTROS BOLAS DO MECO HAMENTO COM APERTURA NA VESTICAL EM COMPANIZACIÓN DO CARANJA CON DESTENICIO POR COMPANIZACIÓN DO COMPANIZACIÓN DO CARANJA CON DESTENICION COM COMPANIZACIÓN DO COMP COUPANDO TODA A EXTENSÃO DA PARTE NIFERIÓR, H)
OR(CAUTRO) BOLSOS NINDEPENDENTES, POREM
GEMÍNADOS, DOIS DE CAPALADO, ABANO DA LINHA DA
ORNITARA, OM TECHMENTO EN MELORO SORTE OS DOIS
BOLSOS, I) BUBLEMA DA DEFESA CIVIL DO MUNICIPIO,
BORDADO, COM 70 CAME COMPRIMENTO, LOCALIZADO
ACIMA DO BOLSOS SUFERIOR RESOUREDO, COLPANDO TODA
ACMENSÃO DO BOLSO COMPRIMENTO, LOCALIZADO
ACMENTA DE COMPOSE LA PROPERTO DE COMPOSE
EFELITA COM 20 COM DE LARGERA, CENTRALEDO
DE TALHES COSTAS - A) NAS COSTAS DO COLETE DEVERA
SER BORDADO AS INSCRIÇÃOS TEFESA CIVIL "IB M
SEMICIPAL AD COMPOSE A COMPOSE DE COM

KUADRADUS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIV (5776) 34,50

4 CANISTAS COM: GOLA RECONDA DE RIBANA CE MESMO MATERIAL E COR. MEIA MANGA, COMA CAPAMENTO EN PESPONTO, MODELO TRADICONAL). E POLI VISCOSE VERMELHAGOS POLI ESTER, 33% EM VISCOSE E FIO 30) O PRODUTO NÃO PODERÁ PRESENTA ROES PRIMENTO E SORPEPOSIÇÃO DE COSTURAS, NO LADO ESQUENDO DO PETO A 150 MM PACOSTAR AN O MIRRO SESTABULA DE OEFESA OLIVADO ALOGO MARCA DA COORDENADORA ESTABUAL DE DEFESA ONVEL COM INDRENSÕES DE SOMOFILO ME NAS COSTAS A NSCRIÇÃO BOMERICOCOM INTRATIO NA COR AZUL MARINO. A INSCRIÇÃO BOMERICOCOM INTRATIO NA COR AZUL MARINO. A INSCRIÇÃO BOMERICOCOM INTRATIO NA COR AZUL

Colorado, 21 de Junho de 2018.

Total Geral: 35.618.00 MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO PREFEITO

Total do Fornecedor:

25.910,00

Colorado, 25 de Junho de 2018.



www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86,690-000 (44) 3321-1200

rocesso de Llicitação:

Data do Processo:

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

CNPJ: 76.970.326/0001-03 C.E.P.: 86690-000 Colorado - PR PREGÃO PRESENCIAL Nr - 36/2018 - PR

6,63

6,58

4.80

8,12

31,90

0,0000

9.945.00

9.870,00

14.400.00

12.180,00

12.760,00

108/2018 10/04/2018 Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio,

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Ligitação Nr.: 36/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL c) Modalidade:

d) Data Homologação:

e) Objeto da Liicitação Aquisição de kits de materiais ecológicos personalizados (espiral de pet) para aluno e cademos pedagógicos para professores das Escolas Municipais de Colorado

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descio (%) Preco Unitário Total do Item.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MATERIAIS ESCOLORARES EM PET REC (9085)

ACÃO ECOLÓGICA MATERIAIS ESCOLORARES EMPET REC. (9)

1. CADERNO ECOLÓGICO DE CARTÓGRARIA GRANDE:
ENCADERNADO EMESIPRAL DE PET RECILADO VERDE,
CAPA E CONTRA CAPA FLEXIVAL EMILAMINA DE PET
(POLITERE PILATO DE ERILA) 100% RECILADO BRANDO IE
ESPESIS, PA DE 0,50 MM, IMPRESSÃO EM ALTA RESOLUÇÃO
DIRETA DE IMPRESSÃO SERIGRAPICA POR CUPA
-ATRAVÉS DE MAPRESSÃO SERIGRAPICA POR CUPA
-ATRAVÉS DE IMPRESSÃO SERIGRAPICA POR CUPA
-ATRAVÉS DE MAPRESSÃO SERIGRAPICA POR CUPA
-INTRAVÉS DE SOLVENTE - CONFERINDO RESISTÊNICIA E
DURABLIDADE, 400 CORSE - PERSONULIZADO DE ACORDO
COM ARTIE ELABORADA PELO FORNICEDOR E APROVADA
PELA SECOFETARIA DE ELOZÓGI NOCLUNDO A MARCA DO
FABRICANTE E ROTAGEM AMBIENTAL CONSTANDO SELO DE
RECICLACIÓN METERIANDO CONSIMIO DE GARRAPAS PET
(2LTS) E SIMBOLO DE L'ONTIFICAÇÃO DO IMITERIAL
RECICLADO, DE ACORDO COM CERTIFICAÇÃO DO SER
APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DO AUTILIZAÇÃO DE PET
RECICLADO DO RACORDO COM CERTIFICAÇÃO DO SER
APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DO AUTILIZAÇÃO DE PET
RECICLADO POS CONSIMO DE - OFRIMATO FECHADO 200 MMX
275 MM - FOLHAS INTERNAS EM PAPEL BRANDO- OFF SET
GOGMA" - OOM 60 FOLHAS - Marca: estada ecológica
2 CADERNO ECOLÓGICO DE LINISLACEM GRANDE: JINID 1,500,00 0,0000 JINID 1.500,00

2 CADERNO ECOLÓGICO DE LINGUAGEM GRANDE: ENCADERNADO EM ESPIRAL DE PET RECICLADO VERDE, CAPA E CONTRA CAPA FLEVIVEL EM ANIMA DE PET (POLITEREFTANTO DE ETILA) 10% RECICLADO BRANDO E ESPESSIRA DE 0,50 MM. IMPRESSÃO EM ALTA RESOLUÇÃO CULIENDE I ALA IO LE ETILA 100% RECOLADO BRANDO E SEPESURA DE 0.50 MM, IMPRESSÃO EM ALTA RESOLUÇÃO DIRETA DE IMAÇENS COLORDAS NA CAPA E CONTRA CÁPA ALTRAVÁS DE IMPRESSÃO SERIGRÁFICA POR CIPA ULTRAVIOLETA (UN) QUI OFF-SET UV. COM TINTAS SECAS LUMES DE SOLVENTE - CONFESIONO RESISTEMICA E DURREDIDADE, 440 OÓPES - PERSONALIZADA DE ACORDO OUM ARTE EL ADURADA PELO PORNICEZDOR E APROVADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INCLUINDO A MARCA DO PABRICANTE E ROTACEM MAIBERTAL CONSTANDO SELDO E PEDICALGEM REFERENTE AO CONSUMO DE CAPRAFAS PET QLTS) E SIMBOLO DE INDRITINEÇÃO DO MISTIPAL RECICLADO, DE ACORDO COM CERTIFICADO A SER APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DA UNITURAÇÃO DE PET RECICLADO, DE ACORDO COM CERTIFICADO A SER APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DA UNITURAÇÃO DO PET RECICLADO POS CONSUMO - FORMATO FECHADO 200 MM X 275 MM - FOLHAS RITERIAS EM PAPEL BRANDO - COF SET 500 - COM MARCEM A ESQUERDA - COM 152 FOLHAS. JINID 3,000.00 0.0000

Marca: estaão ecológica

3 CADERNO ECOLÓGICO DE LINGUACEM PEOLENO:
BNADERNADO EMESPIRAL DE PET RECICLADO VERDE,
CAPA LE CONIRA CAPA HEXIVEL EMILAMINA DE HEI
(POLITERE PETAJATO DE EITUA) 100% RECIOLADO BRANCO E
ESPESSIRA DE 0,50 MM. IMPRESSÃO EM ALTA RESOLUÇÃO
DIRETA DE IMAGENS COLORDAS NA CAPA E CONTRA CÁPA
ATRAVÉS DE IMPRESSÃO SERIORÁFICA POR CLIPA
ULTRAVALICITA (LIV) QU OFF-SET UV, COM TINITAS SECAS
LIMRES DE SOLVENTE - COM-FIRINDO RESISTÊNCIÁ E
DURABLIDADE. 440 CORES P-PESCON LIZUADA DE ACORDO
COM ARTIE ELABORADIA PILO PONINCELIÓN E APRÍOVADA
PELA SECAFICARIO DE EDUCAÇÃO INQUINDO A MARCA DO
FABRICANTE E ROTAGEM AMBIENTAL CONSTANDO SELO DE
RECICLACADA DE ACORDO COM CERTIFICADO A SER
APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE PORTE
(2LTS) E SIMBOLO DE LIDENTIFICAÇÃO DO MATIENIA.
RECICLADO, DE ACORDO COM CERTIFICADO A SER
APRESENTADO DE COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO PMINA
140 MM - POLHAS INTERNAS EMI PAPEL BRANCO - OFF SET
SEG-COM MARCEM À MARGEM - COM 152 FOLHAS. - Marca:
estaão ecológica

PASTA ECOLÓGICA ESCOLAR EM POLICIDA COM ABA ELÁSTICA: CONFECCIONADA COM LOMBADA DE 35 MM - MEDINDO ZOYLARGI) X35 GIATI MM - CONFECCIONADA COM CHAPA DE POLIFROPILENO (PP) ALVEOLAR OXIBIODESPADA/EL - GRAMATURA DE 300 GM2 - NA COR BRANCA - ACABAMENTO COM ELASTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO - TERNASPASSADO E TERMININSI PLÁSTICOS - DE BOA QUALIDADE - A PERSONALIZAÇÃO DEVERA GEDECERO A ROMA UN DOBICTA FORMECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO - AIMPRESSÃO DEVERA SER FEITA COM TINTAS RESISTENTES E ATOXICAS - DE WERA CONTRA NA PASTA A MARCA DO FABRICANTE E A INSCRIÇÃO DO SIMBIOLO DE PLASTICO RECICIANEL E OXIBIODESPADA/VEL - DE ACONDO COMPOLAÇÃO DO USO DE AUTITIVO OXIBIODESPADA/VEL - DE ACONDO COMPOLAÇÃO DO USO DE AUTITIVO DISHIDODES PADA/VEL -COMPROVAÇÃO DO USO DE ADITIVO OXIGIDOS RADÂXEL. EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO DE TESTES ASTM 688-404 - NORMA BS 8472 - LEM DE LAUDO ATESTANDO NVBS ACEITÁVEIS DE BISFENCL-A (BPA) CERIGATÓRIO SELO DO NMETRO. - Marca: estaão ecológica

SELO DO TIMIETRO. - Marcia: estado ecológica

5. CADERNOS PEDAGÓCICOS PERSONALIZADO PARA O PROFESSOR: CADERNO GAPA DURA - 200 MIM X 275 MM - O MM MONTAGEM ARTIESANAL E FOTOS EXCLUSIVAS - COM LOCOSE BERSÃO DO MINIORIPO DUAS LÁMINAS POR JOSO DE 1500R - 440 CORES - TIMITA ESCALA - COM APLICAÇÃO DE VERNIZ OU PLASTIBLEÇÃO DE REVESTIMO TO INTERNO SEM IMPRESSÃO - BRI SILÉTIE 750R - FOTOLITO INCLUSO - MICLO 300 PAGINAS NO FORMATO 200 MIM X 275 MM - 1X1 CORES - 04 PRIMEIRAS PAGINAS PERSONALIZADAS X X CORES ME PAPEL SILLIFIET 50R - ACABAMENTO PERFURADO COM LESPIRAL OU APLICAÇÃO DE WIRE-Ö-CRIÇÃO A ATRESANAL EXCLUSIVA DA MATREZ ME EVA - PATO-MORRIS SARPBOOK DA CAPA - LAY-OUT E ARTIE FINAL POR CONTADO FORMECEDOR - APRESENTAÇÃO DE DO MINIMO 03 AMOSTRAS COMO MODELO PARA ESOLHA DA COULTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ANO DÍA DO CERTAME - Marca: estado ecológica

Total do Fornecedor: 59.155.00 Total Geral: 59.155.00

PREGÃO PRESENCIAL

JINID 1.500,00

0,0000

0,0000

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

Colorado, 25 de Junho de 2018.

Avenida Brasil, 1250 C.E.P.: 86690-000 - Colorado - PR

Nr.: 59/2018 - PR 136/2018 Processo de Licitação: 146/2018 Data do Processo: 15/05/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/89 e atterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio,

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 146/2018 b) Licitação Nr.: 59/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL d) Data Homologação: 25/06/2018

e) Objeto da Licitação Contratação de empresa para analises de potabilidade e bacteriologica de água para monitoramento da cualidade de agua para consumo humano

f.) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) <u>Unid.</u> <u>Quantidade</u> <u>Descto (%)</u> <u>Preço Unitário</u> <u>Total do Item</u>

FREITAG LABORATORIOS LTDA (9108)

1 ANÁLISE BACTERIOLÓGICA DE ÁGUA - COLFORMES TOTAIS UNI 1,035,00 0,0000 E COLI- DEVE FORNECER FRASCO PARA COLETA DA ANÁLISE E EMITIR LAUDO DO ENSAIO REALIZADO , -Marca: FREITAG 60,00 62,100,00 JINID 32.00 0.0000 2.800.00 89.600,00

FREITAG

2 ANÁLISE DE POTABILIDADE DE ÁGUA - CONFORME
PORTARIA DO MINISTÈRIO DA SALDE N°2914 DE
DEZEMBRO DE 2011 - ANEXIO X. - ALLIMINIO, ANOMILACOMO
NH3, CLOREDE CON CAR PARENTE 1, 20 ICLOROBENZENO, 1, 4
DICLOROBENZENO, DETILBENZENO, TOLULENOXILENOS,
DUERZA TOTAL, FERRO, GOSTO, COOR, ANAGANÈS,
MONOCLOROBENZENO, SODIO, SOLIDOS DISSOLUTIOS
TOTIALS SULPATO SLUTETO DE HOPROGENO,
SURPACTANTES (COMO LAS), TURBIDEZ ZINCO - ANEXO VII
: INORGANICOS - ANTINOMO, ARSENIO, BARIO,
CADMIO, CHUMBO, CANETO DE HOPROGENO,
MERCURIONICILE, INTRATO COMO IN, MIRTITO COMO NO,
SELÊNIO, URÂNIO - ANEXO VIII - ORGANICOS - ACRU ANIDIA,
BENZENO, DERZO, APIRENO, CLORETO DE VINILA 1,2
DICLOROCTANO, 1,1 DICLOROCTENO, 1,2 DICLOROCETENO
(CES PIRANS), DICLOMETANO, TETRACLO PERTO DE
CARBONO, TETRACLOROCETENO, TIRIC, DECEDO E
CARBONO, TETRACLOROCETENO, TIRIC, DE CRED DE
CARBONO, TETRACLOROCETENO, TIRIC, DE CRED NO
LICARRES SILIFONNA ALTOCAPRES SULFONDO ALDEN N
DELDENNA TARZINAL CARBONO, QUORRIPIO SA
LORDANI PARADE DE SAIS, ENDRIN, GLIFOSATO A AMPA,
LINDANO (CAMBA HOTA) MANOCOPERE METRAMODO COSA

LINDANO (CAMBA HOTA) MANOCOPERE METRAMODO COSA

LINDANO (CAMBA H

Total do Fornecedor: 151.700,00

MARÇÓS JOSE CONSALTER DE MELLO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI

PRAÇA SANTA CRUZ., 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157 CNPJ/MF, 76.282.649/0001-04 São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

abaixo

relacionado.

01/04/2018 31/07/2018

PORTARIA N.º 094/2018

O Prefeito do Município de São Jorge do Ivaí, no uso das atribuições que

RESOLVE

REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

CONCEDER. ao funcionário

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Cicero Aparecido de	Gari	02/04/2017 a	02/07/2018 a

Registre-se e Publique-se.

Souza Mariano

PAÇO MUNICIPAL DR. RAUL MARTINS, em 27 de junho de 2018.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná CNPJ: 95.642.286/0001-15

DECRETO Nº 101/2018

SÚMULA: Substitui membros do Comitê Local do Programa Família Paranaense do Município de Ângulo, Estado do Paraná, instituído pelo Decreto nº 08/2018.

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Rogério Aparecido Bernardo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - O art. 3º do Decreto nº 08/2018 passa a vigorar com a seguinte constituição:

"Art. 3" - O Comitê Local será constituído por 1 titular e 1 suplente dos seguintes equipamentos

I – Centro de Referência da Assistência	Titular: Eliziani Aparecida Zanoli
Social (CRAS)	Suplente: Laís Amanda da Silva
II – Unidade Básica de Saúde- Estratégia Saúde da Família/Núcleo de Apoio à saúde da Família	Titular: Ana Paula Lavagnoli Suplente: Deise Zacharia Geraldo
III — Escola Municipal Padre José de	Titular: Nathiely Amabili Detoni
Anchieta	Suplente: Maria Angela Romeiro Negri
IV – Centro de Educação Infantil	Titular: Maria Docelina de Souza
Chapeuzinho Vermelho	Suplente: Eliane de Oliveira
V - Escolinha de Futebol-Ginásio Antonio	Titular: Alexandre Alves Macedo
Benavides.	Suplente: Alana Lisley dos Santos
VI -Técnico em Meio Ambiente	Titular: Deivid da Silva Suplente: Caio Cezar Denipote

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edificio da Prefeitura Municipal de Ângulo, em 29 de Junho de 2018.



EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.64/2018, objetivando a Serivço de recapagem em 06 pneus de máquinas pesadas do Pátio Rodoviário Municipal de Ângulo. decorrente de Dispensa n° 26/2018, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO e a NAVICAP BORRACHARIA EIRELI inscrita no CNPJ sob nº. 06.278.532/0001-71. aditivam o contrato com término 31/12/2018 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.



EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.63/2017, objetivando a Contratação de empresa especializada para implantação de suporte técnico à distância e presencial de sistema integrado de saúde no Núcleo Integrado de Saúde de Ângulo.. decorrente de Tomada de Preços nº 2/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO e a SISAMHIL SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA EM INFORMÁTICA LTDA. ME. inscrita no CNPJ sob nº. 00.909.271/0001-64. aditivam o contrato com término 20/09/2018 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Ângulo 20 de junho de 2018. ROGERIO APARECIDO BERNARDO PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.48/2017, objetivando a Credenciamento de proprietários de imóveis rurais para fornecimento de cascalho bruto para manutenção das estradas rurais do Município de Ângulo.. decorrente de Inexigibilidade n° 10/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO e a José Tomitão portador do CPF sob nº. 099.508.509-91. aditivam o contrato com término 31/12/2018 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Ângulo 20 de junho de 2018.



EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº2 Termo do contrato nº.49/2017, objetivando a Credenciamento de proprietários de imóveis rurais para fornecimento de cascalho bruto para manutenção das estradas rurais do Município de Ângulo.. decorrente de 10/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE Inexigibilidade n° ANGULO e a MARIA FATIMA DA SILVA portador do CPF sob nº. 016.493.199-67. aditivam o contrato com término 31/12/2018 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93 Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.



Ângulo 21 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ -----ESTADO DO PARANÁ=============

CNPJ: 75.731.000/0001 - 60

Decreto Nº 0081/18

ESTABELECE A A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMIENTO DO EXERCÍCIO DE 2018

O SR. FAUSTO EDUARDO HERRADON, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAI, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, EM ESPECIAL A LEI MUNICIPAL Nº 1451/2017:

Fica estabelecida a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do exercício corrente destinado a reforçar as seguintes dotações:

05 - DPTO DE VIAÇÃO E OBRAS, MANUT. E CONTR. FROTA VEIC 05.03 - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO

(534) 15.452.005.1.009 - PAVIMENTAÇÃO, RECAPE E/OU OBRAS COMPLEMENTARES EM RUAS E AVENDA 44.90.51.00.00.00.0000007 - OBRAS E NISTALAÇÕES

Art. 2º Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado o previsto no art. 43 da Lei 432064, cf. segue:

807 Conv. PR/Cidade - Recape CBUQ (9.106,68 M2) 380,000,00

Art 3º Ficam alterados os anexos do PPA e da LDO, a firm de compatibilizar a despesa objeto deste decreto "

Art. 4º Fica alterado a PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA do exercício atual, cf.especificações do excesso descrito no art. 2º.

Art. 5º Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Junho de 2018

FAUSTO EDUARDO HERRADON

DECRETO Nº 082/2018

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento corrente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAÍ, FAUSTO EDUARDO HERRADON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E EM ESPECIAL A

Art. 1º) Autoriza a abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no valor de R\$ 5.100,00 (Cinco Mil e Cem Reais), destinado a inclusão das despesas a seguir no orçamento do exercício corrente:

Orgão: 04 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA Unidade: 04.03 - DIVISÃO DE TESOURARIA Subfunção:123 – Administração Financeir

Programa: 04 – Departamento de Gestão Orçamentária e Financeira

Projeto Atividade/ Elemento	Descrição	Fonte	Valor – R\$
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições (527)	894	5.100,00

Art. 2º) Como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior deverão ser utilizados os previstos no art. 24 da Lei Federal 4.320/64, a saber:

894	Convênio Convenio Águas PR - Caminhão Coleta Seletiva	R\$ 5.100,00
Art 3º) Este De	ecreto entra em vigor na data de sua publicação, revo	ogando-se as
, iii. o , Late De	ciclo cilità cili vigor na data de sua publicação, revi	oganao se as

disposições em contrario

Paço Municipal "OSWALDO DA SILVA", aos 28 de Junho de 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

DECRETO Nº 081/2018

O Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial ao contido na Lei Municipal n^o 937/2017 de 05 de

DECRETA:

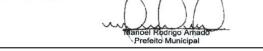
Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ - 42.800,00 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais) destinado a reforçar as

Programa de Trabalho/ Elemento	Código Local	Descrição	Fonte	VALOR
0601.12.361.0013.1.008		Adquirir equipamentos para o ensino fundamental		
4.4.90.52.00.00	565	Equipamentos e material permamente	123	42.800.0
•		TOTAL DAS SUDI EMENTAÇÕES		42 000 0

	Art. 2º Para dar cobertura	ao crédito de que trata o
presente Decr	eto, será utilizado o excesso de arrecadação co	nforme fonte abaixo indicada
FONTE	DETALHAMENTO	
		VALOR
123	SEDU – LABORATORIO DE INFORMATICA	42.800,0

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, ESTADO DO PARANÁ AO 29 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.





www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000 (44) 3321-1200

Súmula: Proíbe a venda de rifas por alunos das Escolas Municipais de Colorado, Estado do Paraná, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO

PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a venda de rifas e afins por alunos matriculados nas Escolas Municipais de Colorado, Estado do Paraná. § 1º A Direção das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, bem como suas Associações de Pais e Mestres, fará a fiscalização para que não haja organização e venda a que se refere o caput deste artigo. § 2º Excetua-se a aplicação desta lei a Rifas e Bingos

organizados pelas comissões de formatura e Associações de Pais e Mestres.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e



DECRETO Nº 422/2018

SÚMULA: INSTITUI AO CARGO DE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO PREVISTO NO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR № 02/2013 A ATRIBUIÇÃO DE EFETUAR LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÂRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidae, tendo em vista o art. 80, l, °b°, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar 02/2013.

Artigo 1º - Institui ao quadro "resumo das funções" do Fiscal Tributário, integrante do cargo "Agente de Fiscalização", previsto no anexo IV da Lei Complementar fica acrescida a seguinte atribuição ao cargo: "- efetuar lançamento do crédito tributário."

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezo





CNPJ: 75.772.400/0001-14 administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

Pelo presente, de um lado o MUNICIPIO DE FLORIDA (contratante) e, de outro, a empresa ROSANIA AMARAL COSTA (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo nº 13/2017, Processo Licitatório nº 16/2017, resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2017, na forma das Cláusulas que seguem estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Considerando, o Oficio nº 003, da locadora ROSANIA AMARAL COSTA, que analisou as condições econômicas ocorridas no preço do objeto locação, em que solicita o reajuste do preço de R\$ 610,76 (seiscentos e dez reais e setenta e seis centavos), valor este mensal para R\$ 614,67 (seiscentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), para o periodo de 3 (três) meses, totalizando o valor de R\$ 1.884,01 (um mil e oltocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), com base em índices oficiais do governo;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 13/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Clausula Primeira: OBJETIVO e OBJETO

O presente termo tem por seu objetivo aditar a avença original com fim de promover o reequilibrio econômico-financeiro, utilizando como índice o INPC no valor de 0,6409%, aditando também o prazo de vigência do contrato até 30 de setembro de 2018, nos termos dos Art. 57, II e 65, II, "d" da Lei 8666/93.

ltem	Descrição do Obje	to	Preço Anterior	Preço Reajustado	Valor Total do Reajuste
1	Locação de desenvolvimento precípuas da (funcionamento Tutelar)	imóvel para de atividades Administração do Conselho	R\$ 610,76 Valor mensal	R\$ 614,67 Valor mensal	R\$ 1.884,01

Cláusula Segunda – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes da execução dos serviços previstos no exercício correrão
por conta das dotações do ano de 2018.

Clausula Terceira – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais, do qual o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante e complementar. E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente em duas vias de igual teor com a assinatura das testemunhas.

Florida, 29 de junho de 2018

De Acordo

Contratante: MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

Contratada: ROSANIA AMARAL COSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO

RUA MARCELINO ALVES DE ALCÂNTARA, 133 - CEP 86.650-000

PORTARIA Nº 01/2018

SÚMULA: Nomeia servidor para exercício de cargo comissionado na Câmara Municipal de Santo Inácio.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais..

NOMEAR a Sra. FATIMA POLIDO XAVIER, brasileira, residente à Avenida Raposo Tavares n.º 43, nesta cidade de Santo Inácio-PR, portadora do RG n.º 33.690.753-9 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 291.584.928-52, para exercer o Cargo de Provimento Comissionado, Símbolo CC-1- ASSESSOR LEGISLATIVO da Câmara Municipal de Santo Inácio a partir de 01 de julho de 2018, com o vendo mensal constante do Anexo IV da Resolução 01/2018.

> Publique-se Registre-se

Sala das sessões da Câmara Municipal de Santo Inácio, em 29 de junho de 2018



DECRETO Nº 001/2018

Súmula: Enquadra servidora efetiva da Câmara Municipal

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Inácio, no uso de suas atribuições legais e, considerando alteração constante da Resolução n.º 001/2018, de 20/06/2018, c/c os Decretos 001/2010 e 001/2015, decreta: Art. 1º - Fica concedida promoção de nível à servidora efetiva, abaixo relacionada

idade com o Anexo II da Resolução n.º 001/2018, com efeitos a partir de 01 de de conformida julho de 2018:

NOME	CARGO	NIVEL ATUAL	NIVEL NOV
Maria de Fátima Lopes de Araújo	Aux. Serv. Gerais	13	17

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos operando a partir de 1.º de julho de 2018.



ALEXANDRE VENCESLAU DOS SANTOS



CONTRATANTE CONTRATADO(A) Fornecedor: AAD PROJETOS CONSULTORIA M ENGUNHARIA LTDA Insc. Estadual: ISENTO Endereço: RUA CONSELHEIRO LAURINDO, 809 Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPO NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diame da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de describita para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que catá sendo realizado pelo DE R do PARANA, diamte dos oraçamentos apresentad sector de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos dis DESPESA Frogramática Fonte Descrição JOG0204122000320363390390000 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA ITEM(S) Lot Orde Item Descrição Unidade Que. V. Unitád 1 1 22644 ENTRE DESCRIPTION 10 METROS DE COMPRIMENTO DE ROGENHARIA DE IN 1.00 6,500 EPONTE DE GOS METROS DE COMPRIMENTO DE IN DESPICIA DE IN DESPONTE DE GOS METROS DE COMPRIMENTO DE IN DESPICIA DE INDICATOR DE PONTE DE GOS METROS DE COMPRIMENTO DE IN DESPINA DE INDICATOR DE PONTE DE GOS METROS DE COMPRIMENTO DE IN DESPICADO EN METROS DE COMPRIMENTO DE NO EN METROS DE COMPRIMENTO DE NO EN METROS DE COMPRIMENTO DE IN DEL 100 EN METROS DE COMPRIMENTO DE NO EN METROS DE COMPRIMENT	00
CONTRATADO(A) Foraccedor: AAD PROJETOS CONSULTORIA E FINGUNHARIA LIDA CNP4: 05.153.6150001-71 Insc. Estadual: ISENIO Endereço: RUA CONSELHEIRO LAURINDO. 809 Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.060-11 Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPÔ NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diame da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contração de serviços de desenhista para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo DE R do PARAÑA, dianie dos orreamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos de DESPESA Programática Fonte Descrição 0300204122000320363390390000 IO00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCHIROS - PESSOA JURÍDICA Lot Orde Item Descrição Lot Orde Item Descrição Lot De	00
Fornecedor: AAD PROJETOS CONSULTORIA E FINGUNHARIA LIDA CNPJ: 05.153.615.0001-71 Insc. Estadual: ISENTO Endereço: RUA CONSELLEIRO LAURINDO, 809 Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPÓ NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diante da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo D.E. Ró D'ARANA, diante dos orazamentos apresentas estor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos de DESPESA Programática Diante de Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação dos serviços de dos PARANA, diante dos orazamentos apresentas estor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos de DESPESA Programática Diante de Solicitação DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE UN 100 6.500 OTROS SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE UN 100 6.500	00
CNP3: 05.153.01.50001-71 Insc. Estadual: ISENTO Endereço: RUA CONSELHEIRO LAURINDO, 809 Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇÕS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPÔ NO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diante da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so municipio de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo D.E. Ró O PARANA, diante dos oraçamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos dis Programática Finate Descrição	00
Endereço: RUA CONSELHEIRO LAURINDO, 809 Bairro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.060-II Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPO NO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diame da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de describista para o projeto da ponte so municipio de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo DE-R do PARANA, diamte dos oraçamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação mai vez que este procedimento atende aos dis DESPESA Frogramática Fronte Bescrição	00
Balrro: CENTRO Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.060-10 Telefone: OBJETO CONTRA TAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPÓ NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA Diante da Solicitiação do Giahinete, onde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo D.E. Ró O PARANA, diante dos oraçamentos apresentado setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos dis DESPESA Programática Finite Descrição	00
Telefone: OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPO NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA Diante da Solicitaçõe do Gabinete, unde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que cestá sendo recitado pelo DE R do PARAÑA, diante dos oraçamentos apresentas ester de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende sos dis Programática Fonte Deserição OUTROS SERVIÇOS DE TERCHIROS - PESSOA JURIDICA ITEM(S) Unidade Qtde. V. Unitát 1 2264 SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE JUN 100 6,500	00
OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRAPO NO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA JUSTIFICATIVA. Diamte da Solicitação do Gabinete, unde solicita a contratação de serviços de describista para o projeto da ponte so manicipio de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo D.E.R. do PARANA, diante dos oraçamentos apresentadenter de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de Lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de lecitação uma vez que este procedimento atende aos dispensas de lecitação uma vez que este procedimento dos contratorios de locações de servição de desenhação de servição de serv	
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIAR PIRANO NO MUNICÍPIO DE JARDÍM OLINDA JUSTIFICATIVA JUSTIFICAT	5 10
Diante da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so municipio de Jardim Olinda que está sendo realizado pelo D.E. R do PARANA, diante dos oraçamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende sos dispensa de Licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitações uma vez que este procedimento atende sos dispensados de Licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitações uma vez que este procedimento atende sos dispensados de Licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitações uma vez que este procedimento atende sos dispensados de Licitações vem abrir este procedimento atende sos dispensados de Licitações vem abrir este procedimento atende sos dispensados de Licitações vem abrir este procedimento atende sos dispensados de la citação de la	IA SOBRE O RIC
Diante da Solicitação do Gabinete, onde solicita a contratação de serviços de desenhista para o projeto da ponte so município de Jardim Olinda que cesá sendo realizado pelo D.E.R do PARANA, diante dos oraçamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos dis desenvente de desenvente de DESPESA Programática Finite Descrição DUROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA DO Orde Item Descrição Unidade Unidade Unidade Orde. V. Unitá Unidade Unidade Orde. V. Unitá Unidade Orde. V. Unitá Unidade Orde. V. Unitá Unidade Orde. V. Unitá Unidade Orde. Orde O	
municipio de Jardim Olimda que está sendo realizado pelo D.E.R do PARANA, diante dos oraçamentos apresentad setor de licitações vem abrir este procedimento de Dispensa de Licitação uma vez que este procedimento atende aos dis Programática Fonte Descrição	
0300204122000320363390390000 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Lot Orde Item Descrição Unidade Qtde. V. Unidade 1 22634 SERVICOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE UN 1.00 6,500	1000
1 1 22634 SERVICOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE UN 1.00 6,600	
	rio V. Total
DE LARGURA	6,600.0
Total:	6,600.0
EMBASAMENTO LEGAL	
Artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993, conforme parecer jurídico.	

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2018

29 de junho de 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 42/2018 CERTAME: DISPENSA 25/2018 CONTRATO: 45/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTRATADA: AAD PROJETOS CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENHO DE PROJETO DE ENGENHARIA DA PONTE RODOVIÁRIA SOBRE O RIO PIRAPÓ NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA

DO VALOR TOTAL; R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.002.04.122.0003.2036.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Vigência até 10 de agosto de 2018 contados a partir de 29 de junho de 2018.

Foro da Comarca de Paranacity - PR





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná CNPJ: 95.642.286/0001-15

PORTARIA Nº 021/2018

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Rogério Aparecido Bernardo, no uso das atribuições que lhe são outorgadas por

I- Designar o Senhor ALEXANDRE DE SOUSA PROFETA, Servidor Público Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º 421881989-SSP-SP., e CPF nº 059.854.699-56, ocupante de cargo em provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, para atuar com Gestor do Convênio do Município de Ângulo no Programa de aquisição de um Trator Agrícola 4x4, para a Secretaria Municipal de Agricultura de Angulo, desenvolvido pela SEAB – Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná.

publicada imediatamente no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ângulo, aos 19 dias do mês de Junho de 2018.



SUMULA: Revoga parte da Portaria 021/2018 que concede Férias Regulamentares aos

O Prefeito Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, o Sr. Rogério Aparecido Bernardo, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 028/1993 de 29 de Setembro de

Interromper as férias concedidas a Servidora JAQUELINE GLEICE GOMES FERNANDES a partir do dia 21 de junho de 2018. ficando assegurado a fruição das férias em outra oportunidade.

Revogadas as disposições em contrário, esta

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE



MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2018

TIPO: MENOR PRECO

A Pregoeira do Município de UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ, no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme abaixo especificado:

Saúde do Município de Uniflor, Estado do Paraná, conforme quantidade especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital completo.

Valor Máximo: R\$ 199.600,00 (Cento e Noventa e Nove Mil e Seiscentos Reais). Abertura: 16/07/2018

Horário da abertura: 09h30min. Recebimento dos Envelopes contendo os documentos de

Recebimento dos Envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços: Até o dia 16 de julho de 2018, até às 09h00min, na Sala de Reuniões das Licitações, sito à Avenida das Flores, nº 118 — Uniflor, Estado do Paraná. O presente Edital de Pregão Presencial estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação. A retirada do mesmo poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, mediante assinatura de recebimento, ou pelo endereço eletrônico do Município www.uniflor.pr.gov.br

Uniflor (Pr), 27 de junho de 2018.

processos licitatórios.

Patrula M. grandizali (Gabriela Merenda Grandizali)

COMUNICADO

atendimento da frota de veículos da linha leve, médio, pesados, e maquinas, equipament integrante deste Edital ", com abertura prevista para a data de 02 de Julho de 2018, ás

14h30min, que: Considerando, o contido no Decreto nº 56/2018, datado de 28 de junho de 2018, em que declara em seu Art. 1º, Ponto facultativo nas Repartições públicas do município no dia 02 de julho de 2018, das 10h00min ás 15h00min, em função do jogo da Seleção Braslleira na Copa do Mundo

Considerando, o contido no Edital de Licitação no Inciso 1.4, do preambulo em ressalta " Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma

Desta forma fica transferido o processo de licitação acima citado, com os seguintes horários e

O recebimento do Envelope n^{α} 01, contendo a Proposta de Preço, e Envelope n^{α} 02, contendo a Documentação de Habilitação, dar-se-á até às 14h00min do dia 03/07/2018, no Setor de Protocolo geral do município.



Jardim Olinda - Paraná - CEP, 87,690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 - Fax: (044) 33111214

28 de junho de 2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 42/2018

CERTAME: PREGÃO PRESENCIAL 17/2018 CONTRATO: 37/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA CONTRATADA: MD RIBEIRO E CIA LTDA - ME

DE ENERGIA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA DO VALOR TOTAL; R\$ 78.650,00 (setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta regis)

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

03.002.04.122.0003.2036.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA 08.009.13.392.0008.2093.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA 08.009.13.392.0008.2094.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA 08.009.13.392.0008.2095.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA 08.009.23.695.0017.2097.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA

Fone/Fax: (44) 3256.1133

RESOLVE:

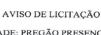
II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua edição, devendo ser



que concede Férias Regulamentares a Servidores Municipais, na forma que especifica;

RESOLVE

ÅNGULO, EM 21 DE JUNHO DE 2018.



Objeto – Aquisição de veículo de Transporte Sanitário (Van) para o Departamento de Sanide do Município de Uniflor. Estado do Paraná, conforme quantidade e

A Pregoeira do Município de Uniflor, Estado do Paraná, comunica a todos interessados em participar do Pregão Presencial nº 44/2018, Processo Administrativo nº 67/2018, que tem por objeto "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços (mão de obra), sendo manutenção preventiva e corretiva, para implementos rodoviários do Município de Uniflor, Estado do Paraná, conforme especificações e quantidades constantes do presente edital, contidos no Anexo I – Tabela de referência, parte

adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora "

Abertura da presente licitação dar-se-á, em sessão pública, no Paço Municipal, Avenida das Flores, 118, Centro, UNIFLOR — PR - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, às 14h30min do dia 03/07/2018 (art. 4°, V, da Lei 10.520/02).

Uniflor (PR), 28 de junho de 2018



EXTRATO DE CONTRATO № 44/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURIDICA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, BANHEIROS QUIMICOS, PALCO, EQUIPAMENTOS DE SOM COM SISTEMA DE ILLUMINAÇÃO, CAMAROTES, CAMARIM, ARQUIBANCADAS, PLACAS DE LED E GERADOR

08.009.27.812.0017.2096.3.3.90.39.00.00 - 01000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA

DA VIGÊNCIA Vigência até 28 de junho de 2019 contados a partir de 28 de junho de 2018. DO FORO:





C.G.C. 75731034/0001-55 Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299 Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

> ATO DE RATIFICAÇÃO Dispensa de Licitação 24/2018

EMPRESA: GRETCHEN APARECIDA CALHAU DA CUNHA

CNPJ: 16.700.275/0001-78

Endereço: Rua Carlos Gomes, 1006 Centro , CEP 87.660-000 Paranacity

Objeto: Serviço de Manutenção em Radiadores dos veículos de Administração

Valor: R\$ 7.360.00 (Sete Mil Trezentos e Sessenta Reais).

Cruzeiro do Sul, 29 de Junho de 2018

Ademir Mulon

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, endereço à Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600. Centro, inscrita sob o C.N.P.J. nº 757310340001-55, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senior ADEMIR MULDON - PEREFEITO MUNICIPAD.

CONTRATADO: GRETCHEN APARECIDA CALHAU DA CUNHA MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16,700,2750001-78, com endereço na Rua Carlos Gomes,1006 Centro, CEP 87.660-000 Paranacity - Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sru GRETCHEN APARECIDA CALHAU DA CUNHA,

OBJETO O objeto do presente contrato 6 o para Serviço de Manutenção em Radiadores dos veículos de Administração Municipal, provenientes da dispensa 24/2018. Conforme segue

Item	Cod	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR
01	32209	Serviço de soldar interculer	990,00
02	32210	Serviço de soldar condensador	840,00
03	32211	Serviço de trocar caixa radiador	1.090,00
04	32212	Serviço de trocar colméia	790,00
05	32213	Serviço de mão de obra tirar e colocar radiador	770,00
06	32214	Serviço de envaretar radiador	990,00
07	32215	Serviço de limpeza e conserto radiador	1.390,00
08	32216	Serviço de solda de alumínio	500,00
Cotal			7.360,00

DO FORO As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Paranacity - Estado do Paraná,

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL GRETCHEN APARECIDA CALHAU DA CUNHA MEI
CONTRATADA

ATO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2018

CONTRATADO: MAIA E SILVA PAINÉIS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

Endereço: Av. Marin Luther King, 3658 Jardim Farroupilha CEP 87.708-130 Maringá.

Objeto: Fornecimento de placas e letreiros para conclusão da Obra U.S.F Prefeito João

Valor estimado: R\$ 6.785,00 (Seis Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)

Cruzeiro do Sul - PR, 29 de Junho de 2018



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2018

CONTRATADO: MAIA E SILVA PAINÉIS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

CNPJ 13.428.815/0001-18

Endereço: Av. Marin Luther King, 3658 Jardim Farroupilha CEP 87.708-130 Maringá.

Objeto: Fornecimento de placas e letreiros para conclusão da Obra U.S.F Prefeito João

Valor estimado: R\$ 6.785,00 (Seis Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)

Cruzeiro do Sul - PR, 29 de Junho de 2018

Ademir Mulon

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº1 Termo do contrato nº.63/2017, objetivando a AQUISIÇAO PAES CONGELADOS PRE PRONTOS PARA ASSAR E DISPONIBILIZAÇAO DE EQUIPAMENTOS A TITULO DE COMODADO SEM ONIUS. decorrente de Pregão n° 20/2017, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a PANIFICAÇÃO SUPER MASSAS LTDA ME inscrita no CNPJ sob n°. 09.721.194/0001-99. aditivam o contrato com término 29/06/2019 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.



EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°8 Termo do contrato nº.88/2014, objetivando a Aquisição de Generos Alimenticios, Material de Limpeza, Carga de gás GLP, Embalagens e Copa e cozinha, destinados a suprir os departamentos municipais .. decorrente de Pregão nº 17/2014, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA VITORIA - COPAVI inscrita no CNPJ sob nº. 73.672.412/0001-41. aditivam o contrato com término 29/06/2019 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.

Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

DECRETO N.º 56/2018

DATA: 28 DE JUNHO DE 2018

REGULAMENTA O EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES

PÚBLICAS DO MUNICÍPIO EM DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO.

ALAN ROGÉRIO PETENAZZI, Prefeito Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo, nas Repartições Públicas do Município de Uniflor, no dia 02 de julho de 2018, das 10hrs às 15hrs.

Art. 2° - O disposto no artigo primeiro prende-se ao fato, dos jogos da Seleção Brasileira

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contraria.

REGSITRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Gabinete do Prefeito Municipal de UNIFLOR, Estado do Paraná, aos 28 dias do mês de junho de 2018. ALAN ROGÉRIO PETENAZZI



DECRETO Nº 422/2018



www.colorado.pr.gov.br Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000 (44) 3321-1200

SÚMULA: INSTITUI AO CARGO DE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO PREVISTO NO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2013 A ATRIBUIÇÃO DE EFETUAR LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Institui ao quadro "resumo das funções" do Fiscal Tributário, integrante do cargo "Agente de Fiscalização", previsto no anexo IV da Lel Complementar fica acrescida a seguinte atribuição ao cargo: "- efetuar lançamento do crédito tributário."

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições



Decreta Horário Especial no dia do Jogo da Seleção Brasileira, nas repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

Art. 1°)- Fica Decretado Horário Especial nos dia do Jogo da Seleção Brasileira, ficando assim determinado: Brasil e México: dia 02.07.2018 – Segunda-feira Horário de expediente: 07:30 horas às 10:30 horas;

Art. 2°)- A medida, todavia, não abrangerá serviços que, por sua natureza, não admitem paralisações

de sua publicação. Art. 3º)- Revogam-se as disposições em contrário.

Colorado, 28 de junho de 2018.

Art. 2°)- Este Decreto entrará em vigor, na data





Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PAANÁ, com sede na Avenida governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, e a pessoa Jurídica resolve aditivar a Ata de Registro nº. 21-2017, com base no Art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme quadro

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro nº. 21-2017 atado: SUPERMERCADO SILVERIO LTDA - ME CNPJ Nº. 11.332.797/0001-40, Objeto do Termo Aditivo: R\$ 21.519,93 (vinte e un mil quinhentos e dezenove reias e noventi



O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, e a pessoa Jurídica resolve aditivar a Ata de Registro nº. 28-2017, com base no Art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme quadro abaixo:

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro nº. 28-2017 Contratado: A G ROSSATO - DISTRIBUIDORA - CNPJ Nº. 22.499.940/0001-00

Objeto do Termo Aditivo: R\$ 12.219,10 (doze mil duzentos e dezenove reals e dez centavos). A Importância ora estabelecida corresponde ao valor do contrato vigente com acréscimo de 25% (vinte cinco por cento) sobre a quantidade dos itens do Lote 01 da Ata de Registro. Itaquaié, 27 de Junho de 2.018



O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida nador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Profeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, e a pessoa Jurídica resolve aditivar a Ata de Registro nº. 30-2017, com base no Art. 65. § 1º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme quadro abaixo:

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro nº. 30-2017 Contratado: J A RODRIGUES & CIA LTDA ME CNPJ Nº. 28.193.517/0001-63 Objeto do Termo Aditivo: R\$ 12.074,00 (doze mil setarita e quatro reals). A importância o ecida corresponde ao valor do contrato vigente com acréscimo de 25% (vinte cinc_o por cento) sobre acide dos lensa do da Ata de Registro. Itaguajé, 27 de Jugho de 2.018

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida governador Lupia 605, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funcões. Senhor CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, e a pessoa Jurídica resolve aditivar o Contrato nº. 06/2018, com base no Art. 65º da Lei Nº 8.666/93, conforme quadro abaixo:

Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº, 06/2018 Contratado: SILVANA PEREIRA DESOTTI 25662167893 | CNPJ/MF sob nº. 19.490.968/0001-71
Oblata do Termo Aditivo: Reafuste de valor de 25% (Vinte e clico por cento) sobre o lote 01 passando o valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais paya R\$ 2.375,00 (dois mil trezento

Decreto nº 53/2018 de 22/06/2018

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1033/2018 de 22/06/2018.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil cem reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

09.001.15.452.0007.2.058

510 - 3.3.90.93.00.00

09.001.00.000.0000,0.000. 09.001.15.452.0007.2.055.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS 509 - 3.3.90.93.00.00 31774 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 01.15.452.0007.2.058. MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA 100,00 31775 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 5,000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

Total Suplementação: 5.100,00

 Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto

 pelo artigo anterior, Excesso de Arrecadação;
 Receita:1.3.2.1.00.11.00.00000000 Fonte: 31774
 100.00

 Receita:1.3.2.1.00.11.00.00000000 Fonte: 31775
 3.500.00

 Receita:2.4.2.8.99.11.02.00000000 Fonte: 1000
 1.500.00

nicipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, em 22 de junho de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2018

Referência: Pregão Presencial nº 43/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná

CONTRATADO: IVANETE DIAS DE OLIVEIRA RUFINO - MEI CNPJ Nº: 30.278.585/0001-77

ENDEREÇO: Rua Crisântemo nº 370 - Uniflor- PR

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços par ministrar aulas de artesanato têxtil para as famílias atendidas pela política de assistência social através dos programas PAIF- Programa de Atenção Integral a Família e Família VALOR MENSAL HOMOLOGADO: R\$ 1.400,00 (Hum Mil e Quatrocentos Reals)

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais) Prazo de Vigência: 25/06/2019.

FORO: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná

Uniflor, (Pr), 26 de Junho de 2018

PREGÃO PRESENCIAL ESTADO DO PARANÁ Nr.: 43/2018 - PR

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2018

Referência: Compra Direta nº 18/2018

CNPJ Nº: 24.731.552/0001-38

Data de Assinatura do Contrato: 28/06/2018 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná

CONTRATADO: DANILO PELOSI VASQUES INFORMATICA-ME

ENDEREÇO: Rua Professor Laerte Munhoz nº 336 – Nova Esperança- PR OBJETO: Aquisição de Leitor Biométrico para ser utilizado no Departamento de Saúde Município de Uniflor, Estado do Paraná.

FORO: Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 780,00 (Setecentos e Oitenta Reais) Prazo de Vigência: 30/07/2018

Uniflor, (Pr), 28 de Junho de 2018



Avenida Siqueira Campos, 83, Centro Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87,690-000 CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214 TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2018 DATA: 28/06/2018 PROTOCOLO: 57 / 2018

CONTRATANTE UNICIPIO DE JARDIM OLINDA CONTRATADO(A) irro: JARDIM IMPERIAL Cidade: MARINGA - PR OBJETO

INTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURIDICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS E REPOSIÇÃO DE PEÇAS PARA ANUTENÇÃO DA BOMBA DE SUCÇÃO NESTE MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA. DESPESA ITEM(S) Unidade Qtdc. V. Unitário V. Total 5,500.00 EMBASAMENTO LEGAL



Prefeitura Municipal de Itaguajé

CNPJ 76.970.359/0001-53

Decreto nº 49/2018 de 22/06/2018 Abre Crédito Especial e da outras

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1029/2018 de 22/06/2018.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito pecial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), stinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 31777 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

> Total Suplementação: 70,000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, Excesso de Arrecadação:

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná,

em 22 de junho de 2018. CRISÓGONO NELETO E SILVA JÚNIOR PREFEITO MUNICIPAL

Decreto nº 50/2018 de 22/06/2018 Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1030/2018 de 22/06/2018.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

05.000.00.000.0000.0.000 05.001.00.000.0000.0.000

Total Suplementação:

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

em 22 de junho de 2018.

CRISÓGONO NOSETO E SILVA JÚNIOR PREFEITO MUNICIPAL

50.000.00

50.000,00

70.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO 05.001.04.122.0003.2.006 506 - 4.4.90.52.00.00 31778 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, Excesso de Arrecadação:

Edifício da Prefeitura Municipal de l'IAGUAJÉ, Estado do Paraná,

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

SÚMULA - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, Inclusão no PPA 2018-2021, LDO 2018 e LOA 2018, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados a atender despesas para execução do Corvênio nº 313/2018 firmado entre o Município de Itaguajé e a Secretaria de Estado do Dosenvolvimento Urbano - SEDU/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Executivo Municipal de Itaguajé, autorizado a abrir no corrente exercicio financeiro o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reals), para atender despesas com a execução do Convênio nº 313/2018, firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR, destinado à aquisição de veículo para o Departamento de

§ Único - As despesas, decorrentes do presente crédito, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Elemento Despesa	Descrição da Despesa / Font	te / Valor
06.000.00.000.0000.0.000	Secretaria Municipal de Educ	cação, Cultura e Esportes
06.001.00.000.0000.0.000	Divisão de Educação, Cultura e Esportes	
06.001.12.361.0035.2.014	Manutenção do Ensino Fund	amental
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Total		70,000.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito constante do art. 1º desta Lei será considerado o provável excesso de arrecadação a ser verificado na seguinte rubrica das

Elemento Receita	Descrição da Receita	Fonte	Valor
2.4.2.8.99.1.1.04.00	Transferência do Convênio	31777	70.000,00
Total			70.000,00
disposições em	contrario.	/	
Paraná, em 22 de junho	Edifício da Prefeitura Munio	pal de It	aguajé, Estado d
	Edifício da Prefeitura Munio	ipal de It	aguajé, Estado d

Decreto nº 52/2018 de 22/06/2018

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, 110

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Créd to Geral do Município, no valor de R\$ 247.475,00 (duzentos e qui tos e setenta e cinco regis) destinado ao reforço das seguintes Do

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		ICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚE NVOLVIMENTO ECONÔMICO	BLICOS, MEIO
09.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE OBRA DESENVOLVIMEN	S, SERVIÇOS PÚBLICOS, MEIO AM TO ECONÔMICO	IBIENTE E
09.001.15.452.0007.2.055.	CONSERVAÇÃO DE	ESTRADAS VICINAIS	
508 - 4.4.90.52.00.00	31779 EQUIPAMENTOS E	MATERIAL PERMANENTE	247.475,0
		Total Suplementação:	247.475,0
		no Recurso para atendimento do	credito abert
pelo artigo anterior, Ex-			
Receita:2.4.2.8.99.11	1.06.00000000 Fonte: 1000	Str. 125522 186 19.544	247.475,0
		Total da Receita:	247,475,0
		e Decreto entrará em vigor na o	data de sua
publicação, revogadas a	s disposições em contrário	. /	
	Edifício da Prefeitu	ra Muncipal de ITAGUAJÉ, Est	ado do Paraná
em 22 de junho de 2015	8.	~/	
	\ (X	

LEI N° 1.030/2018.

SÚMULA - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, inclusão no PPA 2018-2021, LDO 2018 e LOA 2018, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mili reais) destinados a atender despesas para execução do Convênio nº 547/2018 firmado entre o Município de Itaguajé e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Executivo Municipal de Itaguajé, autorizado a abrir no corrente exercicio financeiro o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a atender despesas para a execução do Corvêño nº 547/2018, firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR, destinado à aquistição de velculo para o Departamento de

§ Único - As despesas, decorrentes do presente crédito, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Elemento Despesa	Descrição da Despesa / Fonte / Valor Secretaria Municipal de Administração e Fazenda		
05.000.00.000.0000.0.000			
05.001.00.000.0000.0.000	Divisão de Administração e Finanças		
05.001.04.122.0003.2.006			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material 31778 Permanente	50.000,00	
Total		50.000,00	

Elemento Receita	Descrição da Receita	ronte	valor
2.4.2.8.99.1.1.05.00	Transferência do Convênio	31778	50.000,00
Total			50.000,00
Art. 3º - Esta Lei entr disposições em Paraná, em 22 de junho	Edificio da Prefeitura Mupic		
CF	ISOGONO NO ETO E SILVA J	UNIOR	B

Decreto nº 51/2018 de 22/06/2018

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1031/2018 de 22/06/2018.

Artigo 1° - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito

	Geral do Município, no valor d rço das seguintes Dotações Orça		s e trinta mi
Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL AMBIENTE E DESENVOLV	DE OBRAS, SERVIÇOS PÚB /IMENTO ECONÔMICO	LICOS, MEIO
09.002.00.000.0000.0.000.	GERÊNCIA DE OBRAS E U		
09.002.15.452.0007.1.001.	CONSTRUÇÃO DE PAVIMI SARJETAS	ENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEI	
507 - 4.4.90.51.00.00	31776 OBRAS E INSTALAÇÕES		230.000,00
		Total Suplementação:	230.000,00
pelo artigo anterior, Exc		urso para atendimento do	erédito aberto
Receita:2.4.2.8,99.11	03.00000000 Ponte: 1000	Total da Receita:	230.000,00
	Artigo 3º - Este Decr	eto entrará em vigor na c	lata de sua
publicação, revogadas as	disposições em contrário.		
	Edifício da Prefeitura Mo	nicinal de l'EAGUAJÉ . Est	ado da Paraná
em 22 de junho de 2018			, , , , , , , ,
	CRISÓGONO MODETO E SILV	A TÚNIOD	
	PREFEITO MUNICIP		
	LEI N° 1.031/2018.		
	SI'IMI II A Dianga ask	b do Orddia	Adlalanal

SÚMULA - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, Inclusão no PPA 2018-2021, LDO 2018 e LOA 2018, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinados a atender despesas para execução de pavimentegão astáfitica do Convénio nº 036/2018 firmado entre o Município de Itaguajé e a Secretaria de Estado do Deservolvimento Urbano - SEDUPR, e dá outras

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Executivo Municipal de Itaguajé, autorizado a abrir no corrente exercicio financeiro o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 230,000,00 (duzentos e trinta mil reals), para atender despesas com a execução do Convênio nº 036/2018, firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDUJPR, destinado à execução de pavimentação asfáltica no Municipio. § Único - As despesas, decorrentes do presente crédito, correrão à conta das

seguintes dotações orçamentária Descrição da Despesa / Fonte / Valor

9.000.00.000.000.0.000	Descrição da Despesa / Fonte / Valor		
	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Me		
	Ambiente e Desenvolvimento Econômico		
9.002.00.000.0000.0.000	Gerência de Obras e Urbanismo		
	Construção de Pavimentação Asfáltica, Meio Fio e Sarietas		leio Fio e
.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	31776	230.000,00
otal			230.000,00

Elemento Receita	Descrição da Receita	Fonte	Valor
2.4.2.8.99.1.1.03.00	Transferência do Convênio	31776	230.000,00
Total			230.000,00
disposições em c		/	•
araná, em 22 de junho d	Edifício da Prefeitura Municip e 2018.	al de ita	guaje, Estado do

Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

LEI N° 1.032/2018.

SÚMULA - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial, Inclusão no PPA 2018-2021, LDO 2018 e LDA 2018, no valor de R\$ 247.475,00 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco reais), destinados a stender despesas para sexeução do Convénio nº 075/2018 firmado entre o Minuficipio de Itaquaje e a Secretaria de convisionados de Cardina de Ca

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Elemento Despesa	Descrição da Despesa / Fonte / Valor	
09.000.00.000.0000.0.000	Secretaria Municipal de Obras, Serviço Ambiente e Desenvolvimento Econômi	
09.001.00.000.0000.0.000	Divisão de Obras, Serviços Públicos, N Desenvolvimento Econômico	feio Ambiente e
09.001.15.452.0007.2.055	Conservação de Estradas Vicinais	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material 31779 Permanente	247.475,0
Total		247.475,0

Art. 2º - Para cobertura do Crédito constante do art. 1º desta Lei será considerado o

Elemento Receita	Descrição da Receita	Fonte	Valor
2.4.2.8.99.1.1.06.00	Transferência do Convênio	31779	247.475,00
Total			247.475,00
Paraná, em 22 de junt		JUNIOR	3
	CRISOGONO NOCETO E SILVA PREPEITO MUNICIPAL	JUNIOR	9
	ORISOGONO MOLETO E SILVA	JUNIOR	*

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Executivo Municipal de Itaguajé, autorizado a abrir no corrente exercício financeiro o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), destinados a atender despesas com restituição/devolução de saldo de convênios.

Elemento Despesa	Descrição da Despesa / Fonte / Valor		
09.000.000.000.0000.000	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico		
09.001.00.000.0000.0.000	Divisão de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico		
09.001,15.452.0007.2.055	Conservação de Estradas Vid	cinais	2-21671
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	31774	100,00
09.001,15,452,0007,2,058	Manutenção da Limpeza Púb	lica	
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	31775	5.000,00
Total			5.100,00

	Descrição da Receita	Fonte	Valor
1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	31774	100,00
1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	31775	3.500,00
2.4.2.8.99.1.1.02.00	Transferência do Convênio	31775	1.500,00
Total			5.100,00
araná, em 22 de junho	Edificio da Prefeitura Municipi de 2018.	al de Ita	guajé, Estado do

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANA C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000 EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PARANÁ, COMUNICA AOS INTERESADOS QUE SE ENCONTRA ABENTA A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO, O EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 902/2018 – MENOR PREÇO POR ITEM QUALTEM A SEQUINE EN PALIDADE.

OBJETO: A presente Licitação tem como objeto a Contratação de Empresa para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, RECAPAGEM DE PNEUS E SERVIÇOS PARA FROTA MUNICIPAL CONFORMA DESSIDA A CONSTITUTO DE PREUS E SERVIÇOS PARA FROTA MUNICIPAL CONFORMA DESSIDA DE PROPENSIDA DE LA CONFORMA DE PREUS E SERVIÇOS PARA FROTA MUNICIPAL CONFORMA DESSIDA DE PROPENSIDA DE PREUS E SERVIÇOS PARA FROTA MUNICIPAL CONFORMA DE PROPENSIDA DE PROPEN

ENTREGA DE ENVELOPES

DATA ABERTURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 DE JUNHO DE 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.I. nº 76,970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RO nº 7.580.647-7 - SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paransi.

CONTRATADO: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF N° 21.484.336/0001-47, situada na RUA JALIARS RODRIGUES ALUES, 356 -VLIA SANTA L'ABELE - CEP 97.0800-470 - MARINGA - PR. neste ato, representada pelo 5r. MARCELINO LAHOUD - RG N° 2.079.474 SSP-PR e CPF - N° 559226.139-57-5-SOCIO PROPRIETARIO da empresa.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94, 6 a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE INAJÁ.

VALOR: R\$ 28.194,40 (VINTE E OITO MIL, CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

PRAZO DE FORNECIMENTO: 10 DIAS DAJÁ, 18 DE JUNHO DE 2018



ESTADO DO PARANÁ	DISPENSA DE LICIT	AÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA	Nr.: 32/2018 - E	DL
CNPJ: 76.979.318/0001-67	Processo Administrativo:	67/2
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR	Processo de Licitação: Data do Processo:	26/05/2
		Folha: 1

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuiçõe

legislação em vigor, especia exarado pela Comissão de L	ilmente pela Lei Nr. 8.666/93 icitações, resolve:	e alterações	posteriore	s, a vista	do parecer o	onclusivo
01 - HOMOLOGAR a presen	te Licitação nestes termos:					
a) Processo Nr.:	67/2018					
b) Licitação Nr.;	32/2018-DL					
c) Modalidade:	Dispensa de Licitação p/ Co	mpras e Servio	os			
d) Data Homologação:	26/06/2018					
e) Objeto da Licitação	AQUISICAO DE MOTO-BOMBA 4. INSTALAÇÃO E BOMBA RESERV SEBASTIAO VIEIRA DE ARAUJO.	A INSTALADA NO	POCO ARTE	SIANO DA	VILA BURAL VE	2
f) Formandores a linear	declarados Vencedores (cfe.				(*	n Reals R\$)
		,				
TIEZZI & TIEZZI LTDA - EPP	(312)					
1 MOTO-BOMBA 4.5 HP	TRIFASICO - Marca: LEAO	UND	1,00	0,0000	5.500,00	5.500,00
2 GUINCHO - INSTALAC	AO	SERV	2.00	0.0000	830.00	1.660,00
3 BOMBA		BERV	10,00	0,0000	30,00	300,00
				Total d	o Fornecedor:	7.460.00
					Total Geral:	7.460,00
najá, 25 de Junho de 2018.			/Acr	1	1	<i>/</i>

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 DE JUNHO DE 2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, CD Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J.. nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 - SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: ELISMED COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS - EIRELI, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MP № 07.127.606/0001-31, situada na RIJA MARIJA OLIMPIA JARDIM, 334 - JARDIM IZABEL - CEP 87.309-185 - CAMPO MOURÃO - PR, neste ato, representada pelo Sr. LUIZ CARLOS ARISMEDE COSTA - RG № 701.206-3 SSP-PR e CPF - № 130.857.519-04 - PROPRIETARIO da empresa.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.863/94, é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE INAJÁ. VALOR: R\$ 1.288,00 (HUM MIL, DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

PRAZO DE FORNECIMENTO: 10 DIAS

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ. INAJÁ, 18 DE JUNHO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA LUIZ CARLOS ARISMENDE COSTA CLEBER GERALDO DA SILVA

PROPRIETARIO



Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

C.G.C. 75731034/0001-55 Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299 Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

LEI Nº 285/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: Fixa Valores e Critérios de Concessão de Diárias nas Viagens a Serviço do Poder Legislativo aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul – Estado do Paraná – e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Legislativo a conceder diárias, de carater indenizatório, aos seus agentes políticos, servidores e empregados públicos que se deslocarem do Municipio de Cruzeiro do Siul para outro ponto do termidifio nacional, no interesse público da Câmara Municipia, para fozer foze de despessas com alimentação, transporte urano e pousação, estágios, congressos, eventos de capacilação por portissional ou outra modalidade de uperfeigoremento, diretamente relacionada com o cargo ou função, além de viagens junto a órgãos públicos e privados de interesses gerais para o Legislativo Municipal.

Art. 2º - A concessão de diária fica condicionada à existência de cota orçamentária e PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas com diárias deverão ser concedidas mediante io, emissão de nota de liquidação e de ordem de pagamento, impreterivelmente nesta

§ 1º - As despesas com combustíveis, peças, pneus e sérvios, realizados fora do Município, durante viagens, em caráter excepcional, serão ressarcidos mediante apresentação de cupom ou nota fiscai, o qual será anexado no Relatório de Viagem. § 2º - Não havendo carro oficial, e/ou sendo necessário a utilizado de veículo de adade ou responsabilidade do solicitante, será concedido um adicional, uma única vez por trajeto e rículo utilizado, na forma descrita no Art. 8º, para fazer frente aos gastos de deslocamento da sede nicipio ao local de destino e seu retorno.

Art. 4º - Fica autorizada a concessão de adiantamento de numerário destinado ao o passagens e transporte para o destino, devendo ser anexados ao Relatório de Vlagerm os nies legais das respectivas despesas.

Art. 5º - Os valores das diárias de viagem são os constantes do Anexo I, desta Lei. § 1º - O Legislativo Municipal fica autorizado a atualizar, periodicamente, por ato próprio, valores das diánias de viagens constantes da Tabela do Anexo I desta Lei, mediante a aplicação de ficiente representativo da variação do inflação, nos termos do Indico Oficial do Governo Federal.

Art. 6º - São competentes para autorizar a concessão de diárias e o uso do meio de porte a ser utilizado na viagem, o Presidente da Câmara Municipal, admitida a delegação da

§ 1º - A solicitação deverá ser feita por meio de utilização do formulário, conforme Anexo II § 2º - A solicitação de diárias deve ser feita com antecedência mínima de 02 (dois) dias is da data d realização da viagem, salvo em caso de emergência.

§ 4° - A necessidade de pernoite será analisada, previamente, pela Presidência da Câmara Municipal. Art. 7º - A diária será devida por dia de afastamento, observadas as seguintes condições

§ 1º - Será concedido 50% (cinquenta por cento) do valor das diárias, nos seguintes

§ 2º - A diária não será devida, nos seguintes casos

I - Quando o deslocamento do agente político, servidor ou empregado ocorrer em trajetos de até 100 km e há for necessário o pernolle; al 100 km e há for necessário o pernolle; II – Independentemente da distância, quando o servidor dispuser de alimentação e pousada oficiais gradutas ou inclutidas em evento para o qual esteja inscrito;

§ 3º - No caso do Inciso I do § 2º deste Artigo, não havendo alimentação disponibilizada pelo ntidade pública e privada, para a qual se deslocar o solicitante, o mesmo será reembolsado esque vier a ter dessa natureza até o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), vedado o custeio desponições.

Art. 8° - Nas viagens dentro do Estado em que o veículo utilizado for de propriedade ou idade do solicitante, o custo do desiocamento percorrido será ressarcido pelo sistema de mediante apresentação de respectivo comprovante, limitada a restituição, conforme os casos: I - R\$ 100,00 (cento ecinquenta reais) para trajetos entre 101 km a 200km; III - R\$ 550,00 (duzentos ecinquenta reais) para trajetos entre 201km e 300 km; V - R\$ 350,00 (druzentos ecinquenta reais) para trajetos entre 201km e 30km; V - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para trajetos entre 301km a 400 km;

§ 1º - Nas viagens para outros Estados ou Capital Federal, será sempre preferivel o do por meio de transporte aéreo ou rodoviários, não sendo possível, o valor do reembolso, to mediante a apresentação dos recibos e comprovantes, sem imposição de limitação.

Art. 9º - As diárias, até o limite de 05 (cinco), mensais, serão pagas antecipadamente

§ 1º - Quando, por necessidade, o solicitante ultrapassar esse limite, as diárias excedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada, dirigida ao Presidente da Câmara. § 2º - Nos casos de emergência, as diárias poderão ser pagas após o início da viagem do adiante decisão fundamentada da Presidência.

Art. 10 – Ao servidor, poderá ser concedido adiantamento de numerário para aquisição de caso não seja utilizado para viagem veículo oficial ou próprio. PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor que viajar por via aérea deverá fazer uso da class

Art. 11 – No caso de a viagem do servidor ultrapassar a quantidade de diárias solicitadas ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorogada, mediante justifica-fundamentada e autorização do Presidente da Câmara Municipal, admitida a delegação de competência.

§ 2º - A autoridade concedente exigirá os comprovantes fiscais de hospedagens e alimentação, quando for autorizada a viagem em velculo particular, ou documento que comprove que o servidor esteve presente no local de destino. § 3º - O descumprimento do disposto no caput deste artigo sujeitará o solicitante ao des integral, imediato, em folha, dos valores de diárias recebidas sem prejulzo de outras sanções legais.

§ 5º - Compete ao Departamento Contábil da Câmara Municipal examinar a prestação de seus documentos, comunicando ao Presidente sobre aqueles que não observarem as sideterminadas nesta Lei, para fins do § 6º deste Artigo.

§ 6º - Em qualquer caso, o Presidente, de oficio ou por provocação do setor competente para análise da prestação contas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, poderá reduzir, total ou parcialmente, o valor do reembolso, caso sejam verificadas quaisquer irregularidades nos documentos comprobatórios dos gastos de viagem, podendo inclusiva solicitar os esciarecimento necessários.

Art. 12 - Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou recebe

Art. 15 - Em caso de cancelamento da viagem, retorno antecipado, ou creditamento de valores fora das hipóteses autorizadas, as diárias recebidas em excesso ou indevidamente deverão ser restituídas no prazo máximo de OS (cinco) dias, companhado de juelficativa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em não ocorrendo a devolução no tempo estabelecido no caput deste artigo, o solicitante ficará sujeito ao desconto em sua folha de pagamento dos valores respectivos, de suiros e correctam constituira e correctam constituira es para sustamática adotada pelo sistema financeiro adotado pelo

Governo Federa

Art. 16 – Ficam instituídos os seguintes Anexos afim de possibilitar o cumprimento das disposições estabelecidas nesta Lei:

I – Anexo I – Tabela de Valores de Diárias; II – Anexo II – Formulário de Solicitação de Diárias de Viagens; III – Anexo III – Relatório Circunstanciado de Viagem e Prestação de Contas.

Art. 18 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as em contrário, em especial Resoluções que reglam a matéria nela contida.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ - EM 27 DE JUNHO DE 2018 14---

ANEXO I – VALORES DAS DIÁRIAS

DESTINO	VEREADORES	DIRETORES	SERVIDORES
Curitiba	R\$ 550,00	R\$ 450,00	R\$ 250,00
Demais cidades dentro do Estado	R\$ 350,00	R\$ 250,00	R\$ 150,00
Brasília e demais capitais	R\$ 800,00	R\$ 700,00	R\$ 500,00
Demais cidades fora do Estado	R\$ 450.00	R\$ 350,00	R\$ 250,00

LEI Nº 285/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018 ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

Nome do Solicitante:		Matricula d Setor:	lo solicitante:	
		Cargo/Fun	ção:	
Banco:	Agência:	cia: Conta para depósito:		
CPF:	-	RG:		
Origem da Viagem: UF:		Nº diárias	Valor Unitário R\$	Valor Total RS
Destino da Viagem:		Data de sa	ida: I	lorário:
UF:		Data de rel	torno: F	lorário:
() Dentro do Estado () Fora do Estado () Internacional	ora do Estado () Internacional		sem pernoite)	
Tipo de Transporte: () aéreo () terrestre	Veícul	o/Órgão/modelo e p	olacas
Objetivo da Viagem:		Veicul	o Próprio/ modelo e	placas
		Nº do	bilhete de passager	n:
Comprometo-me a Viagem/Prestação de		de	ro do Sul, Pr em	11_
comprovem a realização no artigo da Lei Nº prazo de 05 (cinco) dias, viagem ao Município de	da viagem, conforme dispos de vidamente atestados, a contar da data do retorno origem, sob pena de sofrer	to no ia	Assinatura do Solicit	ante
sanções cabíveis.	•		Assinatura do Autori	zador
	LEI Nº 285/2018 DE 27		0.05.0040	

LEI Nº 285/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018 ANEXO III - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 1. IDENTIFICAÇÃO: Orgão. Nos termos do Artigo	ANEXO III — RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 1. IDENTIFICAÇÃO: Orgão Nos termos do Artigo da Lei nº , HOMOLOGO O PRESENTE Relatório Circunstanciad encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiario. Número do Empenho da Liberação de Olárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Váculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambroiso comprovantes das Viagens de Oribus ou Avião, pedaĝojos, gastos com combustive com pousada, comprovantes de devolução de valores.	ao Protoco	
Orgão Nos termos do Artigo da Lei nº , HOMOLOGO O PRESENTE Relatório Circunstanciado, e encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto ao Protoc nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Unidade Administrativa Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Saída: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambroos comprovantes das Viagens de Oribus ou Avitão, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possada comprovantes das Vagens de Oribus do Avitão, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possada comprovantes de Valor De Participação em Evento de Interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Orgão Nos termos do Artigo da Lei nº , HOMOLOGO O PRESENTE Relatório Circunstanciad encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁNIO Destino da Vagem: UF: Salda: Horário Chegado 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor Velculo Placas Frota Pa 8. ANEXOS Cambros comprovantes cas Viagens de Oribus ou Avilão, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	ao Protoco	
Nos termos do Artigo da Lei nº , HOMOLOGO O PRESENTE Relatório Circunstanciado, e encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto ao Protoc nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de de Autoridade Responsável peia Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiário: Nome do Solicitante Beneficiário: Destino Do SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituit 5. LOCOMOÇÃO Veliculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambotos comprovantes das Viagens de Oribus so ous Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Centificados su Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Nos termos do Artigo da Lei nº , HOMOLOGO O PRESENTE Relatório Circunstanciad encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de Autoridade Responsável peia Homológação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Nome do Solicitante Beneficiáno: Nome do Solicitante Beneficiáno: Destino da Vilagem: UF: Salda: Horário Chegade 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº do Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes des Vagens de Oribus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	ao Protoco	
encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto ao Protoc nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno. Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veico Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com pombustíveis, gastos com popusada, comprovantes de devolução de valores Canhotos comprovantes de SVALORED E PARTICIDAÇÃO Apresensação de Certificação do Comprovantes de Participação e m Evento de interesse público ou o servicip pressávis de for caso. Este é o Relatório.	encaminho ao Departamento de Contabilidade para que se promova seu arquivamento junto nº , de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE EENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes cas Viagens de Oribus ou Avião, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	ao Protoco	
nº, de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de de Autoridade Responsável peia Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total des Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambroos comprovantes das Viagens de Oribus ou Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possadas comprovantes des Viagens de Oribus de Avido pedágios gastos com combustíveis, gastos com possadas comprovantes de Viagens de Oribus de Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possadas comprovantes de Oribus de Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possadas comprovantes de Oribus de Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possada comprovantes de Cartificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público du o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	nº, de Empenho, Liquidação e Pagamento. Cruzeiro do Sul, de Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Vagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambiotos comprovantes cas Viagens de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes cas Viagens de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores.		
Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horári 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veliculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Autoridade Responsável peia Homologação Unidade Administrativa 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Saida: Horário Chegade 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Placas Frota Pa 8. ANEXOS Cambross comprovantes des Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	de	
Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total des Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambroso comprovantes das Viagens de Oribus ou Avito, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada comprovantes de Veivolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Cartificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiário: Número do Emperho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO DESTINO DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes ces as Viagens de Oribus ou Avilão, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	de	
Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiáno: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total des Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambroso comprovantes das Viagens de Oribus ou Avito, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada comprovantes de Veivolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Cartificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Autoridade Responsável pela Homologação Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiário: Número do Emperho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO DESTINO DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes ces as Viagens de Oribus ou Avilão, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	de	
Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiano Nome do Solicitante Beneficiano Nimero do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veloculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores Canhotos comprovantes de devolução de valores Canhotos comprovantes de Canhotos de Valor de V	Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiano: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor CLOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS 6. ANEXOS 6. ANEXOS 6. ANEXOS 6. Comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiano: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Saída: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes des Viagens de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores Canhotos comprovantes de devolução de valores Com pousada, comprovantes de devolução de valores Com pousada, comprovantes de Viagens de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada comprovantes de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, somprovantes de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, somprovantes de Participação de Microsopio de Valores Canhotos comprovantes de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, somprovantes de Participação de Microsopio de Valores Canhotos comprovantes de Onibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, somprovantes de Participação de Microsopio de Valores Canhotos comprovantes de Onibus de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos comprovantes de Participação de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos comprovantes de Participação de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos comprovantes de Participação de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos comprovantes de Participação de Valores Canhotos comprovantes de Canhotos comprovantes de Participação de Valores Canhotos comprovantes de Canhoto	Unidade Administrativa Nome do Solicitante Beneficiano. Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 8. ANEXOS 6. ANEXOS 6. ANEXOS 6. ANEXOS 6. Comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO DO LOCOMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
Nome do Solicitante Beneficiario: Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horário 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de velocição de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Nome do Solicitante Beneficiario: Nomero do Empeñro da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegado 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor LOCOMOÇÃO Veculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Velculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambroos comprovantes das Viagens de Oribus ou Avito, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com possadas comprovantes de Valor Servicios 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de Interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Número do Empenho da Liberação de Diárias: 2. DESTINO DO SOLIGITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO DO LOOMROVOANTE DE PARTICIPAÇÃO		
2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Vasior Total das Diárias Valor a Restituit 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Cambotos compouvantes das Viagens de Oribus ou Avilo. pedágios, gastos com combustíveis, gastos 7. CERTIFICADO DU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentição de Confidendes ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço presiado, se for o caso. Este é o Relatório.	2. DESTINO DO SOLICITANTE BENEFICIÁRIO Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor. 5. LOCOMOÇÃO Veículo Placas Frota Pa 8. ANEXOS 6. ANEXOS 6. ANEXOS Cambross comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada Horár 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousado, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICÂDO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Destino da Viagem: UF: Salda: Horário Chegada 3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor LOCOMOÇÃO Veculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotes comprovantes cas Viagens de Onibus ou Avida, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
3. JUSTIFICATIVA DA VIAGEM 4. VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário 5. LOCOMOÇÃO Veliculo Placas Frota Particular S. ANEXOS Cambross comproventes das Viagens de Óribus ou Aviño. Pedágios, gastos com combustíveis, gastos 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório. Este é o Relatório. **CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. **Este é o Relatório.** **Este é o Relatório.** **Tendos Participação de Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso.** **Este é o Relatório.** **Este é o Relatório.** **Tendos Participação de Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso.** **Este é o Relatório.** **Este de Relatório.** **Este de Relatório.** **Tendos Participação de Evento de Interesse público ou o serviço prestado, se for o caso.** **Este de Relatório.** **Este de	JUSTIFICATIVA DA VIAGEM VALORES SOLICITADOS N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa 8. ANEXOS Canhotos comprovantes de as Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	4. VALORES SOLICITADOS N' de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes ces av Vagens de Onibus ou Aviláo, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	Horári	
4. VALORES SOLICITADOS Nº de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituir 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	4. VALORES SOLICITADOS N' de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor S. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Cambrotos comprovantes ces av Vagens de Onibus ou Aviláo, pedágios, gastos com combustive com pousada, comprovantes ce devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Canhosos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Velículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustív com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
Nº de Dárias Valor Unitário Valor Total das Díárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:	N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ônibus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Canhosos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Velículo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustív com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Canhosos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Veliculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustív com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor a Restituis 5. LOCOMOÇÃO Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Canhosos comprovantes das Viagens de Óribus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	N° de Diárias Valor Unitário Valor Total das Diárias Valor 5. LOCOMOÇÃO Veliculo Placas Frota Pa 6. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustív com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Particular ANEXOS Canhotos comprovantes das Viagens de Ônibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICÂDO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório. Este é o Relatório.	LOCOMOÇÃO Veiculo Placas Frota Pa ANEXOS Canhibotos comprovantes das Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	Restituir	
Veículo Places Frota Particular 6. ANEXOS Cambotos comprovantes cas Viagens de Ônibus ou Avião, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO DU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório.	Veiculo Placas Frota Pa 8. ANEXOS Canhotos comprovantes cas Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICAÇÃO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
6. ANEXOS Cambros comprovantes das Viagens de Óribus ou Avido, pedagios, gastos com combustíveis, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:	ANEXOS Canhotos comprovantes das Vilagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustiv com pousada, comprovantes de devolução de valores. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	Particular	
Canhotos comprovantes dat Viagens de Óribus ou Avido, pedágios, gastos com combustíveis, gastos com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:	Canhotos comprovantes das Viagens de Ónibus ou Avião, pedágios, gastos com combustív com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	licului	
com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:	com pousada, comprovantes de devolução de valores. 7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO		
7. CÉRTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de Interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:	7. CERTIFICADO OU COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO	s, gastos	
Apresentação de Certificados ou Comprovantes de Participação em Evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:			
serviço prestado, se for o caso. Este é o Relatório:			
Este é o Relatório:		100 00 0	
	serviço prestato, se foi o caso.		
Cruzeiro do Sul, Prem de de	Este é o Relatório:		
Cruzeiro do Sul, Pr em de de			
	Cruzeiro do Sul, Pr em de		
		de	



Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

C.G.C. 75731034/0001-55

Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299

Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

LEI Nº 284/2018 DE 27 DE JUNHO DE 2018

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de diária aos servidores dos órgãos da administração pública e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, ADEMIR MULON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, sede é a localidade onde o servidor tem

 \S 2º - Compreendem-se como despesas custeadas por diária as es de alimentação e hospedagem. Art. 2º - Os órgãos da administração devem realizar a programação das diárias a serem concedidas, encaminhando-a ao Departamento de s, mediante o preenchimento do formulário descrito no anexo II.

Art. 3º - A concessão de diária fica condicionada à existência de cota ária e financeira disponíveis de cada órgão.

Art. 4º - Os valores das diárias de viagem são as constantes na tabela do anexo I desta Lei.

§ 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a atualizar, anualmente, por o, os valores das diárias de viagens constantes da tabela do anexo I desta ediante a aplicação do coeficiente representativo da variação da inflação, nos do indice oficial do Governo Federal.

§ 2º - No caso de servidor ocupante de cargo efetivo ou detentor de rública e, no exercicio de cargo em comissão, terá sua diária calculada com cargo ou função cujo desempenho das atividades motivou a viagem.

PARÁGRAFO ÚNICO - A solicitação deverá ser feita por meio de do formulário constante do anexo III desta Lei. Art. 6º - A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de nto, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, amente, à hora da partida o da chegada na sede.

Art. 8º - A diária não é devida:

 quando o deslocamento do servidor durar menos de 12 (doze) horas;
 quando o deslocamento se der para localidade onde o servidor seja

Art. 10 - As diárias, até o limite de 05 (cinco), serão pagas

PARAGRÁFO ÚNICO - Quando a viagem ultrapassar esse limite, as cedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada.

PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor que viajar por via aérea deverá fazer rencialmente, da classe econômica. Art. 12 - Não serão autorizadas viagens em veículo particular, do-se aquelas realizadas em veículos locados ou cedidos aos órgãos da

Art. 13. Poderão ser celebrados contratos para a prestação de serviços iamento de viagens. § 1º - O contrato contemplará, em conjunto ou separadamente: I. hospedagem, incluindo alimentação; II. aquisição de passagens, com ou sem traslado;

§ 2º - A contratação do estabelecimento agenciador obedecerá à ção sobre licitações da Administração Pública.

§ 3º - O órgão ou entidade fará opção pela solução mais econômica e ável, seja o pagamento de diária, seja a utilização de contrato com agenciador, nido os gastos com alimentação e hospedagem, em qualquer caso, aos valores evistos no Anexo I desta Let.

Art. 14 - Em todos os casos de deslocamento para viagem previstos ta Lei, o servidor é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 3 s) días úteis subsequentes ao retorno à sede, devendo para isso utilizar o nulário conforme Anexo IV desta Lei, e restituir os valores relativos às diárias sbidas em excesso.

§ 2º - O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo sujeitará o servidor ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuizo de outras sanções legais:

§ 4º - Cabe ao Diretor de Departamento examinar a prestação de contas e cumentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas

e um destes critérios:

1. pelos valores correspondentes ao Anexo I desta Lei;

11. pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante, gão dos documentos legals comprobatórios de sua realização;

111. pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão de despesas;

117. por meio de utilização do contrato com agência de viagem.

PARÁGRAFO ÚNICO - As diárias e o uso do meio de transporte a ser na viagem dos membros de Conselho deverão ser autorizados pelo máximo do órgão que arcar com os custos do deslocamento.

Art. 17 - Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, ou receber diária indevidamente.

Art. 21 - Ficam revogadas as disposições contidas na Lei Municipal nº 010/2004, alterada pela Lei Municipal nº 076/2011. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ - EM 27 DE JUNHO DE 2018. Ademir Mulon
PRESELTO MUNICIPAL

Destino	Prefeito e Vice Prefeito	Diretor de Departamento, Divisões e Assessoramento	Demais Servidores
Curitiba	R\$ 550,00	R\$ 450,00	R\$ 250,00
Demais cidades dentro do Estado	R\$ 350,00	R\$ 250,00	R\$ 150,00
Brasília e demais capitais	R\$ 800,00	R\$ 700,00	R\$ 500,00
Demais cidades fora do Estado	R\$ 450,00	R\$ 350,00	R\$ 250.00

ANEXO II

Unidade administrativa:	Data://
Nome Servidor:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Cargo:	
Diárias:	
Data Viagem:	
Destino:	
Motivo:	

ANEXO III

Data: ___/__/ Conta nº:

Desposas	Valor Solicitado	Yalor Aprevado
Diárias:		
Combustivel		
Reparos veículo:		
Fransporte urbano:		
Passagem:		
TOTAL:		

Unidade Administrativa

Cargo: Nome Banco:

Local destino Meio de transport

Declaro que não resido na(s) localidade(s) de destino Assinatura do servidor:

Assinatura do servidor: Declaro que não resido na(s) localidade(s) de destino:

ANEXO IV Data: ___/__/

Relatório de Viagem

Unidade Administrativ	va:			
Nome do Servidor:			RG nº	
	4 ×	Prestação de Contas	A Laboratory	9 10 00
Transporte utilizado:	COLLEGE STATE OF STAT	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	Placa:	SERVICE STATE SERVICE STATE ST
Atividade realizada:				
Aprovação da Autorid		Assinatura do servidor		
Despesas realizadas	Velor Reception	Valor Aprovado	A Restituir	A Ressafcir
	The state of the s	2010/10/20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2	200000000000000000000000000000000000000	district of the second
Diárias:				